

Edição 71

CIBER  **TEOLOGIA**
Revista de Teologia & Cultura

O sonho da **sin** **dalidade**

Artigos

Notas

Documentos



Edição 71

CIBER  **TEOLOGIA**
Revista de Teologia & Cultura

Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura.
São Paulo-SP, Brasil: Paulinas Editora.
Periodicidade quadrimestral – ISSN: 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Janeiro / Abril de 2023

Este periódico está indexado na ATLA-Catholic Periodical and Literature Index® (CPLI®)
[www: <http://www.atla.com>], um produto do American Theological Library Association: 300 S.
Wacker Dr., Suite 2100, Chicago, IL 60606, USA. Email: atla@atla.com.
Indexado também pela LATINDEX

Diretoria

Diretora geral: Ágda França
Responsável da área: Vera Ivanise Bombonato

Redação

Editor científico: João Décio Passos
Revisão: Equipe Paulinas
Atualização do portal: Equipe Paulinas

Conselho Científico

PhD. Vera Ivanise Bombonato – Núcleo de Catequese Paulinas – NUCAP
PhD. Pedro Fernández Castela – Universidad Pontificia Comillas – Espanha
PhD. Matthias Grenzer – Pontificia Universidade Católica de S. Paulo – PUC/SP
PhD. José María Vigil – Portal teológico Servicios Koinonía – Panamá
PhD. Antonio Francisco Lelo – Núcleo de Catequese Paulinas – NUCAP
PhD Francisco Aquino Junior FCF/UCP
PhD Wagner Sanchez Lopes – PUC/SP



Rua Dona Inácia Uchoa, 62
04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3500
<http://www.paulinas.com.br> – editora@paulinas.com.br
© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2023

SUMÁRIO

EDITORIAL

O sonho da sinodalidade	5
-------------------------------	---

ARTIGOS

Sinodalidade: consenso e processo [Synodality: consensus and process].....	11
-------------------------------------------------------------------------------	----

JOÃO DÉCIO PASSOS

O espírito que impulsiona a sinodalidade [The spirit that drives synodality]	23
---------------------------------------------------------------------------------------	----

ALZIRINHA SOUZA

“Francisco: reconstrói a minha Igreja”: perfil de uma Igreja verdadeiramente sinodal [“Francis: rebuild my Church”: profile of a truly synodal Church].....	32
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

CELSO PINTO CARIAS

Comunidade: lugar e expressão fundamentais da sinodalidade [Community: fundamental place and expression of synodality]	47
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR

Para uma Igreja mais sinodal e missionária [For a more synodal and missionary Church]	60
------------------------------------------------------------------------------------------------	----

RAFAEL LOPEZ VILLASENOR

A recepção da <i>Nostra Aetate</i> no Brasil: um divisor de águas [The reception of <i>Nostra Aetate</i> in Brazil: a watershed]	72
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

ÊNIO JOSÉ DA COSTA BRITO

As eleições de 2022 e a agitação da extrema direita [The 2022 elections and far-right unrest].....	84
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

JORGE MIGUEL ACOSTA SOARES

NOTAS

Aparecida, Acutis, <i>Economy of Francesco</i> e um jovem.....	102
----------------------------------------------------------------	-----

ALAN FARIA ANDRADE SILVA

Reflexões de um cristão leigo sobre a sinodalidade.....	106
---------------------------------------------------------	-----

LAUDELINO AUGUSTO DOS SANTOS AZEVEDO

RESENHA

ELISEU WISNIEWSKI

SAÍDAS E FRONTEIRAS

O Papa Francisco, mais uma vez, surpreende.....115

EDUARDO HOORNAERT

DOCUMENTO

60^o Aniversário do início do Concílio Ecumênico Vaticano II125



EDITORIAL

O SONHO DA SINODALIDADE

A Igreja sinodal traduz de modo concreto, em ideais, em posturas e em projetos de reestruturação, a Igreja como *povo de Deus* definida pelo Vaticano II. A renovação eclesiológica que marcou a identidade conciliar foi, sem dúvidas, o grande ponto de inflexão do catolicismo, desde a década de sessenta e, constituiu o calcanhar de Aquiles de tudo o que se sucedeu nos anos e décadas seguintes, no conjunto da Igreja. Entre a renovação e a preservação eclesiais, a Igreja avançou desde a década de setenta nos campos da reflexão teológica e das práticas pastorais. Contudo, o eclesial fecundado pela renovação caminhou paralelo ao eclesiástico sustentado pela estrutura organizacional milenar. A teologia eclesial afirmava o primado do igual sobre os díspares, ao definir a Igreja como comunhão dos iguais (teologia do corpo místico, teologia da comunhão e teologia do povo de Deus); a teologia eclesiástica continuava praticando a velha hierarcologia, onde a diferença essencial das funções define não somente a instituição, mas a sua própria natureza eminentemente sacerdotal.

Na primeira perspectiva, a participação de cada sujeito eclesial – onde todos e cada fiel são entendidos como sujeitos – torna-se uma decorrência natural da condição comum dos inseridos no mesmo corpo de Cristo, como já ensinava o Apóstolo Paulo (1Cor 12–15). Na segunda, a distinção natural das funções sobrepõe os consagrados sobre os não-consagrados, os investidos de poder sobre os desempoderados. Na primeira, o leigo é convidado ao protagonismo. Na segunda é colocado em posição de consumidor dos bens religiosos dispensados pela hierarquia. Na primeira, a participação de todos os sujeitos eclesiais faz parte do funcionamento regular das esferas eclesiais. Na segunda, as funções de direção exercidas por direito divino e dever canônico dispensa a sinodalidade. É verdade que o Concílio colocou a hierarquia a serviço do povo de Deus: os ministérios revestidos de poder sagrado estão a serviço dos irmãos, ensina a constituição *Lumen gentium* (18). Contudo, não dispôs orientações concretas sobre o *modus operandi* desse serviço, sendo que o poder sagrado permaneceu na mesma postura eclesiástica de antes, pautado pela matriz eclesiológica da teologia do poder. Como servir ao povo de Deus por meio de um poder instituído pelo próprio Cristo sem posicionar-se como centro



da Igreja e superioridade consagrada perante os não consagrados? Como vivenciar a realidade da comunhão dos fiéis investidos da mesma dignidade e sustentados em suas diversidades e funções pelo mesmo Espírito doador de dons? Como traduzir ministerialmente a consciência eclesial do sacerdócio comum dos fiéis?

O Vaticano II tirou as consequências da comunhão eclesial para o exercício colegiado do papa e do episcopado, mas deixou um vazio em relação à participação dos demais sujeitos eclesiais nos processos decisórios da Igreja. A eclesiologia do Corpo Místico ficou sem traduções ministeriais, embora a missão do leigo seja afirmada com insistência tanto no capítulo segundo capítulo da *Lumen gentium*, quanto na no Decreto *Apostolicam Actuositatem*. A antiga práxis de decisão clerical centralizada e descendente, canonicamente instituída e teologicamente justificada pela teologia do sacerdócio ministerial foi perpetuada, mesmo quando em igrejas particulares a participação dos leigos edificara autênticas Igrejas ministeriais. Essas experiências nascidas do carisma conciliar configuraram práticas renovadoras emblemáticas, mas não foram institucionalizadas, de forma que a rotina implacável do tempo e as políticas conservadoras da Cúria romana proporcionaram, na maioria dos casos, o cansaço, o retrocesso e o fim das comunidades participativas.

A discrepância entre o novo espírito eclesial e a velha estrutura hierárquica ficou, de fato, cada vez mais visível no que se poderia chamar práxis oficial da Igreja, assim como teologia oficial. O esforço de acomodar a teologia povo de Deus no interior do corpo eclesial hierarquizado foi assumido pela oficialidade católica nas décadas seguintes ao grande evento. A fase das experiências eclesiais participativas, concretizada de modo emblemático nas Igrejas da América Latina foi sendo controlada pelos mecanismos regulares das instâncias e do magistério eclesial exercidos no epicentro papal. Comunhão passa a ser sinônima de submissão, integração que executava uma lógica hierárquica descendente: do Papa para os bispos, dos bispos para os presbíteros, dos presbíteros para os leigos. Os leigos participavam na condição diferenciada de não ordenados no corpo eclesial, como membros submissos às decisões elaboradas nas esferas superiores da hierarquia. No início e no fim dos processos decisórios, prevalecia como autoridade investida de poder canônico e eclesial o poder do clérigo exercido na sua esfera de competência, concretamente nas Dioceses e nas Paróquias. De outra parte, afirmou-se uma espécie de divisão de serviços que distinguia a função e a própria missão do clérigo e do leigo. A participação do leigo foi bem definida teológica e politicamente como própria da esfera do mundo. Os leigos participariam da construção da sociedade e os clérigos da construção da Igreja. Essa teologia ainda é reproduzida nos dias atuais e esconde o dualismo que não foi superado pela era pós-conciliar. A divisão dos serviços esconde e



omite a participação dos clérigos na sociedade – com uma real influência social e políticas nas conjunturas locais e mundiais – e, sobretudo, dos leigos no corpo eclesial, salvas as funções econômicas nos Conselhos Administrativos das Paróquias.

A sinodalidade é uma postura que supera essa divisão de funções a conclama a todos a repensar teológica, pastoral e politicamente a participação efetiva dos leigos na vida da Igreja. Essa prática almejada tira as consequências teológicas, pastorais e institucionais da eclesiologia conciliar: avança das ideias teológicas para as estruturas. O povo de Deus constitui um sujeito coletivo que goza não somente de uma dignidade comum que iguala todos os sujeitos particulares e todas as funções no mesmo corpo vivo sustentado pelo Espírito do Ressuscitado, mas que participa da construção permanente da Igreja na história. A Igreja em permanente reforma conta com todos os sujeitos e busca os meios mais coerentes de realizar a comunhão e participação.

O Papa Francisco foi eleito com a missão de retirar a Igreja da grande crise que conhecia seu ápice profético na renúncia de Bento XVI. A saída súbita do papa abria a possibilidade política da renovação. A causa da crise havia sido expressa pelo Cardeal Jorge Mario Bergoglio durante as Congregações que preparam o Conclave: a autorreferencialidade eclesial. A afirmação endógena de uma autossuficiência católica constituía no faro certo do futuro papa a imagem e a prática a serem superadas com urgência. E na condição de papa apresentou logo o antídoto: a *Igreja em saída*. Nesse propósito edificou seu projeto de pontificado na emblemática Exortação *Evangelii gaudium*. Ali se pode verificar o germe da causa sinodal na Igreja, embora o termo *sinodalidade* não seja utilizado de modo explícito. O princípio sinodal tem como base o próprio espírito do Evangelho que

[...] convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos [...]. Todas as virtudes estão a serviço desta resposta de amor. Se tal convite não refulge com vigor e fascínio, o edifício moral da Igreja corre o risco de se tornar um castelo de cartas [...] (EG 39).

A exortação programática insiste na “Igreja em saída” de si mesma na busca de suas fontes e dos outros, particularmente dos mais necessitados. Nessa tarefa, a reforma eclesial é urgente e inadiável. A sinodalidade traduz de modo profundo e concreto a tarefa de fazer a Igreja sair de si mesma, a começar por seus próprios mecanismos de participação. A reforma da Igreja exige reformar os modos de exercer os serviços na comunidade, superando as concentrações de poder que dicotomizam as funções entre os ativos e os passivos, os superiores e os inferiores.



Entramos no ano da realização da primeira Sessão do Sínodo sobre a sinodalidade. O plano das duas Sessões expressa a importância dada pelo Papa para o debate, as decisões e a recepção da prática sinodal na Igreja. Como sempre, a expectativa dos resultados vai sendo acesa nos meses que antecedem o evento. O Papa Francisco estimula com sua própria pessoa o sonho de concretizações inéditas que, de fato, traduzam a eclesiologia conciliar em mentalidades, práticas e regras para vida da Igreja. Entre sonhos e realismos os fiéis católicos afinados às reformas franciscanas vivenciarão o dia a dia no epicentro sinodal. O mês de outubro levará a Roma Cardeais, Bispos, Padres e leigos envolvidos no processo sinodal. Em toda assembleia, a busca do consenso é desafiante; exige discernimento, criatividade e honestidade. Os temas mais sensíveis para a vida e a tradição eclesiais despertam as emoções e a luta por justificar os posicionamentos distintos. No método instituído por Francisco, a participação no antes e no durante a assembleia tem sido mais efetiva e transparente. Francisco vai exorcizando os Sínodos das formalidades e dos controles que possam restringir ou direcionar as participações. Pronunciou um *Ephata* no Sínodo da Família quando disse que nas discussões sinodais nada era proibido, mas, ao contrário, todas as ideias deviam ser colocadas nos trabalhos e plenários para a discussão.

A temática da sinodalidade representa um ponto de chegada das reformas empreitadas por Francisco. Trata-se de uma questão que no âmbito das ideias goza de trânsito e consenso entre os sujeitos e esferas eclesiais. Ninguém nega a sua densidade teológica e, por hora, todos são sinodais. Porém, no momento das traduções concretas para as práticas eclesiais e, sobretudo, para as normas eclesiásticas os velhos padrões e normas do poder clerical centralizado emergem com suas teologias. Nesse sentido, os debates sinodais contarão com consensos e divergências. As boas e belas ideias serão aprovadas. As propostas que exigirem reformas políticas e estruturais serão rebatidas e terão dificuldades de aprovação. Não faltarão as estratégias ideológicas que escondem ou distorcem as exigências concretas da sinodalidade que possam desempoderar os clérigos e empoderar os leigos. No núcleo mais duro da conservação do poder eclesial centralizado recorrerão, por certo, à teologia do sacerdócio que distingue de forma irretocável os ordenados e os não ordenados e, por conseguinte, os detentores por direito divino da missão de dirigir o povo de Deus. Pastor é pastor, ovelha é ovelha! A imagem é elucidativa das perpétuas distinções e concentrações dos ministérios na Igreja.

Outros obstáculos dificultarão os debates e a recepção do Sínodo. As posturas individualista e conservadora não exigem o confronto com as diferenças e a construção dos consensos eclesiais; ao contrário, entendem a vida eclesial como algo já dado que deve ser recebido como ordem constituída que possibilita a experiência emocional de cada indivíduo ou que já é portadora de uma verdade encarnada na instituição estável. A conversão sinodal é a conversão antes de tudo



espiritual: a abertura ao Espírito que conduz a Igreja nos caminhos provisórios e sempre inseguros da história. Sem essa consciência a sinodalidade perde sua essência mais fundamental e se reduz a uma mera funcionalidade ou a um exercício de autoridade legítima dentro da comunidade eclesial. O discernimento dos sinais dos tempos adquire nessa perspectiva uma relevância fundamental como exercício constante dos sujeitos eclesiais em cada esfera de organização eclesial. A Igreja sinodal é a Igreja sempre em construção e da renovação permanente – *ecclesia semper reformanda* – em cada tempo e lugar. O discernimento cristão não é um ato de inspiração individualizada que dispensa o confronto com as diferenças; ao contrário, é sempre uma partilha feita na comunhão eclesial, onde os iguais e os diferentes se completam e decidem em conjunto as formas mais adequadas de viver em comunidade, seguindo o preceito do amor e não o do poder de mando. Nesse sentido, a sinodalidade não tem receita, embora exija acordos comuns em torno das funções e das ações na comunidade eclesial. Ela nasce da postura de abertura ao Espírito indissociável da abertura ao outro diferente. O mesmo Espírito doador de dons e o mesmo corpo a ser edificado por cada fiel unificam as diferenças ativas da comunidade.

Tudo isso pode ser um sonho; porém um sonho de quem está bem acordado pelas exigências da vigilância evangélica. As mudanças começam pelo desejo. Sem desejar que as coisas mudem dificilmente as transformações acontecem. Nesse momento histórico é preciso semear sonhos de uma Igreja participativa que superam as velhas e consolidadas dicotomias e as concentrações de funções e de poder. Por certo, nem tudo que for sonhado será realizado. Mas o sonhado gera a vontade de agir e de mudar, de participar e de construir. É preciso sonhar com a Igreja participativa, toda ministerial, sem donos clericais que se julgam mais qualificados e autorizados a “comandar a Igreja” em qualquer esfera que seja.

Por ora, caminhamos na esperança que nos faz sonhar com a Igreja sinodal. Francisco é o baluarte da mudança eclesial, ainda que executada dentro das condições de possibilidade da tradição e da instituição milenar. Há pouco mais de uma década ninguém ousaria crer no clima eclesial atual, em que a renovação, antes vista com suspeita e, até mesmo, condenada como perigo de dissenso, fosse a pauta de um pontificado. No ideário franciscano da renovação todos são convocados à renovação:

No seu constante discernimento, a Igreja pode chegar também a reconhecer costumes próprios não diretamente ligados ao núcleo do Evangelho, alguns muito radicados no curso da história, que hoje já não são interpretados da mesma maneira e cuja mensagem habitualmente não é percebida de modo adequado. Podem até ser belos, mas agora não prestam o mesmo serviço à transmissão do Evangelho. Não tenhamos medo de revê-los! (EG 43)



É preciso sonhar com a sinodalidade para perder o medo da participação e da superação do poder clerical que concentra as funções nas mãos de alguns poucos autorizados por Deus para o exercício. Ecoa a chama de Francisco: “Não tenhamos medo de revê-los!”. O medo é utilizado pelos conservadores de ontem e de hoje como sentimento que impede as mudanças: medo dos inimigos da sã doutrina, medo do cisma, medo do anticristo, medo da modernidade etc. No sonho do novo iniciam-se as imagens e os cenários da transformação e o desejo vai superando os medos com suas fantasias grandes ou pequenas de uma Igreja sinodal. A Igreja imaginada desperta a Igreja viável nascida do coração do Evangelho.

O número atual de *Ciberteologia* quer ajudar a sonhar com a Igreja sinodal. Acrescenta-se a essa temática uma análise inevitável dos movimentos pós-eleitorais que negaram os resultados das eleições nacionais e pediram uma intervenção federal/militar. Trata-se de uma consciência autoritária e ditatorial que se posiciona, precisamente, no polo oposto do sonho da participação sinodal na velha Igreja hierarquizada. O modesto dossiê expõe reflexões nesse tempo de preparação sinodal, quando o Sínodo já acontece como participação geral dos sujeitos eclesiais nas diversas frentes eclesiais. Não constitui problema se as reflexões errarem no cálculo e exagerarem no sonho. O sonho acordado e vigilante dessa Igreja tem força germinal, provoca, agrega e impulsiona a todos. É melhor errar no sonho do que ficar estagnado no conformismo e no desânimo que se alimentam daquilo que “sempre foi assim”. O potencial renovador do próximo Sínodo irá muito além dos sonhos que clamam por mudanças e da realidade eclesial que pode frear transformações efetivas; abrirá ou retomará, com certeza, uma era de renovação do jeito de ser Igreja.

*Sonho que se sonha só, pode ser pura ilusão
Sonho que se sonha junto é sinal de solução.*

(Zé Vicente)

João Décio Passos
Editor



ARTIGOS

SINODALIDADE: CONSENSO E PROCESSO

SYNODALITY: CONSENSUS AND PROCESS

JOÃO DÉCIO PASSOS

Resumo: O processo sinodal focado na sinodalidade exige a tomada de consciência dos mecanismos construtores de consenso inerentes às instituições e à Igreja, bem como aos limites próprios de todo processo transformador. A Igreja sinodal hoje almejada resultará de uma tomada de consciência de todos os sujeitos eclesiais de que os consensos são legítimos e inevitáveis e de que os caminhos de renovação são longos e processuais. O próximo Sínodo exigirá conversão de todos para que possa trazer renovações na participação eclesial.

Palavras-chave: Consenso, Igreja, Processo, Renovação, Sínodo, Sinodalidade.

Abstract: The synodal process focused on synodality requires an awareness of the consensus-building mechanisms inherent in the institutions and in the Church, as well as the limits proper to every transformative process. The synodal Church desired today will result from the awareness of all ecclesial subjects that consensus is legitimate and inevitable, and that the paths of renewal are long and procedural. The next Synod will require conversion on the part of all so that it may bring about renewal in ecclesial participation.

Keywords: Consensus, Church, Process, Renewal, Synod, Synodality.

O processo da sinodalidade define a postura sinodal almejada pelas reformas do Papa Francisco na sua etapa atual. Isso significa que a renovação da participação na Igreja como tarefa do conjunto do povo de Deus é complexo, gradual e permanente. Significa mudança de mentalidades e de posturas consolidadas por séculos na Igreja. A ilusão, ainda que legítima, de uma mudança drástica nas relações de poder na Igreja e o advento de uma Igreja participativa, sem pirâmides e sem personalidades investidas de poder sagrado, necessita não somente de realismo



histórico, mas também de ponderações metodológicas. Estamos vivenciando, com certeza, uma época de renovações efetivas, mas que estão longe de serem completas e definitivas. O exercício de comunhão efetiva é um ideal que move ações, mas carrega, por certo, uma reserva inesgotável de significados e motivações que acompanham a comunidade eclesial em sua jornada histórica.

A consciência de que as mudanças são processuais é, por demais, necessária nas etapas de realização do próximo Sínodo e do propósito da sinodalidade que, desde então, se abrem para todos os sujeitos eclesiais. A persistência de uma consciência tradicional que acredita que as coisas nascem prontas, são imutáveis e definitivas constitui o grande entrave à sinodalidade. Para esses, a Igreja nasceu pronta e não necessita de revisões em suas estruturas e dinâmicas para ser coerente com sua natureza e missão. As reflexões que seguem focam em duas questões fundamentais: o consenso e o processo. A primeira explicita o mecanismo do consenso como inerente às instituições humanas e, por conseguinte, à Igreja. A segunda afirma a necessidade de construção de processos de mudança que exigem a conversão de todos. Sem consenso os grupos humanos não se organizam em nenhuma tarefa. Sem a vivência do processo as mudanças não ocorrem efetivamente.

1. O consenso e as coletividades

Não há coletividade humana sem consenso. Os grupos constroem suas coesões internas e suas identidades, na medida em que estabelecem valores capazes de agregar a vida comum por meio de representações – religiosas ou secularizadas – de normas e de leis. O consenso em torno de fundamentos, valores e padrões comuns permite às coletividades se estabelecerem como tais e a reproduzirem-se através de mecanismos políticos e pedagógicos sobre as individualidades e as gerações. Como tudo que é humano, os consensos são construções sociais que envolvem de modo inseparável individualidades e coletividades por meio dos processos de exteriorização, interiorização e objetivação (BERGER, 1985). O consenso constrói as objetividades: o que se apresenta como padrão anterior, superior e posterior a cada individualidade. Ele ocorre por vias espontâneas quando o grupo estabelece os padrões de convivência sem necessitar de mecanismos decisórios conscientes e coletivamente acordados, assim como por vias propriamente políticas, mediante mecanismos de deliberações ou, ainda, por processos de imposição de legitimidades executados pela educação e comunicação (GALLINO, 2005, p. 157-159).

As tradições religiosas são constituídas nessa mesma dinâmica, contanto evidentemente com um fundamento transcendente explícito para estabelecer, sustentar e reproduzir seus consensos. O consenso religioso não se apresenta como regra historicamente construída; ao contrário,



afirma-se como regra inerente à natureza (naturalização), às essências das coisas (ontologização) e ao próprio sobrenatural (divinização), como explica Peter Berger (1985). De toda forma, trata-se de um consenso obrigatório por expressar aquilo que *sempre foi* e, portanto, aquilo *que deve ser*. Embora seja essa uma regra geral das construções religiosas, elas revelam dinâmicas próprias nos sistemas religiosos particulares. No caso das religiões reveladas que afirmam ter recebido uma mensagem divina por meio de individualidades historicamente situadas e assumem a função de interpretar, transmitir e catalogar essa mensagem, impõem-se uma inevitável negociação entre o histórico e transcendente, ou, entre o revelado e o interpretado, o recebido e o construído. Essas religiões são banhadas pela historicidade e, portanto, pela relatividade do tempo que separa o passado e o presente, pela interpretação da mensagem que distingue o fundador do carisma e seus seguidores e, por fim, o dado reproduzido oralmente do dado escrito. A consciência da historicidade da mensagem a ser aderida exige discernimento e, por conseguinte, construção deliberada de consensos hermenêuticos no interior do grupo. O cristianismo pode ser entendido como o movimento mais emblemático dessa tipologia, de forma que sua formação testemunhada pelos textos canônicos do Novo Testamento e seus desdobramentos sucessivos e ininterruptos no decorrer do tempo explicitam os jogos das construções consensuais, ora mais ou menos persuasivos, ora mais ou menos participativos. Evidentemente, a regra geral da sobrenaturalização (como naturalização, ontologização e eternização) é adotada como ponto de partida e como ponto de chegada do processo que historicamente são construídos. Por essa razão, a tensão entre o histórico que pede consenso e o revelado que pede adesão constitui o cristianismo ou mais precisamente os cristianismos desde as suas origens.

2. Identidades religiosas e construção do consenso

O cristianismo construiu sua singularidade em meio à diversidade e suas diversidades a partir de uma singularidade que se tornava hegemônica. A dinâmica de formação das identidades ocorre dessa maneira: num jogo de espelhos entre a unidade e a diversidade; a unidade identitária não nasce pronta e nem se define no isolamento; ao contrário, é construída na relação com os diferentes. A relação entre o eu e o outro é constitutiva das vidas subjetiva e social. O que hoje se denomina cristianismo foi sendo construído no decurso de décadas e, até mesmo, de séculos nessa mesma dinâmica. Nosso olhar atual de uma unidade já constituída pode criar ilusões de que se trata de um sistema que nasceu pronto, o que se agrava quando se faz certas leituras das fontes cristãs como uma sucessão linear que liga um cristianismo já institucionalizado – com doutrinas, dogmas, normas, rituais e organização – com suas origens neotestamentárias e com o próprio Jesus de Nazaré (FERRIN, 2018).



Foi do contato ao mesmo tempo espontâneo, forçado e refletido entre judaísmo e helenismo que a identidade cristã foi sendo construída em fases sucessivas, com sujeitos e estratégias diversos e com questões julgadas essenciais. A ideia de um cristianismo que nasce pronto não é mais que uma retrojeção de conceitos tardiamente definidos ou de uma identidade posterior projetada nas origens. Ou seja, as tradições religiosas constroem a si mesmas e, ao fazê-lo, constrói suas próprias origens. As são identidades edificadas na luta entre as diversidades, as tradições são inventadas e a unidade primordial é uma projeção de eras posteriores. A consciência dessa realidade é de fundamental importância para a compreensão correta da formação dos sistemas religiosos e permite superar as visões fixistas, lineares e isoladas das tradições, das doutrinas e das próprias identidades comunitárias. Nesse sentido, a dinâmica do consenso revela-se como estratégia inerente às formações religiosas, à fixação das identidades, do ponto de vista das ideias e das práticas que vão sendo consideradas constitutivas dos grupos. E não se trata apenas de uma dinâmica construtiva do passado testemunhada pela história, mas de uma dinâmica de construção permanente que continua construindo o presente das identidades religiosas, assim como seus passados. Os grupos religiosos são construtores permanentes de si mesmos: do presente, do passado e das próprias fontes de onde originaram ou, mais precisamente, de onde originam.

Nessa dialética permanente, consenso e coerção são estratégias inevitáveis. Na medida em que as experiências religiosas se institucionalizam, a unidade se mostra como construção necessária de sua própria preservação, o que se dá como luta que inclui mecanismos de consenso – quando se busca por meio do diálogo a edificação do que é assumido como ideário e prática comuns – e mecanismo de imposição, quando uma hierarquia já estabelecida e investida de poder de definir o verdadeiro e o falso, impõe por decretos e, até mesmo, por coerção física as decisões instituídas. A história do cristianismo é a expressão fidedigna desses processos políticos em sua longa temporalidade. Foi nessa dupla dinâmica que foram construídos os dogmas e o próprio cânon, assim como distinguidos os ortodoxos dos heterodoxos, os fiéis e os hereges.

O uso do consenso deliberado e da coerção foi muitas vezes alternado ou conjugado. O fato é que a coerção se mostra, de fato, como a estratégia disponível do poder hierárquico, estratégia mais pragmática que resolve por decretos e sansões o que exigiria tempo, debates e custos para ser estabelecido como acordo. E quanto mais centralizada e forte se mostra uma hierarquia, seja política ou religiosa, mais se lança mão das estratégias de coerção como mecanismo garantidor da unidade. No entanto, a busca do consenso sempre acompanhou em alguma medida o exercício do poder, mesmo quando a unidade administrativa legitimamente instituída tinha o



direito de impor suas decisões. A persuasão foi sempre adotada como um caminho médio entre o consenso e a coerção, quando por meio do discurso – lúcido ou ideológico, ameaçador ou manso – se objetivava a adesão do povo. É verdade que muitas vezes a persuasão nem sempre foi adotada e se adotou a coerção como via de eliminação do diferente como primeira estratégia. A atração pela violência expiatória faz parte da humanidade, assim como a substituição da mesma no longo processo civilizatório, explica René Girard (1990, p. 361-365).

O fato é que obter um consenso por meio da palavra sempre se mostrou como um caminho mais econômico do que o da coerção física e, sobretudo, do que o da guerra. As civilizações foram construídas sobre essa via que se torna cada vez mais organizada, instituída e normativa, mesmo que a força e a dominação do mais forte façam parte das relações entre povos e nações. Os tempos modernos instituíram de modo contraditório e a duras penas para os dominados esse status de autônoma das diferenças e esse caminho de negociação entre elas. Mesmo que se trate de um caminho em permanente construção e, por conseguinte, ainda não concluído, o fato é que sem consenso prevaleceria o domínio colonial, a lei do mais forte, o expurgo da diferença e, ao final, a eliminação do outro. O consenso constitui o caminho de construção das unidades internas dos diversos grupos e nações e das relações externas entre os mesmos. A humanidade chegou a esse ponto de estabelecimento das regras e das práticas do diálogo em sua marcha histórica e ainda busca, em plena globalização, os meios mais adequados, justos e sustentáveis de tecer a convivência comum. A conjuntura atual expõe a olhos nus que o consenso não se trata de uma conquista definitiva, mas de um processo de construção permanente. A última Encíclica do Papa Francisco edifica-se sobre essa preocupação que se mostra urgente por ser vital para a humanidade.

A via do consenso se distingue da via da pura persuasão, na medida em que ocorre em uma relação mais simétrica dos sujeitos envolvidos no processo; na persuasão um sujeito detém quase sempre a superioridade cultural ou política que lhe permite impor-se sobre os que miram ser persuadidos. No consenso, a persuasão é estratégia adotada numa suposta igualdade de direitos à palavra; é reconhecida como caminho que conduz a um acordo referente à verdade buscada quando cada sujeito possui legitimidade para discordar ou para concordar. Portanto, a regra da construção do consenso inclui algumas posturas fundamentais: a) a convicção do caminho comum a ser construído; b) o respeito à paridade dos sujeitos envolvidos; c) o princípio de que o consenso pode ser construído e deverá impor-se sobre a divergência; d) o pacto sobre as regras do debate que caminha da divergência à convergência; e) o acordo final em relação ao consenso a ser construído.



Fora do consenso construído não há convivência humana pacífica possível. A coerção das normas e a violência e a persuasão unilateral dos discursos geram de imediato ou, a médio prazo, a destruição das liberdades e das alteridades. Hoje se tem claro que não resta outro caminho a não ser o do consenso que constrói ou da coerção que destrói, do isolamento que aniquila ou do diálogo que edifica o inédito viável (Paulo Freire) nas diversas esferas das relações humanas.

3. O consenso cristão

O cristianismo foi construído e reconstruído por meio de sucessivos consensos, na medida em que uma razão interna ou externa impunha-se como risco de desagregação. A mensagem revelada exigiu discernimentos permanentes desde as suas origens e jamais dispensou o histórico. Se nos regimes míticos o histórico é suplantado pelo retorno ao tempo das origens que instaura o tempo contínuo por meio da ação ritual (ELIADE, 1999, p. 63-64), no cristianismo o histórico se apresenta não somente como cenário inevitável onde a verdade se mostra por determinadas mediações (fatos e personagens), mas como categoria teológica, uma vez que a Palavra se encarnou e por meio da condição imanente comunicou a salvação.

Portanto, o dado histórico e sociológico do discernimento histórico como regra de construção de consenso não nega a experiência fundamental da fé que acolhe os conteúdos primordiais como revelados. Ao contrário, explicita o que se pode entender como dinâmica da própria revelação que inclui os processos históricos. “Deus [...] falou por meio de homens e à maneira humana”, explica a Constituição *Dei Verbum* (12). Ainda que haja formulações distintas para expressar o significado da construção dos dogmas no decorrer do tempo, o fato que se impõe como evidente é que foram construídos em tempos e lugares distintos, dos quais os sujeitos eclesiais retiraram elementos – percepções, motivações, interrogações, linguagens e conceitos – para a elaboração dos mesmos. O cristianismo construiu a si mesmo como unidade maior, as fontes e a tradição dogmática comum, e como diversidade de tradições, desde as separações antigas e modernas. Nesse processo de idas e vindas entre as fontes e as referências presentes, edificou a si mesmo por meio de mecanismos políticos e jurídicos, dentre os quais o consenso foi adotado como caminho natural de formação da consciência e de elaboração conceitual da unidade da fé. A relação dialética entre passado e presente – presente lido a partir do passado e passado lido a partir do presente – edificou e permanece edificando o cristianismo nas suas mais variadas expressões históricas.

Como já foi dito anteriormente, as civilizações forjaram o consenso deliberado como método de relacionamento social e político nos aspectos *intra* e *extra* aos grupos, ou seja, na



construção da coesão interna e na busca de regras de relacionamento com os demais grupos. O cristianismo participa dessa estratégia a, pode-se dizer, com bastante originalidade. A posição tensa entre a tradição judaica com seus mecanismos de preservação e discernimento da verdade nos conselhos de anciãos e a tradição grega, que ensina e pratica a argumentação como meio de acesso à verdade lhe rendeu um legado rico no momento em que teve de decidir sobre suas próprias convicções a respeito de Jesus, o Cristo enviado de Deus. E, mais tarde, já inserido nas políticas do Império, as velhas práticas romanas de decisão conciliar (Concílio da Plebe e do próprio Senado Romano) se apresentou, de fato, como um mecanismo usual. Vale lembrar que estamos no interior de civilizações – a judaica, a grega e a romana – que praticam segundo suas regras próprias os mecanismos de elaboração de consensos que visam agregar e, por conseguinte, gerar costumes, normas e leis. Portanto, se por um lado o cristianismo é um herdeiro dessa antiga prática, por outro há que pontuar alguns aspectos renovadores na sua formação, sendo a tensão a dinâmica central: a) Tensão espacial: a conciliação entre uma identidade étnico-religiosa geograficamente localizada com uma identidade helênica universal; b) Tensão cultural: a conciliação de uma tradição moral estipulada em regras religiosas precisas com costumes plurais dos povos ditos pagãos; c) Tensão política: a construção de uma comunidade messiânica de iguais no interior de uma sociedade estratificada com direitos distintos para os membros na estrutura social do Império Romano; d) Tensão social: a afirmação de uma percepção individualizada do messianismo onde cada indivíduo é ungido perante o messianismo centrado em um povo e onde a comunidade é feita de diversidade e unidade; e) Tensão religiosa: a resolução teológica (filosófica) de uma Divindade – Deus transcendente e onipotente – com uma pessoa física, Jesus de Nazaré, crido e aderido como Messias (Cristo).

Diferentemente de outras tradições religiosas que permanecem inseridas em seus contextos geográficos originais ou já nascem individualizadas de forma a transcender por si mesmas qualquer vínculo local, os seguidores de Jesus tiveram a tarefa de conciliar percepções e práticas, em princípio, antagônicas, sendo fiel às suas origens judaicas e pensando a si mesmo no contexto da *oikumene* grega com todas as suas exigências e possibilidades. Paulo de Tarso expressa essa tensão quando afirma que judeus pedem sinais e gregos pedem sabedoria e o cristianismo tem a oferecer a hermenêutica da cruz (1Cor 1,22). Nessa dinâmica tensa os seguidores de Jesus construíram a si mesmos como identidade; foram plasmando a si mesmos preservando e rompendo, na convicção da realização das promessas messiânicas em Jesus de Nazaré. O preço dessa afirmação era a elaboração de si mesmos, desde uma experiência originária dos seguidores de Jesus, morto na cruz e ressuscitado pelo poder de Deus. A casa judaica era, ao mesmo tempo,



um abrigo seguro com sua tradição messiânica e uma casa cada vez mais estrangeira com suas instituições tradicionais. O cristianismo nasceu de um novo consenso messiânico; primeiro como consenso prático dos seguidores de Jesus, quando o anúncio da salvação nele realizada era mais fundamental que as explicações e, em seguida, como consenso discursivo que exigia cada vez mais interpretações e formulações. À pregação inicial que chamava para a adesão foram sendo introduzidas interrogações que solicitavam novas elaborações. As respostas vieram com as pregações orais que foram sendo pouco a pouco registradas e, mais tarde, com textos escritos, dentre os quais os que compuseram o que mais tarde foi denominado Novo Testamento. O livro de Atos e algumas Cartas Paulinas retratam esse esforço de explicar Jesus e sua obra salvífica na tensão entre o antigo e o novo. Atos dos Apóstolos relata explicitamente a tensão mais fundamental entre as normas judaicas e os costumes gregos, assim como o exercício do consenso na assembleia de Jerusalém (At 15). A regra do consenso se impôs sobre a divisão, sem, contudo, ignorar as diferenças que eram reais e provocavam divisão dentro das comunidades e entre os Apóstolos (Gl 1–2). Com efeito, o consenso não era somente uma estratégia de administração política usual naquele contexto social e político, mas adquiria um significado mais profundo como expressão de uma inspiração e de uma unificação advinda do próprio Espírito do Ressuscitado. É o próprio Espírito que une o que divide, seja como doador dos dons diversos que compõem o corpo comunitário (1Cor 12–14), seja como força centrífuga que lança a comunidade para dentro das diferenças culturais (At 2,1-28) ou, como o inspirador que conduz o próprio exercício do consenso na comunidade: “Pois decidimos o Espírito Santo e nós...” (At 15,28).

Nos primeiros séculos o cristianismo intensificou o debate sobre os significados daquilo que professava como fé por meio de lideranças, pastores/intelectuais, que avançavam nas explicações e por meio de assembleias conciliares locais e, mais tarde, dos Concílios universais, inaugurado por Niceia em 325. Como indica a história das assembleias conciliares, a solução do consenso fez parte da vida cristã, sem a qual sequer poderia pensar no que hoje se reconhece como constitutivo do cristianismo e, por conseguinte, do catolicismo.

A longa temporalidade de formação das instituições e da consciência cristã resultou em modelos distintos de percepção dos significados da verdade fundante da fé cristã, de seu processo de formação e de transmissão histórica. Em termos sociológicos, o cristianismo detém sobre si mesmo percepções marcadas pelo carismático e pelo institucional, ou seja, por visões e práticas que retornam às fontes como caminho de renovação ou que afirmam os padrões institucionalizados como expressão fidedigna e definitiva das fontes e que, por essa razão, rejeita as renovações como traições dos fundamentos e da verdade a ser conservada. Pierre Bourdieu (2003,



p. 90) localizou essas distintas posturas no interior dos sistemas religiosos nas figuras tipológicas do sacerdote (cuja função é preservar o sistema) e do profeta (cuja função é renovar o mesmo sistema). O fato é que, na medida em que o carisma vai sendo institucionalizado (WEBER, 1997, p. 857), afirma-se a percepção do uno que nega o plural, do fixo que rejeita a mudança, da reprodução que rejeita a construção e da repetição que nega a recriação. O consenso que, na verdade, foi construído no tempo e no espaço, adquire o *status* de verdade permanente; torna-se uma espécie de ontologia que fixa a verdade em essências e imutáveis e eterniza o historicamente construído como aquilo que sempre existiu. Peter Berger denominou essa estratégia como inerente às construções sociais das religiões (1985). O processo da construção e da consensualidade desaparecem, dando lugar a uma consciência da estabilidade e da imutabilidade que dispensa e rejeita a historicidade. De fato, na medida em que os movimentos se institucionalizam, o que foi consensuado trona-se regra e norma de forma que: a) O consenso construído não somente supera o dissenso, mas tende a dispensar novos consensos, uma vez que produz como resultado uma unidade de visão ou de prática; b) o consensuado fixa-se como verdade, norma e lei a serem acatadas e vivenciadas pelos membros do grupo; c) a unidade fixada tende a isolar o grupo como distinto e oposto aos grupos diferentes; d) instaura-se ao mesmo tempo as regras e os mecanismos de preservação da verdade/unidade interna do grupo como forma de evitar a dispersão interna e a contaminação externa.

A longa temporalidade de formação da(s) tradição(s) com suas instituições de preservação consolidaram-se modos distintos de conservar, pensar e definir os seus fundamentos. As diversas tradições/confissões institucionalizaram mecanismos próprios com esse propósito, dentro os quais as estruturas colegiadas construtoras de consenso se apresentam como prática comum: os Concílios e os Sínodos no mundo católico/ortodoxo, os Sínodos/Congregações no mundo protestante. Com maior o menor protagonismo decisório, essas instituições exerceram o papel decisivo de reger as decisões consensuais e demarcaram as próprias identidades confessionais. Os arranjos foram diversos em cada uma das tradições e, na maioria dos casos, inscrevem uma composição de modelos que lutam por manter, por um lado, o princípio original do *consensus fidei*, com suas possibilidades de real funcionamento, e, por outro, um mecanismo central de controle do que se mostra inegociável no seio da tradição e, ao mesmo tempo, de garantia de fidelidade às decisões consensuais. O movimento pendular testemunhado pela história da eclesiologia expõe os dois polos e, em grande medida, sustenta as rupturas eclesiais no seio do cristianismo. De um lado afirma-se a supremacia exclusiva do consenso coletivo – da decisão sinodal às congregações locais – e de outro a negociação entre as práticas conciliares – sínodos, concílios e colegialidade – e poder primacial (Papa e Patriarcas).



No caso católico, a conciliação dos modelos de construção consensual e de preservação da tradição/doutrina se apresenta de modo emblemático, quando a autoridade do magistério conciliar e a autoridade do magistério papal encontraram os modos políticos e teológicos de justificação e de operação no seio da instituição. A querela do conciliarismo nos séculos XIV e XV significou o ápice dessa tensão (LACOSTE, 2004, p. 407-409) e resultou na conciliação na qual prevaleceu uma espécie de poderes complementares e mutuamente vigilantes sobre as questões de fé e costume. O movimento pendular ainda se mostra visível na história recente da Igreja Católica, não obstante o ponto de equilíbrio construído pelo Vaticano II com o princípio da colegialidade e, antes disso, da própria afirmação da necessidade (legitimidade) da instituição conciliar que, para os papistas, já havia sido superada desde o Vaticano I com a proclamação do dogma da infalibilidade papal.

4. A sinodalidade: um processo a ser desencadeado

A consciência sinodal hoje emergente no âmbito das reformas empreitadas pelo Papa Francisco expressa de modo emblemático a consciência cristã que afirma o consenso como tarefa de todos no processo de vivência e de transmissão da fé em cada tempo e lugar. A sinodalidade é uma atitude de discernimento do tempo presente e das fontes cristãs, na busca da forma mais coerente de entender e vivenciar a fé de forma atual. A circularidade entre o passado e o presente constitui a dinâmica da tradição cristã: processo de transmissão criativa e não repetição de um padrão fixo e imutável. A sinodalidade afirma que a vida eclesial é participativa, que a comunhão dos iguais-diferentes é um exercício que pressupõe autonomia de cada sujeito e adesão à vida (valores e práticas) comuns. A relação indispensável entre unidade e diversidade é que faz a comunidade cristã existir na fidelidade aos dons doados pelo Espírito a cada fiel e o serviço à construção da comunidade eclesial. Nesse regime de vida comum, a tarefa da construção do consenso não é apenas uma estratégia política e metodológica inevitável, sob pena de prevalecer o domínio dos que têm mais poder, mas o clima permanente, o jeito de viver e de ser da comunidade.

A sinodalidade é uma postura eclesial que ensina que as coisas não são prontas, que o cristianismo, muito ao contrário do que muitos afirmam, não é um sistema concluído (COMBLIN, 1968), que a comunidade eclesial não é reprodução de uma ordem estável e imutável, que a ordem comunitária não é um poder centralizado que detém, opera e reproduz uma verdade executada de cima para baixo. A teologia da sinodalidade é fundamentalmente uma pneumatologia que supera as formas antigas de cristomonismo que reduz a história da salvação à tríade Deus-Cristo-Igreja e concretizou-se no modelo eclesial do corpo estável e piramidal das hierarquias constitutivas do mundo antigo/medieval (COMBLIN, 1988, p. 30-34).



Os Evangelhos nos ensinam a presença do Espírito na construção do cristianismo nos primeiros tempos. Lucas apresenta a Igreja em construção como o tempo do Espírito que a impulsiona desde Jerusalém. Do antigo, o Espírito produz o Novo, da estabilidade retira o movimento, do local impulsiona o universal. A festa judaica de Pentecostes (At 2) adquire na encenação lucana um significado radicalmente novo para expressar essa realidade: os seguidores de Jesus recebem o dom, o impulso e a missão de construir a Igreja em meio aos conflitos com o judaísmo e com o contexto social e político do Império Romano. A Igreja vai nascendo nesse dinamismo de criatividade pela ação missionária dos agentes seguidores de Jesus Cristo: os Apóstolos antigos e novos e de cada homem e mulher seguidor do Mestre.

A espiritualidade cristã brota do Espírito que ensina a discernir, a criar e a agir em história que passa, sempre provisória e, por conseguinte, de uma comunidade eclesial também em trânsito permanente. A miragem das coisas prontas e definitivas constitui o grande entrave ao exercício da sinodalidade. A espiritualidade sinodal é a acolhida do Espírito que sopra onde quer e sopra no provisório que chama para a construção eclesial – a edificação da Igreja, conforme ensina Paulo em 1Cor 14–15. Por essa razão, sinodalidade é exigência de conversão e de mística do provisório, do discernimento e da construção. Sem essa consciência espiritual, a sinodalidade pode ser reduzida a apenas uma estratégia política de participação comunitária, quando não a uma disputa de poder. O Papa Francisco insiste em um princípio metodológico que expressa com clarividência essa postura espiritual: o tempo é superior ao espaço (EG 222-225). A sinodalidade ancorada nessa perspectiva transcende a redução da participação eclesial ao mero exercício funcional ou de poder exercido na comunidade. Desencadear processos é mais fundamental e transformador do que conquistar espaços por meio de hegemonia de ideias ou de postos conquistados.

Nessa perspectiva estamos diante de um longo caminho a ser percorrido e o Sínodo de 2023 e 2024 não será um marco definitivo concluído, mas a retomada de uma postura renovadora que exige conversão permanente das linguagens e das estruturas. Sem a conversão do coração e da mente – das convicções e das atitudes – nenhuma definição sinodal, por fundamental que seja, produzirá frutos efetivos. Os obstáculos de mentalidade (culturais) deverão ser superados para que as definições sinodais desencadeiem processos de renovação na participação do povo de Deus na edificação da comunidade eclesial.

Considerações finais

A decisão do Papa Francisco, de realizar o Sínodo sobre a sinodalidade em duas etapas, apresentou como razão precisamente a ideia de processo.



Os frutos do processo sinodal iniciado são muitos, mas para que eles atinjam a maturidade plena é necessário não ter pressa. Portanto, a fim de ter mais tempo para o discernimento, decidi que esta Assembleia Sinodal será realizada em duas sessões. A primeira de 4 a 29 de outubro de 2023 e a segunda em outubro de 2024 (*Angelus*, 16/10/2022).

Uma mudança de cultura, de posturas, de dinâmicas e de estruturas eclesiais não ocorre com a realização de um simples evento realizado por uma Assembleia em Roma, por mais aberta e participativa que venha a ser. A decisão do papa brota, de fato, de uma convicção que transcende suas próprias forças físicas e se sustenta em uma perspectiva de discernimento espiritual da parte do povo de Deus e de seus pastores. A aposta é antes de tudo de fé e dispensa as seguranças de um suposto controle de seu pontificado nos dois eventos. A decisão pessoal aplica de modo testemunhal aquilo que tem sido um método repetido por ele: o tempo é superior ao espaço (EG 222-225). O tempo é superior ao papa. O Espírito é superior à Igreja.

Referências

- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- COMBLIN, José. *O provisório e o definitivo*. São Paulo: Herder, 1968.
- _____. *O Espírito Santo e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FERRIN, Emilio G. *A angústia de Abraão: as origens culturais do judaísmo, do cristianismo e do islamismo*. São Paulo: Paulus, 2018.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. *Encíclica Fratelli tutti*. São Paulo: Paulinas, 2021.
- GALLINO, Luciano. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Unesp/Paz e Terra, 1990.
- LACOSTE, Jean-Yves (Org.). *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004.
- PASSOS, J. Décio. *A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões*. São Paulo: Paulinas, 2020.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.



O ESPÍRITO QUE IMPULSIONA A SINODALIDADE

THE SPIRIT THAT DRIVES SYNODALITY

ALZIRINHA SOUZA

Resumo: O sínodo que se realizará em 2023 dá à Igreja, mais uma vez, a oportunidade de rever-se como aquela que é sinal do Reino de Deus no processo da história. Os movimentos e processos realizados pela Igreja em favor do desvelar do Reino de Deus não é unicamente de homens e mulheres que a compõem. Trata-se, antes, do impulso mesmo de Deus através da ação do Espírito Santo. É nesse sentido que este artigo pretende, à luz do pensamento de José Comblin, compreender a racionalidade teológica acerca da ação do Espírito Santo. Com essa compreensão, podemos reler e efetivar o atual momento sinodal.

Palavras-chave: Pneumatologia, José Comblin, Espírito Santo, Sinodalidade, Ecclesiologia.

Abstract: The synod to be held in 2023 gives the Church, once again, the opportunity to review it self as a sign of the Kingdom of God within the process of history. The moves and processes carried out by the Church in favor of the unveiling of the Kingdom of God is not only by the men and women who compose it. It is, rather, the impulse of God himself through the action of the Holy Spirit. In this sense, under the light of Jose Comblin's thought, this article aims to to understand the theological rationality about the action of the Holy Spirit. With this understanding, we can reread and implement the current synodal moment.

Keywords: Pneumatology, José Comblin, Holy Spirit, Synodality, Ecclesiology.

Introdução

Desde o anúncio do Sínodo dos Bispos para a sinodalidade e o início da caminhada sinodal na Igreja, muito se tem publicado e refletido sobre a busca de novos caminhos para a vivência do cristianismo.

Uma vez mais, a exemplo do Concílio Vaticano II, voltamos aos fundamentos do que nos constitui enquanto comunidade de fé que se expressa no mundo, seguidores da pessoa de Jesus



e mensageiros de seu anúncio transformador das realidades concretas, em busca do desvelar do Reino de Deus na história. Nesse sentido, é providencial pensarmos de maneira contínua em como reestruturar internamente as relações eclesiais para sermos comunidade de testemunho do Nazareno neste mundo. Não somos apenas aqueles que caminham juntos, mas os que desejam fazer uma caminhada diferente, de modo que todos tenham voz, vez, fala e lugar. É disso que trata a sinodalidade.

Tal forma não é nova. Ela está no sentido primeiro de ser Igreja, que nasce impulsionada pela ação do Espírito Santo; este, por sua vez, movimenta homens e mulheres no exercício de serem cristãos e cristãs no mundo. Ora, a maneira como se estabelece a ação do Espírito no mundo – a qual impulsiona a sinodalidade – é o tema deste artigo. Para tanto, organizamos o texto em duas partes: na primeira apresentamos o pensamento de José Comblin sobre a ação do Espírito Santo no mundo, e na segunda mostramos o reflexo dessa ação sobre a mudança na forma de nos constituirmos como *koinonia*.

1. A ação do ES¹ no mundo

Uma das principais chaves de leitura de José Comblin sobre o tema o Espírito é sua ação na história e, por conseguinte, no mundo. Outros autores refletem sobre a pneumatologia latino-americana,² ressitando o Espírito e sua ação no nível da história. Contudo, o pensamento de José Comblin avança ao indicar o discernimento humano como a via de encontro por excelência do desejo de Deus com o desejo humano, através do impulso do ES.

Retomando o pensamento de Irineu de Lyon,³ Comblin parte da premissa de que Deus continua atuando no mundo através de Suas duas mãos: a do Filho e a do ES. Deus age na história presente através da ação humana, desde que ela seja pautada pela prática e pelos ensinamentos do Filho, e impulsionada pelo ES. Logo, a ação humana não é uma ação qualquer. Em última instância, ela revela a ação de Deus na história. Por isso, são ações específicas: as que libertam, as que impulsionam a vivência plena do Evangelho, as que levam ao cuidado com o outro e, enfim, as que traduzem as características de Deus – que, em última instância, se traduzem em nova forma de viver em comunidade.

.....
¹ Neste texto, utilizaremos ES para nos referirmos ao Espírito Santo.

² Destacamos especialmente o pensamento de Victor Codina SJ, sobretudo nestas obras de sua autoria: *Não deixais extinguir o ES* (São Paulo: Paulinas, 2010) e *El Espíritu del Señor actúa desde abajo* (Madrid: Sal Terrae, 2015).

³ IRENEE DE LYON. *Contre les hérésies: dénonciation et réfutation de la gnose au non menteur* (traduction française par Adelin Rousseau). Paris: Cerf, 1984. Sobre *La mano de Dios*: III. 21,10; IV. 39,2; V. 5,2; 15,2-3.



A partir dessa lógica teológica, poderíamos nos perguntar: não seria o ES, em última instância, o fundador do processo sinodal?

1.1 O discernimento como espaço de atuação do ES

Afirmar que o ES atua na história através da ação humana contém seus riscos. Se tomássemos literalmente essa afirmação, poderíamos supor e questionar a própria ação, realizada de forma consciente e livre. Poderíamos entender que o ES anula a decisão humana. É justamente a fim de dirimir esse risco que Comblin apresenta a ação do ES diante da ação humana.

Para Comblin, o ES conduz a história através dos discernimentos e ações das pessoas, e não por imposição ou por grandes forças. Ele o faz penetrando nas ações simples, modestas e em geral escondidas, colocando nelas um novo selo de verdadeiro sentido, de verdadeira continuidade com a história da humanidade (COMBLIN, 1986, p. 481).⁴

Sendo confrontados(as) pelos desafios da evolução do mundo, praticamos o discernimento. Discernir é encontrar o caminho da vida e da ação, que pode fazer frente ao mundo que se deseja transformar. O discernimento é a novidade cristã para a ação (COMBLIN, 1986, p. 482).⁵ Retomando a teologia paulina, Comblin afirma que o discernimento está no centro da mensagem cristã e mostra até que ponto está longe de ser um simples pragmatismo, uma vez que diz respeito ao encontro fundamental entre Deus e a humanidade – logo, o centro do cristianismo. Nesse sentido, o ES é aquele que atua no discernimento humano como forma e possibilidade de abertura para sua salvação, transformando-o em caminho por onde Deus se faz atual e presente, entrando na existência humana.

Para Paulo, na primeira parte de suas cartas (1Ts 5,19-22; Rm 12,2; Fl 1,9-11; Ef 5,10) expõe o conjunto do mistério de Cristo, afirmando que ele se faz realidade humana graças à ação, que, por sua vez, se define como discernimento. Depende de cada pessoa fazer o mistério da salvação se tornar realidade, e sua decisão para concretizar essa realidade se chama discernimento. Por essa razão, longe de ser uma espécie de oportunismo, ele é princípio fundamental do agir cristão.

A lógica paulina mostra que o ensinamento do ES não é teórico nem tampouco é para repetir o que Jesus ensinou. O ES recorda, antes, o ensinamento de Jesus, que se concretiza sob forma de ação nova a cada momento. Sua expressão, *fazer a vontade do Pai*, desloca-se igualmente

.....
⁴ COMBLIN, J. *Tiempo de acción: ensayo sobre el Espíritu y la historia*. Lima: CEP, 1986. p. 481.

⁵ COMBLIN, J. *Tiempo de acción: ensayo sobre el Espíritu y la historia*. Lima: CEP, 1986. p. 482.



do teórico para o prático: não saberemos qual é a vontade do Pai até o momento em que começa a ação; há que se buscar essa vontade por meio dos sinais que se encontram no mundo, a cujas demandas se deve então tentar responder. No tocante ao cristianismo, o diferencial encontra-se no seguinte fato: a vontade de Deus – que está por ser feita – é criada pelo ES. Nesse caso, discernir é criar um ato novo, que jamais é dado antecipadamente, nem pelo curso da história nem por mandato celestial.

Se a história não estivesse aberta à ação do ES, ao imprevisto, ao não previsto, como postula o Novo Testamento, ela já estaria antecipadamente escrita e definida. A vida cristã, por sua vez, não teria outro refúgio a não ser a “para-história” ou a “meta-história” nos céus ou no mundo das almas, isto é, a eliminação do presente e de sua possibilidade de transformação. É justa essa abertura ao Espírito, que faz a atualização da história, cujo sentido vai sendo transformado a partir das ações humanas.

Ora, a transformação do mundo é uma das funções do cristianismo. Por isso, a resposta ao discernimento consiste na ação transformadora à medida que esta procede do ES e modifica o mundo, e é transformada à medida que pertence ao mundo renovado.

Pelas ações novas advindas do discernimento, realiza-se o *Mistério Pascal*: morre-se para o velho mundo e nasce um novo mundo, que é realização atual da morte e ressurreição de Cristo. O mundo passa pelo batismo através do discernimento humano e, por essa novidade, ele é o modo pelo qual o cristianismo vive a esperança e o messianismo evangélico (COMBLIN, 1986, p. 487).⁶

Em resumo, a ação humana não cai pronta do céu nem é pré-formatada ou relevada por alguma iluminação, como gostariam aqueles que têm mais dificuldades em colocar-se a caminho. Ela deve ser buscada, discernida e estudada no mundo exterior, o qual é necessário conhecer, provando os ritmos que nele se impõem. O discernimento é, portanto, a função pela qual se encontram na história Deus e os homens e mulheres, pela qual o Reino de Deus se desvela na Terra, através das ações humanas discernidas no ES.

1.2 O discernimento, a história e a ação: articulações

Contudo, é notório que, até encontrarem seu equilíbrio no processo da história, cristãos(as) assumiram posturas ora contraditórias às ações esperadas do ES, ora como se estivessem somente condicionados pelo ES. Por essa razão, é necessário aprofundar a relação entre discernimento,

.....
⁶ COMBLIN, J. *Tiempo de acción*. p. 487.



história e ação. Para Comblin, essa reflexão pode ser realizada a partir de três perspectivas: recusa, aceitação ou equilíbrio. Sem desconsiderar a liberdade do movimento do ES, essas três chaves pressupõem caminhos de reflexão.

A primeira trata da *recusa* da história. E não foram poucos os momentos em que a Igreja se colocou nesta posição. No entanto, o mais importante é perceber que esse movimento não partiu somente da Igreja institucional, mas também da Igreja dos pobres, das massas de cristãos e cristãs que, em momentos históricos, trouxeram a Igreja de volta à sua centralidade (COMBLIN, 1986, p. 488-489).⁷ Aqueles que as elites consideram como povo sem cultura e ignorante são autores de ação movida em nome da história e inspirada pelo ES.

A explicação para esse movimento dos pobres vem da compreensão mesma de libertação, traduzida na recusa a toda forma de libertação que não proponha a esperança messiânica, a espera de um Reino que vem de Cristo. Os pobres recusam o oportunismo da vitória que não acompanha o *todo* da história. Essa recusa provém do critério da Cruz (*Theologia crucis*), que indica de qual lado se coloca a salvação. As novidades que se apresentam pelas ações que são fontes de nova escravidão (logo, dominadoras para os pobres) e desvelam falsos profetas e falsos pastores, são as descartadas pelo discernimento.

A segunda perspectiva trata da *aceitação* da história. Ela é realizada não para abandonar a mensagem cristã, mas para reconhecer que a história se constitui numa mediação válida para o desvelar do Reino de Deus. Dito de outra forma, o discernimento consiste em reconhecer tudo o que é aberto ao ES na irrupção da história. Mesmo em sua ambiguidade, o ES se apresenta como Criador (*Theologia gloriae*) que proclama a vitória de Cristo.

A terceira e última perspectiva trata do *equilíbrio*. É o momento em que os cristãos transformam a história e o mundo, ou o momento em que o mundo se deixa transformar por eles.

1.3 Sentido do discernimento

Levando em consideração a relação história x ES e ação, fica claro que o primeiro não cria um mundo novo nem uma história nova independente da vontade humana. Por outro lado, também a ação cristã jamais é um começo absoluto. A humanidade – situada no presente da história, na geração que lhe cabe – continua sua construção sem pretender anular o passado. Antes, volta a ele como a uma base de construção do presente que projeta um futuro com nova densidade. Isso posto, podemos nos fazer a pergunta fundamental: qual lugar ocupa o ES na ação humana?

.....
⁷ COMBLIN, J. *Tiempo de acción*. p. 488-489.



Comblin afirmará que o ES atua sempre como ação segunda e corretiva. Atua a partir do presente, revelando como ação segunda o sentido da ação realizada. Não existe nenhuma forma de iluminação de uma novidade total; pelo contrário, o que existe é a afirmação de que é possível extrair a novidade de um contexto, que não pode ser totalmente controlado (COMBLIN, 1986, p. 496).⁸ Por isso, discernir é primeiramente um ato humano, que exige, ao mesmo tempo: compreender a situação real, compreender o sentido do ES e pensar em como se adequam ES e mundo atual. São três conhecimentos que se relacionam mutuamente e nos permitem ver duas novas perspectivas. No ponto de vista do ES, o discernimento é realizado para a libertação dos pobres na história e, no ponto de vista do mundo, ele é realizado para a transformação da história, por uma esperança de libertação. É por essa razão que discernir a partir da situação presente exige um conhecimento da história no “que é” e no “que não é”. O “que é” é dado pelos métodos das ciências humanas, que permitem chegar ao conhecimento aproximativo da realidade. No “que não é” atua o ES ao proporcionar o descobrimento do qual a transformação se faz necessária; ele atua naquilo que as ciências não alcançam.

1.4 Prática do discernimento

Colocamos agora uma nova questão: como esse discernimento se põe em prática? Como evitar que o subjetivismo se apodere da consciência individual ou que lhe aconteça a inversão de valores da responsabilidade que cabe a cada um de nós? De que maneira o discernimento comporta outra reflexão sobre o subjetivismo? Como entender a superação do risco do subjetivismo na responsabilidade pessoal da realização da ação? (COMBLIN, 1986, p. 502).⁹

A resposta encontra-se no princípio mesmo que é o do ES: ele é uno e igualmente tende à unidade. Se esse é o ES que inspira consciências individuais, dele resultará a harmonia no plano da ação. Em sentido contrário, isto é, quando as consciências não são inspiradas pelo ES, há que se encontrar outros mecanismos que as ordenem, como, por exemplo, as leis.

Finalmente, para responder ao perigo do subjetivismo, nosso autor retoma o tema da importância da comunidade, em linha com o sentido dado pelo Vaticano II: como corrente de vida, o Povo de Deus situado dentro da corrente da história (COMBLIN, 1973, p. 30).¹⁰ Não se trata de descobrir um código objetivo fora das pessoas para que escolham suas ações, mas

.....
⁸ COMBLIN, J. *Tiempo de acción*. p. 496.

⁹ COMBLIN, J. *Tiempo de acción*. p. 502.

¹⁰ COMBLIN, J. *La teología de la revolución: teoría*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1973. p. 30.



de fazer convergir as ações, de modo que sua realização em comunidade se transforme em movimentos históricos que superem as subjetividades? (COMBLIN, 1986, p. 505).¹¹ É em comunidade que o discernimento tem a possibilidade de realizar-se historicamente e que as ações podem ser levadas a cabo através de um constante intercâmbio que se transforma, embora não completamente, em consenso (COMBLIN, 1986, p. 506).¹² Por isso, a validade da ação discernida no ES e em comunidade encontra-se no fato de que são respostas concretas às demandas da realidade.

2. Sinodalidade como *ação discernida*

É a partir do pensamento acima refletido que encontramos elementos para afirmar que a sinodalidade não pode acontecer e se efetivar na dinâmica eclesial, a não ser que seja impulsionada pelo ES. A tarefa é ampla, árdua e pautada notadamente por uma mudança de consciência comum, que concerne toda a comunidade eclesial.

Ser sinodal, querer dialogar e dar vez, voz e lugar a todos os membros da comunidade eclesial, não implica somente responder a uma demanda “nova” do Papa Francisco. Aliás, a demanda é anterior a ele. É necessário perceber que, recuperando a tradição da Igreja e a dinâmica conciliar do Vaticano II, o papa nos exorta a ressignificar mais uma vez nossa forma de ser Igreja. Ele não tira isso do nada como se fosse uma moda ou uma nova invenção.

A base da sinodalidade – que, em última instância, se reporta à comunidade de Jesus e à experiência das primeiras comunidades (At 2–4) – é retomada por Francisco como solução de continuidade da Igreja mesma. Numa época em que os distanciamentos, os secularismos, os individualismos e as dinâmicas de poder já entraram em nossas comunidades eclesiais, a sinodalidade como proposta de nova forma de convivência a partir do Evangelho se torna “o” caminho para a partilha de vida comum de cristãos e cristãs que desejam constituir uma Igreja que quer ser sinal do Reino de Deus nesse processo histórico.

Por esse motivo, não se trata apenas de “caminhar juntos”. Isso é que vimos tentando fazer desde o princípio da Igreja. Sinodalidade é, antes, a construção comum de uma nova forma de caminhar juntos! Trata-se, portanto, de um processo em que todos tenham voz, vez e lugar na comunidade eclesial, onde as diferenças sejam superadas em favor da comum-união estabelecida em torno da pessoa de Jesus (EG, 228).

.....
¹¹ COMBLIN, J. *Tiempo de acción*. p. 505.

¹² COMBLIN, J. *Tiempo de acción*. p. 506.



A sinodalidade nos demanda, em última instância, que voltemos a nos compreender como comunidade. Elemento central para o cristianismo e em especial para a teologia paulina, que toma a comunidade como modelo concreto de caminho de transformação humana, ela deve ser a base dos processos de formação. A comunidade, vista desta forma, é aquela que dá à humanidade e à Igreja a possibilidade de existir concretamente na história. Desde o Novo Testamento, elas são em si mesmas a personificação da realidade história, da humanidade nova (homens novos) na expressão paulina, em que se refletem, a partir do Evangelho, valores humanos que constroem e formam os que ali convivem. Por isso, “homens novos”, desde o cristianismo primitivo, constituem uma realidade social, concreta, visível e palpável, que vai sendo afirmada através da expressão *revestir-se do homem novo* (Ef 4,22-24).

As nossas ações para a construção do caminho sinodal só serão efetivas se forem construídas em abertura à ação do ES no mundo, superando os subjetivismos, gostos e escolhas pessoais que não raras vezes se colocam por cima do bem comum que nos constitui como comunidades de seguidores(as) da pessoa de Jesus.

O ES, em última instância, faz convergir pelo discernimento o desejo humano e o desejo de Deus. Fazer com que nossa práxis cristã testemunhe a comunidade dos apóstolos no tempo presente, é o grande desafio da sinodalidade. Esse é um momento rico e histórico da Igreja universal, que nos demanda criar uma nova compreensão de nós mesmos para podermos avançar.

Conclusão

Nosso objetivo neste texto foi demonstrar, a partir do pensamento de José Comblin, como as nossas ações e decisões podem impactar a história, desvelando nela a ação mesma de Deus. Ora, tratamos de apresentar como esse dinamismo se faz possível pela ação do ES no mundo à medida que nos colocamos em abertura à sua dinâmica.

A efetivação do processo sinodal, isto é, de uma nova forma de sermos Igreja, passa igualmente por esse caminho. Sendo de nossa responsabilidade, a consciência sinodal deve ser assumida como uma nova práxis discernida que gere uma nova humanidade, uma nova comunidade aberta ao diálogo interno e com o mundo atual.

Referências

- CODINA, V. *Non deixais extinguir o ES*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- CODINA, V. *El Espíritu del Señor actúa desde abajo*, Madrid: Sal Terrae, 2015.
- COMBLIN, J. *Tiempo de acción ensayo sobre el Espíritu y la historia*. Lima: CEP, 1986.



COMBLIN, J. *La teología de la revolución: teoría*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1973.

IRÉNÉE DE LYON. *Contre les hérésies: dénonciation et réfutation de la gnose au non menteur* (traduction française par Adelin Rousseau). Paris: Cerf, 1984. Sobre *La mano de Dios*: III. 21,10; IV. 39,2; V. 5,2; 15,2-3.

Dados da autora

Leiga e doutora em Teologia pela *Université catholique de Louvain*, na Bélgica. Fundadora e colaboradora do Centro de Pesquisa de Documentação José Comblin – UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco). Atualmente, é professora e pesquisadora do NECT – Núcleo de Estudos em Comunicação e Teologia da PUC-Minas.

Recebido em 11/10/22

Aprovado em 25/10/22



“FRANCISCO: RECONSTRÓI A MINHA IGREJA”: PERFIL DE UMA IGREJA VERDADEIRAMENTE SINODAL

“FRANCIS: REBUILD MY CHURCH”: PROFILE OF A TRULY SYNODAL CHURCH

CELSO PINTO CARIAS

Resumo: O Sínodo sobre a sinodalidade (comunhão, participação e missão) convocado pelo Papa Francisco, está pautando o caminhar da Igreja Católica no momento. O presente artigo é uma tentativa de olhar para o futuro, estabelecer alguns pontos no debate para que este processo possa ser vislumbrado com esperança. Nele se indicará alguns elementos considerados importantes para, de fato, realizar um caminhar juntos, conforme o significado da palavra Sínodo. Trata-se de estabelecer princípios norteadores nos quais se possa perceber, para além do discurso, a construção de uma Igreja na qual o conjunto dos batizados se sinta parte integrante.

Palavras-chave: Pobre, Ministérios, Participação, Decisão, Sociedade, Fraternidade.

Abstract: The Synod on Synodality (Communion, Participation and Mission) convened by Pope Francis is currently guiding the journey of the Catholic Church. This article is an attempt to look to the future, to establish some points in the debate so that this process can be glimpsed with hope. It will indicate some elements that are considered important to, in fact, make a journey together, according to the meaning of the word Synod. It is about establishing guiding principles in which one can perceive, beyond discourse, the construction of a Church in which all the baptized feel an integral part.

Keywords: Poor, Ministries, Participation, Decision, Society, Fraternity.

Introdução

O discurso do Papa Francisco, em 17 de outubro de 2015, por ocasião do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, é uma síntese paradigmática, onde ele afirma: “O caminho da



sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”. E ainda cita a conhecida frase de São João Crisóstomo: “Igreja e Sínodo são sinônimos”.

A fundamentação teológica e eclesiológica de uma Igreja Sinodal está dada. O documento da Comissão Teológica Internacional (2018) é uma referência que indica com evidência tal fundamento.¹ Além disso, também têm surgido comentários de qualidade que ratificam a dimensão sinodal como constitutiva da Igreja.²

O Documento Preparatório (DP) divulgado na abertura do processo sinodal convocado por Francisco em outubro de 2021 é de uma transparência fantástica: “Com efeito, o nosso *caminhar juntos* é o que mais implementa e manifesta a natureza da Igreja como Povo de Deus peregrino e missionário”. E o *Vademecum*, documento de orientação prática divulgado na mesma ocasião também não deixa dúvida: “De fato, a sinodalidade não é tanto um acontecimento ou um slogan, mas um estilo e uma forma de ser pela qual a Igreja vive a sua missão no mundo. A missão da Igreja exige que todo o Povo de Deus esteja num caminho em conjunto, com cada membro a desempenhar o seu papel crucial, unidos uns aos outros”.

Contudo, o próprio Papa Francisco tratou de nos lembrar no discurso de 2015 citado acima: “Aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo está já tudo contido na palavra ‘sínodo’. Caminhar juntos – leigos, pastores, Bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática”.

Ora, é justamente sobre como colocar o “processo sinodal” em prática que esta reflexão pretende tratar. Tudo indica que ninguém se atreverá dizer que a dimensão sinodal não seja constitutiva da Igreja. Mas o que entender por “constitutiva”? Que interpretação se fará deste processo? De outubro de 2021 até o agora temos visto pouco entusiasmo com o Sínodo: Comunhão, Participação e Missão. Ousamos indicar que exista até certa insatisfação com tal convocação. É verdade que apenas os ultraconservadores demonstram isso explicitamente. Porém, a ausência de um conjunto de iniciativas que ultrapassem a formalidade do que é pedido no *Vademecum*, por parte de um bom número de dioceses, indica nitidamente que não se espera exatamente aquilo que o documento preparatório preconiza. Voltaremos a ser verdadeiramente sinodais no século XXI?

Assim sendo, faremos um exercício de projetar o perfil desta possível Igreja Sinodal que se abre neste século. Mas será uma reflexão feita a partir daquilo que a própria Igreja Católica

.....
¹ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2019.

² Um bom exemplo: AQUINO JUNIOR, F.; PASSOS, J. Décio (Org.). *Por uma Igreja sinodal: reflexões teológico-pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022.



Apostólica Romana acumulou de reflexão e prática nos últimos dois milênios. Por incrível que pareça, sem novidades. Não ousaremos propor possibilidades de práticas que possam inclusive, legitimamente, ter base bíblica e teológica, mas apenas caminhos que já foram feitos e podem ser aperfeiçoados diante da nova realidade social, política, econômica e cultural que estamos vivendo. Afinal, o cristianismo sempre esteve em diálogo com a realidade, mudando aquilo que não é essencial para continuar fiel ao projeto de Jesus Cristo.

Para traçar o perfil de uma Igreja Sinodal, apontaremos sete perspectivas, sete horizontes, sobre os quais se podem contestar ou acrescentar, mas que não se pode deixar de buscar, se queremos reencontrar, como disse São Paulo VI na *Evangelii Nuntandi*, lá pelos idos de 1975, o vigor missionário da evangelização:

- O que é que é feito, em nossos dias, daquela energia escondida da Boa-Nova, suscetível de impressionar profundamente a consciência dos homens?
- Até que ponto e como é que essa força evangélica está em condições de transformar verdadeiramente o homem deste nosso século?
- Quais os métodos que se deverão seguir para proclamar o Evangelho de modo que a sua potência possa ser eficaz? (EN 4)

1. Uma Igreja sinodal deve ser uma Igreja pobre com os pobres³

Se somos seguidores e seguidoras Daquele que não tinha onde “reclinar a cabeça” (Mt 8,20), não podemos ostentar, em nome muitas vezes de uma teologia da glorificação, como no caso das vestes litúrgicas, uma vida de luxo e acumulação. Santo Oscar Romero, parafraseando Santo Irineu, dizia que a “Glória de Deus é que o pobre viva”. Ou seja, a Igreja precisa testemunhar aquilo que prega.

São Paulo VI lembra por seis vezes na *Evangelii Nuntiandi* (números 6, 15, 21, 2, 41 e 76) – 1975 – a importância do testemunho para a Igreja. No 41 ele chega mesmo a reconhecer que está sendo repetitivo, e conclui este parágrafo dizendo:

Será, pois pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo, numa palavra, testemunho de santidade.

.....
³ Em livro publicado por mim e minha esposa, dedico um capítulo inteiro sobre este tema (Por uma Igreja pobre). CARIAS, C. P.; CRUZ CARIAS, A. de J. *Outra teologia é possível, outra Igreja também*. Petrópolis: Vozes, 2016.



Ao longo da história do cristianismo, muitas vezes, fez-se necessário lembrar o caminho da pobreza evangélica como fator fundamental para dar continuidade à missão deixada pelo Nazareno. Começando pelos Evangelhos (Bem-aventurados os pobres), passando por Inácio de Antioquia, por Francisco de Assis, e agora o testemunho do Papa Francisco, temos muitos exemplos desta necessidade. Eles fazem memória do quanto não se pode separar a convicção da salvação gratuita de Deus em Jesus Cristo, de uma vida que seja sinal dessa mesma irrupção salvífica no meio da história humana. A consumação se dá na plenitude escatológica, mas o caminho precisa ser feito com uma fé que, na história do mundo, seja defensora dos valores do Reino de Deus.

Em seu livro sobre Jesus Cristo, o teólogo Joseph Ratzinger, Bispo Emérito de Roma (Bento XVI), confirma um consenso hoje em cristologia: “O conteúdo central do Evangelho diz: o Reino de Deus está próximo. É colocada uma marca no tempo, algo de novo acontece. E é exigida uma resposta do homem a esta oferta: conversão e fé. O centro deste anúncio é a mensagem da proximidade do Reino de Deus”,⁴ isto é, o centro da mensagem de Jesus é o anúncio do Reino de Deus. E mais adiante confirma que a centralidade do Reino passa pelo pobre.⁵

O que a grande maioria dos santos e santas, canonizados ou não, fizeram para se identificar com Cristo? Não largaram riquezas e poderes para testemunhar o amor de Deus revelado em Jesus Cristo? A instituição que representa o Cristo não deveria tomar o mesmo caminho dos santos e santas? É impossível que uma instituição possa se articular e se organizar de modo simples e austero, com despojamento e frugalidade? Uma instituição que representa Aquele que viveu uma vida terrena sem aliança com poderes de força, como o poder militar e político, também não poderia ser um testemunho de vida institucional que viva apenas do necessário para cumprir a missão? Assim não se garantiria um pouco mais de fidelidade ao Caminho deixado pelo Filho do Homem aos seus seguidores? No entanto, muitas vezes, parece reinar no interior da instituição eclesial o medo daquele jovem rico de Mateus 19,16-22, que não quis dar aos pobres para ajuntar um tesouro no céu. Necessitamos, urgentemente, de uma conversão institucional.

.....
⁴ J. RATZINGER. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007, p. 58.

⁵ “Por outro lado, a pobreza de que lá se fala também não é uma simples atitude espiritual. É evidente que a atitude radical que nos foi e nos é apresentada por tantos verdadeiros cristãos, desde o pai do monaquismo Sto. Antão até S. Francisco de Assis e até os exemplarmente pobres do nosso século, não é obrigatória para todos. Mas a Igreja precisa sempre, para estar em comunhão com os pobres de Jesus, dos grandes renunciadores; ela precisa das comunidades que os seguem, que vivem na pobreza e na simplicidade e que assim nos mostram a verdade das bem-aventuranças, para sacudir a todos que estejam despertos, para compreenderem a propriedade apenas como serviço, para contraporem à cultura do ter uma cultura da liberdade interior e assim criarem os pressupostos para justiça social”. Ibid., p. 81.



Assim sendo, o ponto de partida para uma Igreja Sinodal é a identificação institucional do Caminho realizado pelo Cristo. Uma Igreja em saída rumo às periferias territoriais e existenciais.⁶

2. Uma Igreja sinodal deve ser toda ela ministerial⁷

Uma das palavras-chave do processo sinodal é *participação*. Uma pergunta fundamental se desdobra daí: o que se entende por participação? Em um mundo onde a maior parte da população é convidada, mesmo com limitações, a participar das várias esferas de decisão, a Igreja não pode separar os fiéis entre aqueles que decidem e os/as que obedecem.

Fazer um Sínodo, desta envergadura, para somente aperfeiçoar o modo como os ministérios existentes deveriam se comportar diante dos desafios seria um esforço sem sentido. Não se trata de ampliar de tal forma a organização ministerial da Igreja a ponto de fazer desaparecer a especificidade das diversas vocações. Mas também não é possível manter uma centralização quase exclusiva no ministério ordenado.

Diversas dioceses pelo Brasil e por toda América Latina, após o Concílio Vaticano II, fizeram experiências exitosas que demonstraram uma vitalidade evangélica enorme. Contudo, o exagero de colocar nas mãos de uma única pessoa (masculina) todo o poder sagrado, só propiciou mais desvios do que acertos. A necessidade em ter, a qualquer custo, ministros ordenados, levou a ordenação de muitos homens despreparados, conseqüentemente a evangelização perdeu muito em qualidade.⁸

Se o Segundo Testamento não é parâmetro para a organização da estrutura ministerial na Igreja, então o que seria? Lavar os pés, eis a essência dos ministérios (Jo 13,12-15). O trabalho teológico já demonstrou, suficientemente, que o cristianismo nasceu e se desenvolveu dentro de uma estrutura amplamente participativa. Se levarmos em consideração o contexto social e político da época na qual nasceu o cristianismo (não havia democracia no sentido moderno), podemos afirmar, tranquilamente, que a organização dos serviços foi montada para que todos pudessem se sentir inseridos na comunidade. Como os fiéis católicos se sentem hoje? Parece-nos que seja mais um sentimento de súditos, em relação ao ministério hierárquico, do que de

.....
⁶ O teólogo Francisco de Aquino Júnior tem insistido, com razão, que este é o ponto de partida fundamental. Em artigo publicado na REB, ele fundamenta bem tal posição: sinodalidade como “Dimensão Constitutiva da Igreja”: retomando e aprofundando a eclesiologia conciliar. REB, Petrópolis, v. 82, n. 321, p. 8-23, jan./abr. 2022, p. 08-21.

⁷ Na obra citada na nota 3, tenho um capítulo no qual desenvolvo mais este tema: *Ser sinodal é ser ministerial*.

⁸ O Pe. Agenor Brighenti conduziu uma pesquisa quanto ao perfil dos padres novos, extremamente relevante. Foi publicado o primeiro volume: *O novo rosto do clero: perfil dos padres novos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2021. Em breve será publicado um segundo volume, no qual terei participação.



irmãos e irmãs. Parecemos mais consumidores de um serviço religioso do que corresponsáveis pelo Caminho deixado pelo Mestre Jesus de Nazaré. Caminho, conforme os textos paulinos, encarnado logo no primeiro momento de organização do processo missionário: apóstolos, profetas, doutores (catequistas), benfeitores, diáconos e diaconisas, etc.

Pode-se perfeitamente, sem trair em nada a tradição eclesial, alargar o horizonte de participação em quatro direções fundamentais: o Ministério da Palavra, o Ministério da Liturgia, o Ministério da Coordenação e o Ministério da Solidariedade, incluindo neste último a dimensão política em sentido da busca do bem comum.

A reflexão teológica possui um acúmulo bastante significativo quanto à questão dos ministérios. Praticamente não existe nada de novo que possa ser acrescentado. No entanto, quando se busca divulgar tal reflexão, parece que estamos diante de uma situação na qual ainda se redescobre possibilidades que, para muitos, soa como completamente nova, e para outros até como heresia. Estamos vivendo, na atual conjuntura, um momento difícil de ser entendido por camadas significativas da população. Trilhar o caminho da vida, em sintonia com a fé no Deus de Jesus Cristo, vem se tornando uma tarefa a ser lembrada com frequência. Assim sendo, se queremos manter vivo o legado do Cristo, a dimensão ministerial em uma Igreja Sinodal não poderá faltar.

3. Uma Igreja sinodal deve ampliar o modo como se decide

O Papa Francisco tem insistido, com razão, que a Igreja não é um parlamento, não é uma ONG. De fato, quando se toca no assunto de ampliar mecanismos de participação e decisão, é possível logo esbarrar no contraponto de que a “Igreja não é uma democracia”. E de fato não é. Mas nem por isso precisa ser uma “monarquia absoluta” próxima a uma ditadura. Não somos súditos, somos irmãos e irmãs.

Certamente a expressão mais contundente da não compreensão do espírito sinodal é o clericalismo. Em nome de um “poder sagrado” fundamentado na lógica da autorreferencialidade, de centralismos nos quais as decisões são tomadas por uma única pessoa, na perspectiva de que ela tem “mandato divino”, induzem as comunidades católicas a se tornarem espaços de submissão cega e não de fraternidade. A lei passa a ter mais valor que a Bíblia.

Na Igreja Católica o processo de tomada de decisões está regulado pelo Código de Direito Canônico (CIC). Este terceiro item entra aqui porque, nos últimos anos, o clericalismo tem usado o CIC como ferramenta que impede o caminhar juntos. Se não formos capazes de reorientar o direito na direção do serviço ao Povo de Deus, corremos o risco de fazer dele quase um



texto revelado. Não será possível *escutar e participar* em um processo viciado por uma interpretação que vai em direção diametralmente oposta ao Concílio Vaticano II.

Precisamos sim de um Direito Canônico. Mas a Igreja não pode ser apresentada como um conjunto de normas que devem ser cumpridas. Ela deve ser apresentada como um povo que caminha em direção ao Projeto de Jesus Cristo. Por isso, se faz necessário estabelecer critérios de interpretação do CIC. E o critério chave do atual código, como costumava lembrar uns dos professores mais renomados do Brasil em Direito Canônico, Pe. Antônio Pereira, é a eclesiologia do Concílio Vaticano II.

Um pouco antes de morrer Pe. Antônio Pereira deixou publicado um livro que mereceria mais atenção dos que buscam servir a Igreja de forma sinodal.⁹ Neste livro ele demonstra que é perfeitamente possível algum tipo de participação dos cristãos leigos e leigas em algumas decisões eclesiais. Cabe aqui uma citação da conclusão do livro:

Ressalto que essa participação nas decisões com voto deliberativo nem teológica nem juridicamente põe em risco a autoridade da Igreja e de seus pastores, como ficou demonstrado em vários lugares deste volume e na minha tese de doutorado devidamente aprovada pela banca de professores da Gregoriana que cito na bibliografia geral.

Além disso, leis podem ser mudadas e é perfeitamente possível estabelecer critérios e níveis de participação do laicato sem quebrar doutrinas essenciais. Mas por que o medo de quebrar leis que não mais correspondem à realidade? Suspeitamos que o medo não seja de desvios doutrinares, mas sim relativos à estrutura de poder.

4. Sinodalidade como método para transformação da sociedade

Embora muitos já identifiquem a *crise civilizatória* na qual estamos metidos, ainda não se analisou com profundidade vários aspectos desta crise. Que mundo resultará, se resultará, depois da crise? Tudo indica que precisaremos de novas ferramentas de análise, pois estamos entrando em um novo tempo para a humanidade. Neste sentido, o caminho sinodal proposto por Francisco é também uma ferramenta para testemunharmos um caminho de mudança em nosso mundo.

Como indica Byung-Chul Han, filósofo coreano radicado na Alemanha, autor de *Sociedade do cansaço*, estamos vivendo sob o domínio da *psicopolítica*, isto é, o controle de mentes

⁹ PEREIRA, A. da Silva. *Participação dos leigos nas decisões da Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2014.



e corações.¹⁰ Não se trata mais de usar a força bruta, mas um controle que cabe em nossas próprias mãos: o smartphone. Estamos nos tornando exploradores de nós mesmos. Assim também, o nosso Ailton Krenak, em *A vida não é útil*, nos alerta: “Hoje essa cultura de revoluções, de povos que movem e derrubam governos, não tem mais sentido”; e ainda: “Quem vai fazer a revolução contra corporações?”. E Krenak, com sabedoria ancestral, vaticina: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”, no livro *Ideias para adiar o fim do mundo*.¹¹

E o Papa Francisco é mais uma voz a somar na esperança de um novo mundo. A partir da Igreja Católica ele convoca todos e todas para um grande diálogo humanitário que leve em consideração que somos natureza. E interpela a mesma Igreja sair das amarras institucionais que não deixam *a liberdade dos filhos de Deus* experimentar a graça de uma realidade onde cada ser humano, homem e mulher, possam viver com dignidade. O Sínodo também deve nos colocar na escuta dos caminhos que o mundo está traçando do ponto vista metodológico, para vislumbrarmos um projeto político a serviço, verdadeiramente, do bem comum. A Igreja precisa ser sal e fermento no meio da massa.

Já foi afirmado, mas é preciso repetir, da Escritura aos documentos eclesiais mais recentes, há o reconhecimento de que a dimensão sinodal é constitutiva da Igreja. Contudo, se essa dimensão não se formalizar na prática, certamente iremos caminhar à revelia do mundo, da realidade e da história, em uma direção um tanto quanto arrogante em relação ao caminho da humanidade. Podemos nos tornar um grande museu.

Mas caminhar exige que saibamos como fazer o caminho. Exige *meto-odos*. Palavra irmã de *sin-odos*. Precisamos de um mapa para fazer o caminho. A escolha de um esquema metodológico não garante, por si mesmo, alcançar o objetivo. Faz-se necessário também um processo pedagógico. Aqui está um equívoco muito comum. Acontece, inclusive, com o famoso *ver, julgar e agir*.

Geralmente o modelo pedagógico, seja ele qual for, no qual se busca realizar o método, se não levar em consideração a autonomia cognitiva e criativa das pessoas que participam, não será um *caminhar juntos*. Poderíamos parafrasear Crisóstomo, afirmando que *sínodo e método são sinônimos*.

.....
¹⁰ Byung-Chul Han tem várias publicações no Brasil, citamos duas: *Sociedade do cansaço*, Petrópolis/RJ: Vozes, 2017; e *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2014.

¹¹ KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; e *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



O processo ocidental de construção do conhecimento é extremamente positivista, calcado em mecanismos de repetição, transmissão e fragmentação. Um modelo colonial no qual as culturas são confrontadas com um modelo previamente entendido como superior, sem levar em consideração a riqueza peculiar de cada grupo e pessoa. É preciso destacar que o caminho não é linear. O caminho não é uma estrada plana. Formar não é colocar na fôrma. Assim sendo, se queremos, de fato, resgatar o modelo sinodal dos primeiros tempos do cristianismo, precisaremos buscar, como diz Francisco, caminhar *com o povo*, e não para ou pelo povo. É o que Francisco tem chamado de postura poliédrica.¹²

Cientes de nosso jeito de ser, isto é, que só podemos ser se formos juntos, precisaremos também redescobrir como encaixar o projeto maior do Reino de Deus no meio do mundo, como o cristianismo já fez em outros momentos históricos. A plenitude da salvação não se dá em detrimento do caminho histórico. Cremos que quanto a isso não se faz necessário nenhuma explicação a mais.

Ao longo dos séculos as instituições cristãs acertaram ou erraram ao tentar relacionar os valores fundamentais do Reino com a estrutura de sociedade na qual seres humanos estão inseridos. Infelizmente não é difícil constatar quantas vezes setores significativos das instituições cristãs não foram fiéis na manutenção de um Projeto no qual a dignidade da vida fosse garantida para todos e todas. E hoje podemos ainda falar dos “direitos da natureza”, pois também não podemos ser sem ela.

Portanto, falar de caminho sinodal significa falar não apenas para dentro da Igreja, embora seja necessário, mas também para fora. A Igreja vive no mundo, e nesta relação ela pode, enquanto representada em seus membros, trair os valores fundamentais do Evangelho. O Projeto de Vida de Jesus exige que busquemos vida por dentro da estrutura social. Assim, não podemos, como tem insistido o Papa Francisco, apoiar, por exemplo, uma economia que não distribua com justiça os bens deste mundo. Do contrário, estaremos produzindo uma economia que mata. E por favor, isto não pode ser reduzido a uma ideologia específica, pois bem antes dos tempos modernos, santos e santas buscaram ser sinais da vida desejada por Deus para toda obra da criação e, muitas vezes foram impedidos/as pelos poderosos deste mundo que desejavam, como relata o livro do Gênesis, ser iguais a Deus.

Neste momento da história tudo indica que o modelo de sociedade no qual se busca um crescimento infinito da riqueza, um desenvolvimento que nunca para, que suga a natureza e

.....
¹² No item 6 vamos desenvolver um pouco mais este conceito.



envenena a vida, não tem como se configurar como projeto. Inspirados na lógica do Bem Viver, do Sumak Kawsay, do Obuntu de nossos ancestrais, precisaremos encontrar uma forma viável de estruturar uma sociedade de paz e justiça, fraternidade e solidariedade, uma sociedade onde o equilíbrio ecológico seja estrutural e não circunstancial, uma *sociedade sinodal*.

E o meio pelo qual um projeto se torna factível se dá pelo conjunto das relações humanas organizada em sociedade, isto é, por meio da política.

5. Uma Igreja sinodal se preocupa com a política

O processo de demonização da política levou muita gente a agir se descolando das relações de interesse em sociedade, como se fosse possível. Para justificar boas ações há quem desvincule a mesma de uma relação política, tentando tornar a mesma uma ação pura e completamente neutra.

Ora, a *política* (*polis: cidade, política a arte de organizar a cidade em vista do bem comum*) é parte integrante de toda relação em sociedade. Uma tribo indígena tem política, mesmo que o conceito não seja utilizado como expressão da cultura e da língua falada. Algo tão evidente, mas como meche com poder, fazem questão de tornar confuso, inclusive desqualificando os processos de organização política em sociedade. A chamada neutralidade pode levar a severas omissões no campo da justiça social.

Da *Rerum Novarum*, 1891, do Papa Leão XIII, até hoje, bem como textos das diversas conferências episcopais pelo mundo, temos um conjunto doutrinário da ação social que não deveria nos causar supressa falar de política. A *Fratelli Tutti – sobre a fraternidade e a amizade social* – Encíclica do Papa Francisco, 2020, deveria ser leitura suficiente para entendermos que a política está muita acima de interesses corporativos ou ideológicos. Mas justamente os interesses corporativos querem que a população “odeie” política. Por isso, faz-se necessário *Encantar a Política*,¹³ construir um caminho para colocar a reflexão sobre a política na linha das causas sócias legítimas do Evangelho. Creio que muitos estranhariam se lessem um texto do século dezanove, quando ainda não haviam se estabelecidos países de viés comunista, que um Papa dissesse:

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio de miséria imerecida (RN, 2).

.....
¹³ *Encantar a Política* é um projeto iniciado em 2022, elaborado por uma série de entidades vinculadas a Igreja Católica no Brasil, com apoio da CNBB, que visa despertar o interesse pela política partir do incentivo dado pelo Papa Francisco, sobretudo, na Encíclica *Fratelli Tutti*, 2020.



É verdade que no processo de articulação política em sociedade as tentações são muitas. Por isso, precisaremos sempre ficar atentos e atentas para que se busque uma cidadania ativa, na qual as pessoas sejam colocadas como protagonistas e não como meros receptores de favores. Como diz a filósofa espanhola Adela Cortina, “quem não é tratado como cidadão não se identifica como tal”. Não se pode reduzir o povo em consumidores.¹⁴

O *Sínodo Comunhão, Participação e Missão* é também um convite à utopia. Um convite a outro mundo possível que a Igreja Católica precisa testemunhar a partir de dentro. Um mutirão por terra, teto e trabalho. Assim sendo, unidos a todas as forças vivas que acreditam no grande Projeto do Reino de Deus, vamos seguindo na história. Um convite para que toda Igreja possa refletir, com profundidade, por dentro das entranhas de uma sociedade que não deixa a raiz do amor crescer.

6. Uma Igreja sinodal será uma Igreja poliédrica

A imagem do *Poliedro* vem aparecendo nos discursos e atitudes do Papa Francisco algumas vezes. No número 236 da EG (*Evangelli Gaudium*), por exemplo, já se encontra. Mas no seu discurso aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, na ex-sala do Sínodo, em 28 de outubro de 2014 ele alarga bem o conceito, embora seja uma citação longa, vale reproduzir:

Sei que entre vós há pessoas de diversas religiões, profissões, ideais, culturas, países e continentes. Hoje estais a praticar aqui a cultura do encontro, tão diversa da xenofobia, da discriminação e da intolerância que vemos com muita frequência. Produz-se entre os excluídos este encontro de culturas no qual o todo não anula a particularidade, o todo não anula o particular. Por isso me agrada a imagem do poliedro, uma figura geométrica com muitos lados diversos. O poliedro reflete a confluência de todas as parcialidades que nele conservam a originalidade. Nada se dissolve, nada se destrói, nada se domina, tudo se integra, tudo se integra. Hoje estais a procurar a síntese entre o local e o global. Sei que estais comprometidos todos os dias em coisas próximas, concretas, no vosso território, no vosso bairro, no vosso lugar de trabalho: convido-vos também a continuar a procurar esta perspectiva mais ampla; que os vossos sonhos voem alto e abracem o todo!

De lá para cá o Papa propõe uma imagem que indica muito melhor o modelo eclesiológico para o mundo de hoje: não se trata de circularidade, onde pode haver o desrespeito pela diferença,

.....
¹⁴ CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo – para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.



pois corremos o risco de subsumir no interior do círculo; e muito menos de uma pirâmide, onde a base é completamente abafada. Trata-se de contemplar a diversidade como *dom de Deus*, sem uniformidade cultural.¹⁵

Contudo, quais poderiam ser as consequências práticas desta imagem? De novo, aqui está a questão. Pode-se até aceitar a imagem, mas não agir conforme a imagem. Algumas palavras-chaves que o Papa Bergoglio utiliza muito, *misericórdia, diálogo e discernimento*, são fundamentais para um agir pastoral poliédrico. Cada face tem sua riqueza própria. Parece, nos dias de hoje, que não aprendemos com os Padres da Igreja, como São Justino, com a sua *teologia das sementes do Verbo*.¹⁶ O Verbo de Deus está em todo lugar, até mesmo onde imaginamos que ele não se encontra. Como é grande a tentação de nos colocarmos no lugar de Deus no trabalho pastoral. Somos desafiados/as a encontrar caminhos pastorais que respondam ao homem e a mulher de hoje. Como é difícil, para muitos, perceber que isso não é uma novidade. O cristianismo sempre fez isso.

Sim, reforçamos, ou a sinodalidade penetra com mais profundidade na atual estrutura da Igreja, ou não poderemos mais nos arrojar testemunhas do Caminho de Jesus Cristo. Como bem frisa o DP, torna-se fundamental expressar a dimensão sinodal na forma, no estilo e na estrutura. Certamente a Igreja Católica não acabará, pois a institucionalidade católica é muito consistente. Porém, ficaremos, aos olhos do mundo, como uma grande obra de arte a ser contemplada em uma galeria de museu. Arte que poderá ser reconhecida como bela ou não por muitos, mas cuja capacidade de penetrar as raízes da cultura, como disse São Paulo VI, no número 20 da EN, não será reconhecida.

Comunhão não pode ser um discurso que elimina as diferenças, que abafa a reflexão e os questionamentos necessários para estabelecer consensos. O conceito *comunhão* não foi desenvolvido neste artigo, mas para haver tal expressão na Igreja, não basta um discurso teologicamente bem construído, mas sim uma experiência de fraternidade que nos permita realizar a unidade na pluralidade. Comunhão não é submissão.

.....

¹⁵ Há algum tempo atrás tive uma surpresa do Espírito. Um amigo, o Pe. Luis Miguel Modino, espanhol que trabalha no Brasil, emprestou-me o livro de um bispo também espanhol, Raúl Berzosa Martínez: *Pueblo de Dios, Inculturación y Pobres – Claves teológico-eclesiales del Papa Francisco (Povo de Deus, Inculturação e Pobres – Chaves teológico-eclesiais do Papa Francisco)*, Murcia, Editorial Espigas, 2016. Eu não conheço o bispo, e certamente muito menos ele teria lido algo que eu tenha escrito. Quando chego à página 72, na qual ele começa a elencar dez pontos da eclesiologia do Papa Francisco, no ponto cinco encontro o seguinte: *Há que plasmar uma Igreja ecumênica, de unidade na diversidade; poliédrica e não circular*; ou seja, a percepção desta imagem parece que se alarga.

¹⁶ Uma observação para leitores ou leitoras não iniciados em história da Igreja: “Padres da Igreja” é uma expressão que denota grandes pensadores cristãos, e ao mesmo tempo sensíveis pastoralistas, que foram responsáveis pela base dogmática e doutrinária dos primeiros seis séculos de existência do cristianismo, tais como Santo Inácio de Antioquia, São Justino, São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, dentre outros.



7. Uma Igreja sinodal será uma Igreja de irmãos e irmãs

Por fim, vamos partir de uma experiência local para o global. Sim, é possível ser Igreja Sinodal no século XXI. Ainda na década de oitenta do século XX, rezamos em Duque de Caxias e São João de Meriti, RJ, A “Oração pelo Sínodo Diocesano”, composta por Dom Mauro Morelli, hoje bispo emérito: “Queremos ser uma Igreja de irmãos, presença nova do Cristo-pastor na Baixada Fluminense”. Muitas vezes essa oração foi rezada em nossas reuniões e encontros. No Brasil e em toda a América Latina várias experiências sinodais aconteceram. Por que, se havia algum problema doutrinário em tais realidades, em vez de simplesmente buscar sua eliminação, não se buscou o seu aperfeiçoamento? Talvez as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), sejam o exemplo mais triste de perseguição a uma experiência sinodal.

Será que desejamos ser, de fato, uma Igreja de irmãos e irmãs como um todo, ou vamos procurar subterfúgios para justificar apenas posições de poder autoritário, de privilégios materiais, e até, infelizmente, de problemas afetivos sérios? Será que seremos capazes de não apenas ampliar mecanismos de consulta, mas de real compromisso com a participação de todo Povo de Deus? Será que poderemos, em breve, nos sentir parte integrante da Igreja Católica Apostólica Romana?

O Concílio Vaticano II foi chamado por muitos de volta às fontes. E de fato foi. Precisaremos, com persistência, lembrar que não se trata de algo absolutamente novo, mas de fidelidade ao Caminho. Seguidores do Caminho, assim os/as primeiros/as que tiveram a graça de encontrar o Senhor na história se chamavam. Esta é uma memória fundamental. E agora o Documento Preparatório para o Sínodo evidencia esta realidade com força.

Mesmo que os documentos tenham uma rigorosa clareza e fundamentação já começam a aparecer interpretações que diminuem a qualidade inclusiva que o Sínodo está propondo. É possível perceber isso quando se acentua o múnus episcopal de governar e ensinar, o que é verdade, mas praticamente não considerando que as pessoas consagradas neste grau do sacramento da ordem são parte do Povo de Deus. O clericalismo tem uma força cancerígena. Percebemos, já faz algum tempo, como tal perversão pode estar até mesmo no ministério do diaconato permanente. Sem generalizações, constata-se como o diácono casado que viveu, na maioria dos casos, a maior parte de sua vida no estado laical, pode rapidamente se colocar em posição clericalista. Dom Mauro demorou a ordenar diáconos casados, pois insistia que este deveria estar mais a serviço da caridade do que da liturgia.

O processo sinodal instalado por Dom Mauro foi, muitas vezes, acusado de prestigiar o laicato em detrimento do clero. Uma crítica absolutamente injusta. O que o irmão Morelli desejava era uma Igreja toda ela ministerial. Em uma Igreja assim há espaço e importância para todos, e todas



também, que desejam seguir, sinceramente, o Caminho de Jesus Cristo. O “e todas também” é apenas para lembrar que no interior do laicato são as mulheres ainda mais marginalizadas no exercício da ministerialidade, e por razões antropológicas e não teológicas. Chega a ser cômico negar ministérios as mulheres lembrando o fato de que Jesus de Nazaré foi um homem e não uma mulher.

Ora, falar de uma Igreja toda ela ministerial está na essência das pretensões do Concílio e em nada diminui o valor e a necessidade do ministério ordenado. Pelo contrário, recoloca a Igreja, como diz o DP, no interior de uma perspectiva constitutivamente sinodal. Não há diminuição da missão dos ordenados, sobretudo dos bispos, dentro de uma comunidade hierarquicamente estruturada, mas sim o aprofundamento de que, somente caminhando juntos e juntas, podemos ser, de fato, sacramento universal de salvação. A hierarquia precisa, como a própria etimologia da palavra indica, ser um *governo santo*.

Há ainda algo que também começa a ser ressaltado nas primeiras reflexões do processo sinodal. Trata-se de acentuar a dimensão da colegialidade episcopal como o principal conteúdo do processo. Sim, de novo, inegavelmente sínodos são instrumentos de aperfeiçoamento da colegialidade. Contudo, tal realidade deve ser exercida como Povo de Deus. Não há duas Igrejas: uma do Povo e outras dos Bispos.

Muitos insistem em afirmar, como já indicado, que a Igreja não é uma democracia. No entanto, mesmo não sendo uma democracia, nada impede que exista um método democrático de governar. Este método na Igreja se chama *sinodalidade*. O DP faz uma observação muito interessante quando começa a explicar o processo prático do Sínodo: “o seu objeto – a sinodalidade – é também o seu método”.

A colegialidade precisa ser reflexo deste método. O episcopado não pode se tornar uma espécie de câmara dos senadores romanos que decidem por sua conta e risco. Lembrando o episódio entre Pedro e Cornélio (At 10) o DP narra como Pedro tenta refutar o próprio Deus: “De modo algum, Senhor” (At 10,14). A lógica de Pedro não era inclusiva. Muito interessante. Há muito disso ainda na vida eclesial: pessoas que querem se colocar no lugar de Deus. Como tem dito frequentemente o Papa Francisco, podem fazer da Igreja uma alfandega, sempre prontos para fiscalizar erros. Que a Igreja seja reconhecida como Casa do Acolhimento e não como alfandega.

Conclusão

Poderíamos elencar mais sete pontos, talvez vinte um. Mas fizemos uma escolha do que consideramos fundamental para outras possibilidades. Poderíamos, por exemplo, discorrer sobre o processo de nomeação de bispos. De escolha dos párocos das paróquias. Sobre o processo



de formação dos ministros ordenados. Poderíamos falar de quanto às mulheres não são reconhecidas em sua dignidade batismal. Poderíamos escrever sobre a necessidade de efetivamente considerar os diversos conselhos, preconizados pelo CIC, econômicos, diocesanos, paroquiais e comunitários, como instrumentos fundamentais de participação. Poderíamos apresentar as Assembleias Eclesiais como um espaço privilegiado de aprofundamento dos rumos pastorais e evangelizadores da Igreja. Enfim, uma grande lista.

Mas cremos ter chamado à atenção o suficiente para a compreensão de tomarmos a sinodalidade como uma questão fundamental para a Igreja no terceiro milênio. Assim sendo, a recuperação de uma Igreja essencialmente sinodal e ministerial pode ser um sinal luminoso daquilo que o Cristo deixou como legado. Que o Senhor da História, com a presença discreta, mas potente do Espírito, jogue um farol de luz sobre este processo. Que Ele nos anime a recuperar aquilo que os romanos diziam nos primeiros tempos sobre os seguidores do Caminho: “Veja como eles se amam”.

Que a oração composta por Dom Mauro Morelli, e que aqui reproduzimos um trecho, possa chegar, finalmente, aos ouvidos de Deus:

*Senhor, queremos viver no Teu amor e na fraternidade;
queremos viver, na liberdade, nossa própria vida e caminhada;
queremos ser uma terra de esperança e não de violência;
queremos caminhar rumo ao céu, construindo uma terra nova.
Abençoa nosso povo, Senhor!
Derrama sobre nossas comunidades a luz e força do Santo Espírito.
Ajuda nossa Igreja a viver o Sínodo
como tempo de descoberta e de crescimento na Fé,
tempo de participação e de compromisso,
tempo de comunhão e de missão.
Queremos ser uma Igreja de irmãos,
VENHA A NÓS O TEU REINO E SEJA FEITA A TUA SANTA VONTADE. AMÉM.*

Dados do autor

Doutor em teologia pela PUC-Rio. Assessor da Ampliada Nacional das CEBs e do Setor CEBs da Comissão do Laicato da CNBB.

Recebido em 04/11/2022

Aprovado em 12/11/2022



COMUNIDADE: LUGAR E EXPRESSÃO FUNDAMENTAIS DA SINODALIDADE

COMMUNITY:
FUNDAMENTAL PLACE AND EXPRESSION OF SYNODALITY

FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR

Resumo: Missão e sinodalidade são as categorias eclesiológicas fundamentais do processo de renovação eclesial desencadeado por Francisco. Trata-se, no fundo, de numa retomada e de um aprofundamento da eclesiologia conciliar que compreende a Igreja como Povo de Deus na diversidade de seus carismas e ministérios. O propósito desse artigo é insistir no vínculo constitutivo e essencial e na mútua implicação entre sinodalidade e comunidade. E isso está bem expressão no título do artigo que fala da *comunidade* como *lugar e expressão fundamentais da sinodalidade*.

Palavras-chave: Sinodalidade, Comunidade, Vaticano II, Francisco, Diretrizes.

Abstract: Mission and synodality are the fundamental ecclesiological categories of the process of ecclesial renewal set in motion by Francis. It is, at bottom, a question of a retaking and a deepening of the conciliar ecclesiology which understands the Church as the People of God in the diversity of its charisms and ministries. The purpose of this article is to insist on the constitutive and essential bond and mutual implication between synodality and community. This is well expressed in the title of the article which speaks of community as the fundamental place and expression of synodality.

Keywords: Synodality, Community, Vatican II, Francis, Guidelines.

Introdução

Desde o início do seu ministério pastoral, Francisco tem insistido na necessidade e urgência de um processo de renovação/conversão pastoral da Igreja em vista de uma maior fidelidade à sua missão evangelizadora no mundo. E tem destacado dois aspectos fundamentais. Por um



lado, insiste na “transformação missionária da Igreja” (EG 19-49), entendida como “saída para as periferias” geográficas, sociais e existenciais (EG 20, 30, 46, 191). Por outro lado, insiste numa “Igreja sinodal”: o “caminhar juntos” do Povo de Deus na comum dignidade e missão (igualdade fundamental) e na diversidade de carismas e ministérios (diversidade carismático-ministerial). São aspectos de um mesmo processo e que se implicam mutuamente: a *missão* deve ser assumida por todos e a *sinodalidade* tem uma perspectiva e um dinamismo missionários.

Falando dessa “renovação eclesial inadiável”, Francisco afirma que ela deve se concretizar nos diversos níveis e instâncias da vida eclesial: comunidade/paróquia, diocese, papado (EG 27-33). E começa falando daquele nível e espaço mais concretos e mais próximos da vida do povo que é a *comunidade*. Fala da paróquia como “presença eclesial no território” (EG 28) e de “outras instâncias eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação” (EG 29). Reconhece que “o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto”, fala a necessidade da paróquia se “reformular e adaptar constantemente”, constituindo-se como “comunidade de comunidades” (EG 28) e insiste na importância de que as outras instituições eclesiais “não percam o contato com esta realidade muito rica da paróquia local e que se integrem de bom grado na pastoral orgânica da Igreja particular” (EG 29). Francisco fala aqui da *comunidade local concreta* como “âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração” e como “santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar e centro de constante envio missionário” (EG 28).

E isso sintoniza profundamente com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) 2019-2023, centradas na pequena comunidade eclesial missionária. Se a reflexão sobre a *sinodalidade*, que retoma e aprofunda a eclesiologia do Concílio Vaticano II, oferece uma compreensão mais ampla da Igreja como Povo de Deus; a insistência na *pequena comunidade eclesial missionária* indica o lugar e o modo fundamentais de efetivação da sinodalidade. Nosso propósito nesse artigo é insistir que a pequena comunidade é lugar e expressão primordiais da sinodalidade. Sem comunidade concreta não há autêntica comunhão e participação eclesiais. Mais que desenvolver os temas “sinodalidade” e “comunidade”, queremos insistir no vínculo essencial ou na mútua implicação entre eles. Para isso, começaremos destacando com Francisco alguns aspectos importantes da sinodalidade; retomaremos a intuição e orientação fundamentais das últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, centradas nas “pequenas comunidades eclesiais missionárias”; e concluiremos insistindo no vínculo essencial e na mútua implicação entre sinodalidade e comunidade.



1. Sinodalidade

Não vamos fazer aqui um estudo mais amplo e aprofundado sobre a sinodalidade. Sobre isso já há muita coisa publicada.¹ Queremos simplesmente retomar e recordar alguns aspectos fundamentais dessa temática, tomando como referência sobretudo o discurso de Francisco por ocasião dos cinquenta anos da criação do Sínodo dos Bispos² e dois outros discursos que ele fez no início do processo sinodal.³

1.1 Expressão: sentido, importância

É importante começar destacando que, embora as expressões “sinodalidade” e “Igreja sinodal” não apareçam nos debates e nos textos conciliares, expressam bem e aprofundam sua compreensão da Igreja como Povo de Deus, destacando a comum dignidade e missão de todos os batizados (LG 32). Vários autores têm insistido nesse ponto.⁴ Não se pode compreender a insistência de Francisco na natureza e no dinamismo sinodais da Igreja e seu esforço por desencadear processos de sinodalidade na Igreja sem situá-lo no processo de renovação eclesial desencadeado pelo Concílio.

As expressões “sinodal” e “sinodalidade” derivam da palavra *sínodo* que significa literalmente “caminhar juntos”. Mas, enquanto a palavra “sínodo” é usada para indicar uma assembleia eclesial (evento), as expressões “sinodal” e “sinodalidade” são usadas para indicar a natureza mesma da Igreja (modo de ser e agir). A Igreja é o “caminhar juntos” do Povo de Deus na diversidade de seus carismas e ministérios.

Neste sentido, afirma Francisco, “o tema da sinodalidade não é o capítulo de um tratado sobre eclesiologia, e muito menos uma moda, um slogan ou um novo termo a ser usado ou instrumentalizado nos nossos encontros”. Ele “expressa a natureza da Igreja, a sua forma, o seu estilo, a sua missão” e, por isso mesmo, não pode ser considerado “um título entre outros, um modo de considerar [a Igreja] que preveja alternativas”.⁵

.....
¹ CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*; R. REPOLE, *O sonho de uma Igreja evangélica*; M. FRANÇA MIRANDA, *Igreja sinodal*; S. MADRIGAL TERRAZAS, *Sinodalidad e Iglesia sinodal*; C. CIPOLLINI, *Sinodalidade*; F. AQUINO JÚNIOR, *A Igreja de Jesus*; F. AQUINO JÚNIOR; J. D. PASSOS, *Por uma Igreja sinodal*; REVISTA PERSPECTIVA TEOLÓGICA 54/1; REB 82/321.

² FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

³ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma; FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

⁴ CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, n. 5-6; REPOLE, *O sonho de uma Igreja evangélica*, p. 77; MADRIGAL TERRAZAS, *Sinodalidad e Iglesia sinodal*, p. 871-885.

⁵ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.



Comentando as palavras-chave do Sínodo, “comunhão, participação, missão”, Francisco recorda que “comunhão e missão são expressões teológicas que designam o mistério da Igreja”, advertindo que “comunhão e missão correm o risco de permanecer termos meio abstratos, se não se cultiva uma práxis eclesial que se exprima em ações concretas de sinodalidade” e que “se falta uma participação real de todo o povo de Deus, os discursos sobre a comunhão arriscam-se a não passar de pias intensões”.⁶

1.2 Fundamentação teológica

Sinodalidade ou Igreja sinodal designa o “caminhar juntos” da totalidade do Povo de Deus. Enquanto tal, expressa a natureza mesma da Igreja: “Povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do ES” (LG 4), constituído como “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). Isso faz da Igreja, na diversidade de seus carismas e ministérios, uma comunidade, na qual “reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum de todos os fiéis na edificação do corpo de Cristo” (LG 32).

O fundamento dessa comum dignidade e corresponsabilidade eclesial é o batismo. A *unção do Espírito* confere o *senso da fé* e faz de todo batizado *sujeito ativo da evangelização*. Por isso mesmo, a Igreja não pode ser compreendida e configurada como uma “sociedade desigual”, como se deu no passado e continua se dando ainda hoje: “o *sensus fidei* impede uma rígida separação entre *Ecclesia docens* e *Ecclesia discens*, já que também o rebanho possui sua ‘intuição’ para discernir as novas estradas que o Senhor revela à Igreja” e a missão vinculada à unção do Espírito (ungidos para a missão) impede “pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações”.⁷

Dentre as muitas consequências que isso tem para a compreensão e organização da Igreja, duas são particularmente relevantes e se implicam mutuamente. Antes de tudo, é preciso destacar com Bento XVI que “a corresponsabilidade exige uma mudança de mentalidade, relativa, em particular, ao papel dos leigos na Igreja, que devem ser considerados não como ‘colaboradores’ do clero, mas como pessoas realmente ‘corresponsáveis do ser e do agir da Igreja’”.⁸ Mas exige igualmente uma nova compreensão e configuração do ministério ordenado. Ao mesmo tempo que fala da Igreja como Povo de Deus, destacando aquilo que é comum a todos, diz Francisco, “a sinodalidade [...] oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado

.....
⁶ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

⁷ FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

⁸ BENTO XVI, Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Fórum Internacional da Ação Católica.



para compreender o ministério hierárquico”: “dentro [da Igreja] ninguém pode ser ‘elevado’ acima dos outros”, mas “é necessário que alguém ‘se abaixe’ pondo-se a serviço dos irmãos ao longo do caminho”; “nesta Igreja, como numa pirâmide invertida, o vértice encontra-se abaixo da base. Por isso, aqueles que exercem autoridade chamam-se ‘ministros’, porque, segundo o significado originário da palavra, são os menores no meio de todos”.⁹

1.3 Caráter e dinamismo processuais

Francisco tem insistido muito que a sinodalidade é um *processo* que exige paciência e ousadia. Não se faz a toque de magia e de decreto, mas exige coragem de superar o “sempre foi assim” e ousar desencadear processos que revitalizem e criem estruturas de participação efetiva na Igreja. Ele reconhece que nos últimos tempos “deram-se alguns passos em frente”, mas reconhece também que “sente-se ainda uma certa dificuldade e somos obrigados a registrar o mal-estar e a tribulação de muitos agentes pastorais, dos organismos de participação das dioceses e paróquias, das mulheres que muitas vezes são deixadas à margem”.¹⁰ E insiste sempre na necessidade de revigorar/dinamizar os espaços e os meios de participação já existentes na Igreja e de aprofundá-los e ampliá-los para que a Igreja seja cada vez mais aquilo que é chamada a ser: sacramento de comunhão no mundo.

A perspectiva processual de Francisco o leva a reconhecer e destacar o que já existe de positivo, por mais limitado e ambíguo que seja, e, a partir daí, indicar e propor novos caminhos/processos para seu aprofundamento e sua ampliação. É importante não perder de vista que um princípio fundamental do ministério/magistério pastoral de Francisco é que “o tempo é superior ao espaço”, o que significa e implica “ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços” (EG 222-225). Seu modo ou sua estratégia de ação não é produzir rupturas drásticas, mas construir pontes, abrir caminhos, desencadear processos. Sempre com o cuidado de envolver os mais diversos sujeitos eclesiais, favorecendo e promovendo o “caminhar juntos” do povo de Deus. Sinodalidade não é apenas uma meta para Francisco, mas deve ser o modo habitual de agir na/da Igreja. E isso vale também para os processos e as estruturas de comunhão, participação e corresponsabilidade missionária.

Alguns aspectos são particularmente relevantes e destacados por Francisco nesse processo de sinodalidade eclesial: a) “Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta: cada um à escuta dos outros e todos à escuta do Espírito Santo” – “escuta de Deus até ouvir com ele o grito do povo;

.....
⁹ FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

¹⁰ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.



escuta do povo, até respirar nele a vontade a que Deus nos chama”; b) “O caminho sinodal começa por escutar o povo [...] continua escutando os pastores [...] e culmina na escuta do bispo de Roma”; c) Exercício da sinodalidade: Igrejas particulares, instâncias intermediárias, Igreja universal; d) “Numa Igreja sinodal, o Sínodo dos Bispos é apenas a manifestação mais evidente dum dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais”; e) “O compromisso de edificar uma Igreja sinodal está cheio de implicações ecumênicas” e é como “estandarte erguido entre as nações”.¹¹ Importa, em todo caso, fortalecer/dinamizar (o que já existe) e desencadear (novos) processos de efetiva participação e corresponsabilidade eclesiais.

1.4 Resistência e dificuldades

Sendo algo tão essencial na vida da Igreja, uma vez que diz respeito à sua natureza e missão, a sinodalidade é algo extremamente complexo e difícil. E Francisco é muito lúcido e realista quanto a isso: “Caminhar juntos – leigos, pastores, bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática”;¹² “há muitas resistências em superar a imagem de uma Igreja rigidamente dividida entre líderes e subordinados, entre os que ensinam e os que têm de aprender, [...] caminhar juntos evidencia como linha mais a horizontalidade do que a verticalidade”;¹³ “sente-se ainda uma certa dificuldade e somos obrigados a registrar o mal-estar e a tribulação de muitos agentes pastorais, dos organismos de participação das dioceses e paróquias, das mulheres que muitas vezes ainda são deixadas à margem”;¹⁴ “às vezes há algum elitismo na ordem presbiteral, que a separa dos leigos; e, no fim, o padre torna-se o ‘patrão da barraca’ e não o pastor de toda uma Igreja que está avançando” e isso exige a “transformação de certas visões verticalizadas, distorcidas e parciais sobre a Igreja, o ministério presbiteral, o papel dos leigos, as responsabilidades eclesiais, as funções de governo etc.”.¹⁵

Isso leva Francisco a falar do clericalismo como “um dos males” ou uma “perversão” da Igreja:¹⁶ Ele “separa o sacerdote, o bispo, do povo”;¹⁷ “mantém [os leigos] à margem das decisões” (EG 102); “não só anula a personalidade dos cristãos, mas tende também a diminuir e a

.....
¹¹ FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

¹² FRANCISCO, Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos.

¹³ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.

¹⁴ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

¹⁵ FRANCISCO, Momento de reflexão para o início do percurso sinodal.

¹⁶ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.

¹⁷ FRANCISCO, Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma.



subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo”, esquecendo/negando que “a visibilidade e a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo de Deus e não só a poucos eleitos e iluminados”;¹⁸ gera uma “cumplicidade pecadora”, na qual “o pároco clericaliza e o leigo lhe pede por favor que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta cômodo”.¹⁹

Frente à mentalidade e ao dinamismo clericais dominantes na Igreja, Francisco tem insistido na *natureza sinodal da Igreja* e tem se empenhado por desencadear *processos de sinodalidade* que favoreçam o desenvolvimento de uma mentalidade e de estruturas e espaços de efetiva comunhão, participação e corresponsabilidade missionária na Igreja. Exemplos concretos disso são a ampliação do processo de escuta dos últimos sínodos dos bispos (família, juventude, Amazônia), a criação da Conferência Eclesial da Amazônia (junho de 2020), a Primeira Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe (novembro de 2022), o Sínodo de 2023-2024 (tema, escuta, discernimento), a ampliação da participação das mulheres na Igreja (lava-pés, acolitado, leitorado, funções na Cúria), o ministério dos catequistas, a Reforma da Cúria (participação de leigos/as em funções de governo), dentre outros.

2. Pequenas comunidades eclesiais

Tendo destacado alguns aspectos da problemática e do desafio da sinodalidade na Igreja, queremos retomar aqui a intuição e orientação pastoral fundamentais das DGAE 2019-2023²⁰ que apresentam/propõem as “pequenas comunidades eclesiais missionárias” como caminho e prioridade pastoral para a Igreja no Brasil. É que o vínculo e a mútua implicação entre sinodalidade e comunidade é muito mais estreito do que parece, de modo que o processo sinodal em curso e as atuais DGAE podem se enriquecer e abrir ou ao menos apontar uma perspectiva de renovação eclesial muito fecunda e eficaz. Se o processo sinodal em curso (escuta, reflexão, processos, estruturas) oferece uma compressão mais ampla da Igreja (natureza, modo de ser e agir) que favorece uma recepção mais criativa e fecunda das DGAE, as “pequenas comunidades eclesiais” são o lugar primeiro e fundamental da sinodalidade: comunhão, participação e missão.

Não vamos fazer aqui um estudo amplo e aprofundado das DGAE 2019-2023.²¹ Tampouco entraremos no debate mais complexo da opção pela expressão “comunidades eclesiais mis-

.....

¹⁸ FRANCISCO, Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina.

¹⁹ FRANCISCO, Discurso aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-americano por ocasião da reunião geral de coordenação.

²⁰ CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. A partir de agora, os números entre parênteses, sem outra indicação, remetem a números desse documento.

²¹ AQUINO JÚNIOR, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*.



sionárias” em vez de “comunidades eclesiais de base” (questão apenas de expressão/terminologia ou perspectiva/modelo eclesial??).²² Nosso propósito é mais modesto e mais concreto. Vamos apenas destacar a *novidade/especificidade* das atuais diretrizes, particularmente no que diz respeito às “pequenas comunidades eclesiais” como prioridade pastoral para a ação evangelizadora da Igreja.

2.1 DGAE 2019-2023

As atuais DGAE se inserem na longa tradição de planejamento pastoral da Igreja do Brasil²³ e “constituem uma das expressões mais significativas da colegialidade e da missionariedade da Igreja do Brasil” (2). Esse processo de planejamento pastoral, desde o início, foi profundamente marcado pela forma de pensar e planejar a ação da Igreja desenvolvida e sistematizada pela Ação Católica e proposta para toda a Igreja pelo papa João XXIII na Encíclica *Mater et Magistra*: “ver, julgar, agir” (MM 232).²⁴ E esse dinamismo está bem expresso no texto das DGAE:

Vocacionada a evangelizar, a Igreja se volta incessantemente ao seu Senhor para, nele e com ele, compreender a realidade em que se encontra e discernir caminhos para cumprir a tarefa missionária dele recebida.²⁵

A Igreja, sacramento universal de salvação, anuncia sempre o mesmo Evangelho. Nessa missão, ela é chamada a *acolher, contemplar, discernir e iluminar* com a Palavra de Deus a complexa gama de elementos culturais, sociais, políticos e éticos que constituem a realidade à qual é enviada. Só a partir deste diálogo com a realidade, em constante mutação, ela será capaz de fazer com que o Evangelho chegue aos corações das pessoas, às estruturas da sociedade e às diversas culturas (41).

Esses textos indicam de modo muito claro os três elementos fundamentais que caracterizam, estruturam e dinamizam um planejamento pastoral: 1) a missão evangelizadora; 2) a realidade onde a Igreja está inserida e deve realizar sua missão; 3) o discernimento das urgências e dos caminhos na realização da missão nesse contexto.

O texto das atuais DGAE está organizado em quatro capítulos. O capítulo 1 está centrado naquilo que constitui o cerne da missão cristã: *O anúncio do Evangelho de Jesus Cristo* (fidelidade

.....

²² AQUINO JÚNIOR, *Comunidades Eclesiais de Base: De Medellín-Puebla aos nossos dias*, p. 94-105.

²³ FREITAS, *Uma opção renovada*.

²⁴ BRIGHENTI, *O Método Ver-Julgar-Agir*.

²⁵ CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, p. 8.



a JC, Igreja comunidade de discípulos missionários, anúncio em palavras e gestos, desafio da cultura urbana, formação de comunidades missionárias como resposta ao contexto urbano). O capítulo 2 trata do *olhar de discípulos missionários* sobre a cidade (contemplação de um mundo em transformação, presença de Deus nesse mundo, a vida na grande cidade mundial, sinais da presença do Senhor nesse mundo). E os capítulos 3 e 4 tratam da “*comunidade eclesial missionária* como ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (144), apresentando-a “como prioridade da ação evangelizadora” ou “referencial concreto para a conversão pastoral” (36). O cap. 3 fala da *Igreja nas casas* ou da Igreja como “casa”, sustentada por “quatro pilares”: Palavra, Pão, Caridade, Ação Missionária. A comunidade se constitui como “lugar para o cultivo e vivência dos valores do reino” (74), como um “conjunto de relações” (76) e configura a Igreja como “rede” de comunidades (84) ou como “comunidade de comunidades”. E o cap. 4 fala da *Igreja em missão* que tem como “modelo” a “comunidade dos primeiros cristãos”, caracterizada por um “estilo de vida” e como “testemunho evangélico” (125). Indica alguns desafios e caminhos para a configuração da Igreja como “casa” (129-143), sustentada pelos “pilares” da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária (144-202).

2.2 Perspectiva pastoral

Conforme indicamos acima, o planejamento pastoral tem que considerar três aspectos em sua mutua implicação: a missão evangelizadora, o contexto/realidade e as urgências e os caminhos pastorais. Se a missão da Igreja é *sempre a mesma* (Evangelho de Jesus Cristo), sua forma de realização *nunca é a mesma* (realidade, contexto, desafios). Daí a necessidade constante de avaliação e discernimento de caminho/estratégias pastorais. Daí o processo constante de revisão e atualização das diretrizes pastorais-evangelizadoras da Igreja no Brasil. Ele está sempre ligado aos desafios e às urgências que brotam da realidade. E isso vale, evidentemente, para as novas DGAE. Sua novidade maior está ligada, por um lado, à leitura da realidade brasileira e de seus desafios para a ação evangelizadora da Igreja e, por outro lado, ao discernimento de prioridades e caminhos para a ação pastoral-evangelizadora da Igreja nesse contexto.

A) REALIDADE BRASILEIRA

O texto reconhece a importância e a necessidade de compreensão da realidade para o desenvolvimento da missão da Igreja e até indica alguns traços ou características dessa realidade (9, 27, 30, 32, 41, 49-65). Reconhece também que “a realidade é complexa” e que, “ao buscar sua compreensão do que está ocorrendo”, a Igreja “destaca [alguns] aspectos” e “deixa de acentuar outros elementos” (42). E, ao se perguntar pelos “aspectos [do] atual momento histórico [que] interpela



o modo de viver sua missão” (42), vai centrar seu olhar e sua análise nas profundas transformações culturais que estão ocorrendo no mundo atual – verdadeira “mudança de época” (43, 44, 46) que encontram na *cultura urbana* seu solo mais fecundo e sua expressão por excelência.

Não só insiste no caráter urbano da sociedade brasileira, mas concentra sua atenção nos aspectos culturais dessa realidade. É verdade que o texto afirma claramente que as cidades “são construídas a partir do encontro das estruturas físicas com as relações humanas e sociais” (29). E é verdade que o texto indica vários desafios socioestruturais: pobreza, desemprego, condições precárias de trabalho, habitação, devastação ambiental, falta de saneamento básico e espaços de convivência, violência, solidão (30). Mas sua abordagem está centrada nas profundas transformações culturais que ocorreram em nossa sociedade e que estão ligadas ao “estilo de vida” e à “mentalidade” próprios da cidade, embora “alcançando os rincões mais distantes, com todas as consequências – humanas, éticas, sociais, tecnológicas e ambientais” (28). Nessa perspectiva, “pensar a relação entre evangelização e cultura urbana torna-se um imperativo à ação evangelizadora” (28).

B) AÇÃO PASTORAL-EVANGELIZADORA

A leitura da atual realidade brasileira leva as DGAE a insistir na “relação entre evangelização e cultura urbana” (28). Trata-se de “fazer com que o Evangelho chegue ao coração das pessoas, às estruturas sociais e às diversas culturas” (41). Isso exige cominhos, estratégias, prioridades. E aqui aparece a grande aposta dessas diretrizes: “pequenas comunidades eclesiais missionárias” (33, 36, 82, 125, 126, 144).

Elas aparecem como “resposta” (203), “meta” (128) e “prioridade da ação evangelizadora” e, assim, como “referencial concreto para a conversão pastoral” (36) no contexto urbano: “oferecem um *ambiente humano de proximidade e confiança* que favorece a partilha de experiência, a ajuda mútua e a inserção nas mais variadas situações” (34); são um “ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, viver a fraternidade, animar a oração, aprofundar processos de formação continuada da fé, fortalecer o firme compromisso do apostolado na sociedade de hoje” (82); “vencem o anonimato e a solidão, promovem a mútua ajuda e se abrem para a sociedade e para o cuidado da casa comum” (84); ajudam a “encontrar *critérios* para a interpretação e interação com a realidade” (28); favorecem o cultivo de carismas e ministérios (86,87); “oferecem ambiente e meios para a iniciação à vida cristã e para uma formação sólida, integral e permanente” (36). Por todas essas razões, a “pequena comunidade eclesial” aparece como lugar primeiro e fundamental de sinodalidade: comunhão, participação e missão.



Mas não se deve esquecer que, para além de resposta pastoral ao contexto atual, comunidade e missão são dimensões essenciais, constitutivas e permanentes da fé cristã que é essencialmente comunitária: é fé *da* Igreja, vivida e testemunhada *em/como* Igreja. A comunidade é, ao mesmo tempo, “ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (144); “estilo de vida” e “testemunho do Evangelho encarnado na história, encravado nas realidades, comprometido com as dores e as lutas [...] do nosso país” (125). “Comunidade e missão” são inseparáveis; “são como dois lados da mesma moeda” (7, 18). O caráter eclesial da comunidade está bem expresso no texto com a imagem dos “pilares” que a sustentam: Palavra, Pão, Caridade, Missão (8, 83, 129, 144, 205) e que “correspondem à natureza mesma da Igreja” (205).

Considerações finais

A grande intuição pastoral/evangelizadora das DGAE 2019-2023 está precisamente na aposta nesse caminho que são as “pequenas comunidades eclesiais missionárias”. E esse caminho sintoniza profundamente com o apelo de Francisco a uma conversão sinodal da Igreja, já que a pequena comunidade é o lugar primeiro e mais fundamental de comunhão, participação e corresponsabilidade missionária na Igreja. Sem comunidade não há efetiva comunhão, participação e corresponsabilidade missionária.

Infelizmente, essa intuição/orientação/prioridade pastoral fundamental não tem sido tomada em sério no planejamento e acompanhamento pastoral nos vários regionais da Igreja no Brasil: seja pela dificuldade de formar comunidades: tradição mais devocional e sacramental do catolicismo (não tanto de comunidade), agravada pela tendência mais subjetiva e/ou individualista da atual cultura urbana; seja pela forma como tem se dado, em geral, a recepção das DGAE nos regionais e nas dioceses, centrada nos *pilares* (acomodação do que existe ao esquema pilares; fragmentação dos grupos) e não na *pequena comunidade* (criação, revitalização, articulação).

Retomar essa intuição e orientação fundamentais das diretrizes no atual contexto de renovação sinodal da Igreja parece algo muito fecundo, necessário e urgente. A renovação sinodal da Igreja ajuda perceber que a comunidade é mais que uma estratégia ou prioridade pastoral vinculada a um determinado contexto. Está em jogo a dimensão comunitária da fé. E a formação de pequenas comunidades (territoriais e ambientais) torna possível a vivência efetiva da comunhão, participação e corresponsabilidade missionária na Igreja. Sem comunidade não há efetiva sinodalidade.

Concluindo essa reflexão sobre as DGAE no contexto mais amplo do processo de renovação sinodal da Igreja, queremos insistir na importância fundamental da “pequena comunidade



eclesial”: a) fundada na Palavra, no Pão e na Caridade; b) constituída como lugar de oração e vida fraterna, de carismas e ministérios, de anúncio do Evangelho e compromisso com os pobres e marginalizados. Certamente, a sinodalidade não se esgota na pequena comunidade, mas sem comunidade concreta não há efetiva sinodalidade. Daí sua importância fundamental e decisiva no processo de renovação sinodal da Igreja.

Referências

- AQUINO JÚNIOR, F. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023. *Perspectiva Teológica* v. 51, n. 3 (2019), p. 539-554.
- AQUINO JÚNIOR, F. Comunidades Eclesiais de Base: De Medellín-Puebla aos nossos dias. *Cuestinoes Teológicas*, v. 47, n. 107 (2020), p. 94-105.
- AQUINO JÚNIOR, F. *A Igreja de Jesus: missão e constituição*. São Paulo: Paulinas, 2021.
- AQUINO JÚNIOR, F.; PASSOS, J. D. *Por uma Igreja sinodal: reflexões teológico-pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022.
- BRIGHENTI, A. *O método ver-julgar-agir: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BENTO XVI. Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Fórum Internacional da Ação Católica, realizado em Iasi, na Romênia (10/08/2012). Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/pont-messages/2012/documents/hf_ben-xvi_mes_20120810_fiac.html
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Brasília: CNBB, 2019.
- CIPOLLINI, Pedro Carlos. *Sinodalidade: tarefa de todos*. São Paulo: Paulus, 2021.
- CTI – COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. *Discurso aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-americano por ocasião da reunião geral de coordenação*, durante a Visita Apostólica ao Brasil, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude (28/07/2013). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-celam-rio.html.
- FRANCISCO. *Discurso em comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos* (17/10/2015). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html.



- FRANCISCO. *Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina* (19/03/2016). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html.
- FRANCISCO. *Discurso aos Fiéis da Diocese de Roma* (18/09/2021). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/september/documents/20210918-fedeli-diocesiroma.html>.
- FRANCISCO. *Momento de reflexão para o início do percurso sinodal* (09/10/2021). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/october/documents/20211009-apertura-camminosinodale.html>.
- FRANÇA MIRANDA, M. *Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- FREITAS, M. C. *Uma opção renovada: a Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral*. Estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.
- JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Mater et Magistra: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- MADRIGAL TERRAZAS, Santiago. Sinodalidad e Iglesia sinodal: sus fundamentos teologales a la luz del Concílio Vaticano II. *Sal Tarrae* 107 (2019), p. 871-885.
- REPOLE, Roberto. *O sonho de uma Igreja evangélica: a eclesiologia do Papa Francisco*. Brasília: CNBB, p. 2018.
- REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. *Sinodalidade e renovação eclesial*, v. 82, n. 321 (2022).
- REVISTA PERSPECTIVA TEOLÓGICA. *Sinodalidade*, v. 54, n. 1 (2022).
- VATICANO II. *Mensagens, discurso, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007.

Dados do autor

Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE; doutor em teologia pela Westfälischen Wilhelms-Universität de Münster – Alemanha; professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do PPG-TEO da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Recebido em 10/11/2022
Aprovado em 23/11/2022



PARA UMA IGREJA MAIS SINODAL E MISSIONÁRIA

FOR A MORE SYNODAL AND MISSIONARY CHURCH

RAFAEL LOPEZ VILLASENOR

Resumo: O Papa Francisco apresenta como eixo central do pontificado o caminho da sinodalidade como caminho da Igreja no terceiro milênio. Mas o que é sinodalidade? Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, que envolve todo povo de Deus nos processos de discernimento, nas decisões e práticas pastorais e missionárias, nas decisões e práticas pastorais diante das legítimas diversidades. Uma Igreja mais sinodal é missionária, para Francisco existe a consciência clara e abrangente da necessidade do caminho sinodal, para dinamizar e reformar as estruturas eclesiais, apesar dos obstáculos e resistências que se encontram dentro da instituição. A sinodalidade é expressada de muitas maneiras no diálogo da busca da verdade na diversidade, uma delas é a celebração da Assembleia Eclesial Continental, celebrada no mês de novembro de forma híbrida: on-line e presencial. O evento mostrou o valor dos espaços de participação e escuta eclesial.

Palavras-chave: Sinodalidade, Missionária, Francisco, Escuta, Igreja.

Abstract: Pope Francis presents as the central axis of his pontificate the path of synodality as the path of the Church in the third millennium. But what is synodality? A synodal Church is a Church of listening, which involves all the people of God in the processes of discernment, in pastoral and missionary decisions and practices, in pastoral decisions and practices in the face of legitimate diversities. A more synodal church is missionary, for Francis there is a clear and comprehensive awareness of the need for the synodal path, to dynamize and reform ecclesial structures, despite the obstacles and resistance that are found within the institution. Synodality is expressed in many ways in the dialogue of the search for truth in diversity, one of them is the celebration of the Continental Ecclesial Assembly, celebrated in the month of November in a hybrid way: online and in person. The event showed the value of spaces for ecclesial participation and listening.

Keywords: Synodality, Missionary, Francis, Listening, Church.



Introdução

Existem duas formas análogas de apresentar-se a Igreja, ao longo da história. A primeira é uma Igreja centralizada, preocupada com a hierarquia, com a doutrina e a moral e a segunda é uma Igreja do testemunho e martírio, em defesa da vida dos pobres e excluídos, as vezes à margem da hierarquia. Porém, a história da Igreja caminhou ao longo dos séculos com a imagem principal do “Pastor”, “aquele que cuida de suas ovelhas”, contudo o cuidado era a partir do poder do Magistério, com a complexa estrutura hierárquica. Enquanto, foi também trilhado um caminho de testemunho as margens da eclesialidade, mas tendo em base três elementos estruturais: uma experiência fundante de Deus, a vida comunitária e a missão, um modelo pode ser a vida religiosa que trabalhou testemunhando o Evangelho ao lado dos pobres.

Os tempos mudaram a partir do Concílio Vaticano II, surge uma Igreja mais comunhão e participação, inclusive a histórias também, convidando para uma leitura dos sinais dos tempos. Uma das novidades da história atual, reforçada pelo pontificado do Papa Francisco é a sinodalidade, como um sinal dos tempos, que está nitidamente ligada à missão. A sinodalidade caminha para a abertura e transformação das estruturas eclesiais e sociais que permitam renovar o impulso missionário e aproximação com os mais pobres e excluídos, valorizando mais os leigos, as mulheres e jovens, assim como a diversidade de identidades, povos e culturas. Assim sendo neste artigo apresentamos três abordagens distintas e complementares. Em primeiro lugar expomos o caminho da sinodalidade na Igreja; logo em seguida abordamos a sinodalidade na visão do Papa Francisco e finalmente a experiência da sinodalidade na Assembleia Eclesial Continental.

1. Trilhando o caminho da sinodalidade na história da Igreja

A origem da palavra sinodalidade provém do termo sínodo, que significa caminhar juntos. Ainda os primeiros seguidores de Jesus eram identificados pela característica de caminhar juntos (At 9,2; 22,4). Apesar das perseguições, que não eram poucas, os discípulos caminhavam unidos, sabendo que a condição humana está destinada para a vida, e não para a morte. Portanto, sínodo é palavra antiga e venerada na tradição da Igreja, seu significado explica um conteúdo muito profundo da Revelação. O termo é constituído pela preposição e pelo substantivo, “caminho” que indica o caminho feito pelo Povo de Deus que está intimamente unido ao Senhor Jesus, o qual se apresenta a si mesmo como “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6), inclusive os cristãos, no seguimento de Jesus, são, na sua origem, chamados os discípulos do Caminho (cf. At 9,2; 19,9.23; 22,4; 24,14.22) (cf. CONRADO, 2020).



Nos primeiros séculos do cristianismo com a palavra “sínodo” são designadas as assembleias eclesiais convocadas nos diferentes níveis como diocesano, provincial ou regional, patriarcal, universal para discernir, à luz da Palavra de Deus e na escuta do Espírito Santo, as questões doutrinárias, litúrgicas, canônicas e pastorais que, de quando em quando, se apresentam. Logo, a “sinodalidade designa, antes de tudo, o estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja, exprimindo a sua natureza como o caminhar juntos e o reunir-se em assembleia do povo de Deus convocado pelo Senhor Jesus na força do Espírito Santo no anúncio da Boa-Nova” (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL – CTI, 2018).

Historicamente, fora dos textos da Bíblia, consideramos que o primeiro sínodo, propriamente, tenha sido convocado no ano de 155, na cidade de Roma, realizado pelo Papa Anacleto, para tratar da questão da data da Páscoa. Porém, existem também opiniões de que o primeiro sínodo teria sido convocado pelo Papa Vítor, no ano 190. A realização de sínodos na Igreja, tornou-se uma prática nos primórdios do cristianismo com o objetivo de resolverem questões doutrinárias e disciplinares, dentro de um contexto de reconhecimento recíproco das várias Igrejas particulares (FERREIRA, 2018, p 393). Todavia, é bom lembrar que não foram clérigos, mas o imperador Constantino quem solicitou o primeiro concílio ecumênico em Niceia em 325. O concílio se reuniu no palácio imperial e ele foi o presidente honorário do conselho. Posteriormente, o Papa Inocêncio III convocou o quarto Concílio de Latrão em 1215, mas pediu ao imperador que os reis, duques e abades participassem, superando os bispos em dois para um.

Voltando a sinodalidade, no início do século II, Inácio de Antioquia descreve a consciência sinodal nas diversas Igrejas locais, que solidamente se reconhecem expressão da única Igreja (CTI, 2018, n 25). Os Sínodos foram celebrados periodicamente a partir do século III, tanto a nível diocesano, como provincial, para serem tratadas questões de disciplina, culto e doutrina surgidas no âmbito local. Houve no mínimo quatrocentos sínodos entre o segundo e o sétimo século. Existia a convicção de que as decisões tomadas eram expressão da comunhão com todas as Igrejas. Cada Igreja local é expressão da Igreja una e católica, manifesta-se através da comunicação das cartas sinodais, as coleções dos cânones transmitidas às outras Igrejas (CTI, 2018, n. 28). Os Sínodos do Primeiro Milênio por um lado se refazem à Tradição apostólica, por outro resultam marcados, nos seus procedimentos concretos, pelo contexto cultural em que ocorrem. Para São João Crisóstomo (347-407), “Igreja e Sínodo são sinônimos”, porque a sinodalidade não é outra coisa que caminhar juntos.

No Segundo Milênio a prática sinodal, no Medievo, foi relativizada. A relativização criou graves problemas no interno da Igreja, como por exemplo, o caso da simultânea presença de dois papas, logo de até três pretendentes ao título papal, criando o cisma de Avinhão ou cisma



papal (1378-1417). A solução da complicada questão é dada pelo Concílio de Constança, que teve como finalidade resolver o cisma (1414-1418). Um século depois, a Igreja Católica, como resposta à crise da reforma protestante, celebra o Concílio de Trento, que foi muito menos sinodal dos anteriores. Os Bispos participam em Trento junto com os Superiores das Ordens Religiosas e das Congregações monásticas, assim como os delegados dos Príncipes, mesmo participando das sessões, não tiveram direito de voto, apenas os bispos.

O Concílio Vaticano I (1869-1870), o menos sinodal da história, foi conduzido por Pio IX, que estabeleceu a doutrina do primado e da infalibilidade do Papa (18 de julho de 1870). A partir deste dogma, não existiria mais a necessidade de convocar sínodos ou concílios na Igreja, porque o próprio papa poderia resolver tudo de forma unilateral e infalível. Entretanto, o papa João XIII, contrariando essa linha de pensamento, convocou a realização do Concílio Vaticano II, o integrando na perspectiva de completo *aggiornamento*, assumindo os ganhos amadurecidos nos decênios precedentes e compondo-os por meio de uma rica síntese à luz da Tradição.

A sinodalidade foi retomada nos documentos do Concílio Vaticano II, embora o tema, em quanto tal, não recebeu uma atenção especial, mas se converte uma categoria chave na eclesio-logia, em especial no documento *Lumen Gentium* (LG 54-57), como caminho de renovação (CONRADO, 2020). O Papa Paulo VI revitalizou a prática sinodal, instituindo oficialmente o Sínodo dos Bispos, em 15 de setembro de 1965, durante o Concílio Vaticano II, com o *Motu Proprio Apostolica Sollicitudo*. Após o Concílio Vaticano II, o próprio Paulo VI convocou o primeiro Sínodo dos Bispos, o qual ocorreu entre os dias 29 de setembro a 29 de outubro de 1967. É bom destacar que o sínodo é um órgão consultivo, não decisório, fazendo apenas recomendações ao Papa. Então, a partir do pontificado de Paulo VI, até hoje, foram realizados vários sínodos, em diferentes setores da Igreja, de maneira periódica.

Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, que envolve todo povo de Deus nos processos de discernimento, nas decisões e práticas pastorais e de tal modo também deveria ser a missão das comunidades. Portanto a sinodalidade exige o envolvimento e a participação de todo o Povo de Deus na vida e na missão da Igreja, isto é, mostra a maneira específico de viver e de agir da Igreja Povo de Deus. É o processo de busca para encontrar um lugar diante das legítimas diversidades, na sincera troca de dons à luz da verdade.

2. A sinodalidade no Pontificado de Francisco

A sinodalidade é de profunda atualidade, adquirindo especial importância a partir do Concílio Vaticano II e no Pontificado do Papa Francisco existe a consciência clara e abrangente da



necessidade do caminho sinodal, para dinamizar e reformar as estruturas eclesiais, apesar dos obstáculos e resistências que se encontram dentro da instituição. Francisco expressa de muitas maneiras o valor dos espaços de participação e escuta eclesial. O maior desafio no processo sinodal é a conjuntura marcada pela oposição de setores eclesiásticos, além da crise ética em estruturas governamentais, manifestando a necessidade de uma reforma eclesial.

Na homilia da Solenidade de São Pedro e São Paulo, em 2013, primeiro ano do seu pontificado, afirmou: “devemos caminhar pela estrada da sinodalidade”. Nos nove anos do pontificado de Francisco realizou vários sínodos: sobre a Família; sobre a juventude; sobre a Amazônia; atualmente, se faz a consulta para o Sínodo sobre a sinodalidade com o tema: “Por uma Igreja Sinodal, comunhão, participação e missão”. O processo tem três fases: diocesana, continental e universal. Este caminho é feito por consultas e discernimentos, tendo como ponto alto o Sínodo em Roma, em outubro de 2023.

A sinodalidade é o caminho no Magistério do Papa Francisco, sugerido sobretudo, no discurso da comemoração do 50º aniversário da instituição dos Sínodo dos Bispos, em 17 de outubro de 2015, afirmando que “o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”. Francisco apresentou sua marca num caminho sinodal que vem se desenvolvendo através da colegialidade. Para o Papa “Igreja e Sínodo são sinônimos”, porque “a Igreja não é outra coisa que o caminhar juntos”, palavras do discurso pelo 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos por Paulo VI. Em outras palavras, para o Papa Francisco na perspectiva eclesiológica do Concílio Vaticano II, a Igreja sinodal é como uma “pirâmide invertida”, oferecendo nela um quadro interpretativo mais adequado para compreender o ministério hierárquico.

Assim sendo, a Igreja vem crescendo no processo da prática sinodal, assumindo um jeito cada vez mais participativo e missionário, enquanto mais vive e pratica um estilo sinodal de comunhão. Portanto, a Igreja não é apenas sinodal, mas também é missionária, porém só é missionária se for sinodal e só é sinodal se for missionária. Uma conversão missionária não é possível sem uma conversão sinodal, o que implica a escuta que tem a coragem de pedir e dar perdão (cf. GRECH). Deste modo, existe uma consciência clara e firme do Papa Francisco para a renovação das estruturas eclesiais a partir da sinodalidade para dinamizar e descentralizar a Igreja, apesar dos obstáculos e as resistências que encontra no interior da instituição.

Francisco deseja vincular os sujeitos eclesiais das diversas categorias do Povo de Deus, nas etapas dos processos sinodais que se tem gerado nestes anos. Ele tem expressado de várias formas o valor dos espaços de participação que criam unidade e valorizam a teologia e eclesiologia



à escuta horizontal e fraterna. A Igreja não pode deixar de reconhecer a necessidade de se reformar, renovando suas formas e ser mais coerente com os princípios do Evangelho.

Para o Papa Francisco “uma Igreja sinodal é uma Igreja que escuta. É uma escuta recíproca em que cada um tem algo a aprender. É escutar a Deus, é também escutar com Ele o clamor do povo; e escuta o povo, a ponto de insuflar-lhe a vontade a que Deus nos chama”. O exercício da escuta é essencial em uma eclesiologia sinodal, pois parte do reconhecimento da identidade de cada sujeito eclesial como leigos, sacerdotes, religiosos, bispos, a partir de relações horizontais baseadas na radicalidade da dignidade batismal e na participação no comum sacerdócio de todos os fiéis (LG 10).

De acordo com Francisco: “escutar não é o mesmo que ouvir”. Podemos acrescentar que também não equivale a consultar. A razão é que, em uma Igreja sinodal, a escuta se faz ao discernir juntos, em um processo de discernimento comunitário e não individual, porque se trata de “saber o que o Espírito ‘diz às Igrejas’ (Ap 2,7)” e encontrar formas de proceder de acordo com cada época. Seguindo o documento *Ad Gentes*, é um discernimento que deve levar a “uma acomodação mais profunda em toda o âmbito da vida cristã” (AG, 22).

Enfim, uma forma mais completa de ser Igreja implicará, ao mesmo tempo, a conversão de mentalidades e mudanças estruturais, porque “a sinodalidade dificilmente pode existir sem lugares ou procedimentos institucionais para sua implementação”. De fato, a Comissão Teológica Internacional nos lembra que “a dimensão sinodal da Igreja deve se expressar através da implementação e governança de processos de participação e discernimento capazes de manifestar o dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais” (CTI, 76).

3. A sinodalidade na Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe

O primeiro encontro sinodal continental foi o Concílio Plenário Latino-Americano 1899 em Roma; após um longo período de mais da metade de um século, aconteceram os Encontros das Conferências Episcopais do CELAM (Conferência Episcopal Latino Americano) realizadas com intervalos de 11 a 15 anos: Rio de Janeiro, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992; Aparecida, 2007. Quando foi feito o pedido pelo CELAM para realizar a VI Conferência Latino-americana, o Papa Francisco sugeriu que se fizesse algo novo e inédito, pensou que era necessário que se reunisse não somente os bispos, mas também representantes de todos os segmentos da Igreja e do continente, que compõem o “povo santo de Deus” a partir da retomada do Documento de Aparecida, que “ainda é muito atual e temos muito que aprender”.



Seguindo as indicações do Papa Francisco, no lugar de uma Conferência Episcopal, após ter ouvido o Povo de Deus, a Assembleia Eclesial Latino-Americana e do Caribe aconteceu nos dias de 21 a 28 de novembro, de forma híbrida, um grupo reduzido, por causa da pandemia do covid-19, se encontrou na Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe, na cidade do México e o restante pela plataforma zoom de forma virtual. O tema foi “Todos somos discípulos missionários em saída” retomando o espírito da V Conferência Geral, realizada em Aparecida em 2007, em sintonia com as Conferências anteriores, tendo no horizonte o Jubileu Guadalupense em 2031 e o Jubileu da Redenção em 2033. A assembleia, aconteceu sob as novas tecnologias. A transmissão digital foi aberta, para qualquer pessoa interessada em acompanhar o evento, através dos vários canais, na maioria do tempo. Porém, faltou um maior acompanhamento na preparação dos delegados, para que tivessem mais elementos nos grupos de discernimento.

A Assembleia Eclesial foi realizada depois do Sínodo para Amazônia e dentro do horizonte do caminho do Sínodo sobre a sinodalidade, isto é, a XVI Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em outubro de 2023, em Roma. O Papa Francisco considera que é necessária a fase de participação do papel ativo do Povo de Deus no caminho para esta Assembleia Geral Ordinária é fundamental, entretanto é uma parte importante e integrante do Sínodo, para o efeito expressa no seu princípio, que possa envolver a Igreja universal: “Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”.

O processo de preparação começou com a escuta, durante cinco meses, de abril a agosto de 2021, o Povo de Deus foi ouvido, no meio da Pandemia. Para facilitar o processo de escuta foi criada uma plataforma com o preenchimento de um formulário com diversas questões. As respostas foram feitas em grupos, por fóruns ou de maneira pessoal. Apesar da indiferença da maioria das Igrejas locais o processo teve a participações direta de cerca de 70 mil pessoas, sendo 47 mil em diversos espaços comunitários; 8.500 contribuições pessoais; e 14 mil participando de espaços de reflexão de fóruns na América Latina, sobre os temas mais amplos e diversos. De acordo com a organização a fase de escuta teve a maioria de aportes das mulheres dos diferentes países e instâncias eclesiais, porém na Assembleia as mulheres representavam apenas uma terceira parte dos delegados.

A Assembleia Eclesial, foi algo inédito na história da Igreja, seguindo o desejo de Francisco. Pela primeira vez reuniu representantes dos diversos setores da Igreja. A participação aconteceu com 93% on-line e apenas 7% presencial por causa da pandemia; sendo aproximadamente mil delegados conectados virtualmente e quase cem de forma presencial. A composição seguiu as orientações do Papa de que “todos somos parte do Povo de Deus”, desta maneira,



para contemplar os diferentes setores, os participantes foram 20% de bispos, 20% de sacerdotes, 20% de religiosas e religiosos, 40% de laicos, 1,7% de diáconos, além de 0,7 % de outras religiões. A presença feminina representou 36% e a masculina é de 64 %. Neste dinamismo o povo assumiu o pleno papel como batizados e batizadas de acordo com a *Lumen Gentium* abertos às vozes das pessoas de boa vontade.

A principal novidade foi o caráter eclesial e sinodal, que não se define por sua identidade eclesial, mas por sua capacidade de envolver e ouvir o mundo, e não apenas os fiéis na sinodalidade. Outra inovação é que foi uma Assembleia Eclesiástica e não Episcopal. Porém, não foi composta apenas por membros da Igreja Católica, participam com igual direito de voz, as pessoas, os movimentos e as instituições sociais, religiosas que a Igreja deseja e deve ouvir para discernir as mudanças que ela mesma deve realizar. Foi a primeira vez a Igreja da América Latina e do Caribe escutas diversas vozes do povo de Deus, amplamente coletadas, são vozes de homens e mulheres, crianças, jovens, comunidades, povos afrodescendentes, camponesas, universitários, comunidades LGBTQ, pessoas com capacidades diferentes ou especiais, conferências episcopais, bispos, padres, religiosos, leigos, enfim pessoas de vários contextos socioculturais, com o intuito de identificar os sinais dos tempos a partir das interpelações.

A Assembleia Eclesial se colocou no processo de escuta, com a convicção de ser o *kairós*, o tempo propício de Deus, sendo chamados a escutar a voz do Espírito Santo que emana do Povo de Deus. O encontro foi um processo de discernimento comum para responder aos signos dos tempos, para impulsionar a missão eclesial, delineando novos caminhos para o continente, seguindo os sonhos do Papa Francisco apresentados na Exortação “Querida Amazônia”: social, ecológico, cultural e eclesial. O Sínodo da Amazônia expôs a necessidade de uma “conversão integral”, que se desdobre na conversão pastoral, cultural, ecológica e sinodal (cf. QA, 7).

O principal e decisivo meio, durante o desenvolvimento do evento, foram os pequenos grupos de discernimento comunitário, aonde aconteciam virtualmente os encontros de todos os membros da Assembleia, tanto os que participavam na Casa Lago, sede da Conferência Episcopal Mexicana na Cidade do México, como quem estava conectado online, a partir dos diversos lugares do continente. O ambiente virtual foi o espaço para dialogar e partilhar as diferentes experiências do continente, como um lugar de discernimento, de escuta comunitário e como vivência da sinodalidade do Povo de Deus. A grande variedade de pessoas, experiências, estados de vida, idiomas, sotaques, culturas, enriqueceram a partilha na escuta do Espírito que inspira e guia no caminho sinodal dentro de um novo ardor missionário. Como assegura a mensagem final:



Com grande alegria vivemos essa Assembleia como uma verdadeira experiência de sinodalidade, em escuta mútua e no discernimento comunitário do que o Espírito Santo quer dizer à sua Igreja. Caminhamos juntos, reconhecendo nossa diversidade poliédrica, mas acima de tudo, reconhecendo o que nos une, e nesse diálogo, nossos corações como discípulos se voltaram para as realidades que o continente está vivenciando, em suas dores e esperanças.

A partir do discernimento dos cinquenta grupos on-line se viu a necessidade de maior reconhecimento do protagonismo das mulheres na sociedade e na Igreja, a superação do clericalismo, da autorreferencialidade eclesial, a valorização da juventude, a reafirmação da opção preferencial pelos pobres e pela justiça, a necessidade de retomar das CEBs como parte da experiência sinodal no continente, que não aparecem de forma clara nos desafios pastorais apresentados no final da Assembleia.

Foram muito importantes a escuta dos testemunhos de vida dos participantes, alguns presenciais e outros virtuais, que animaram com entusiasmo o caminhar junto em comunhão e sinodalidade, apresentando as ricas experiências de vida e missão nos lugares mais remotos e desafiadores do continente, como o acompanhamento das vítimas da pandemia, das mulheres que sofrem violência, dos imigrantes indocumentados, dos povos originários, dos afrodescendentes, dos jovens, entre outros muitos.

A Assembleia Eclesial foi uma experiência profunda sinodal, que criou esperanças e marcou desafios. Ainda não sabemos realmente quais serão os verdadeiros frutos, por se tratar de um evento inédito na história eclesial. Esperamos que possa ser um *kairós* para Igreja na América Latina e no Caribe, um momento histórico para os caminhos pastorais e missionários para o continente. Entretanto o evento suscitou esperança de uma Igreja sinodal, através do processo de escuta, comunhão e participação.

A sinodalidade entendida como um espaço de participação e abertura para a transformação das estruturas eclesiais e sociais que permitam renovar o impulso missionário e aproximação com os mais pobres e excluídos, valorizando mais os leigos, as mulheres e jovens, assim como a diversidade de identidades, povos e culturas. Igualmente foi suscitada a Esperança de uma Igreja mais próxima do sofrimento do Povo, que valorize mais as CEBs, gere ações em defesa dos direitos humanos, da Casa Comum, escutando o clamor dos mais pobres e excluídos.

Um projeto missionário só pode emergir do processo sinodal de escuta-discernimento. Para realizar uma atuação sinodal, conversão pastoral e missionária se exige que alguns paradigmas,



ainda muito presentes na cultura eclesial sejam superados o que parece um desafio que a maioria da Igreja não está disposta a enfrentar. Entre estes, a concentração da responsabilidade da missão apenas no ministério dos pastores ordenados como bispos e padres, assim como a insuficiente valorização da vida consagrada e dos dons carismáticos, inclusive a pouca apreciação da atual ação específica e qualificada dos leigos, em especial das mulheres. Portanto, o exercício de um estilo sinodal de comunhão e participação, constituem a base para uma eficaz conversão missionária e pastoral do discípulo missionário.

Para ser uma Igreja missionária existe o desafio de superação do clericalismo, que abusa do poder institucionalizado para manter os leigos à margem das decisões (cf. EG, 102). Este obstaculiza o crescimento de uma Igreja Sinodal e missionária, o eco coloca a Igreja na necessidade de uma constante conversão. O Papa Francisco convida repetidamente a passar de uma Igreja clerical para uma Igreja Sinodal. Portanto, é impossível imaginar uma conversão eclesial sem a participação ativa de todos os membros do Povo de Deus. Uma Igreja sinodal não é autorreferencial, mas missionária; é uma Igreja que escuta o grito dos pobres e da terra.

Houve grandes esforços sintéticos a fim de que não fosse uma “Torre de Babel” diante da diversidade e pluralidade de opiniões, visões e manifestações. Logo como fruto do discernimento grupal foram apontados pela coordenação quarenta e um desafios pastorais para Igreja na América Latina, com as suas orientações pastorais de forma sintética, escolhidos através de indicações online, priorizando apenas doze. As experiências pastorais como as CEBs, as pastorais sociais, as Missões Populares e os Mártires da caminhada, aparecerem de maneira tímida nos desafios pastorais apresentados no final do encontro. Parece que o resultado foi pouco expressivo para um evento tão esperado. Apesar das deficiências, lacunas e limites da Assembleia, confiamos que sejamos capazes de assumirmos o compromisso de uma Igreja em saída.

Considerações finais

A sinodalidade não pode ser reduzida a um olhar exclusivo para *ad intra*, mas *ad extra* no processo de conversão eclesial e missionário, criando consciência de que todos somos Igreja e, portanto, todos somos discípulos missionários. Neste sentido se ouviram vozes com o desejo da renovação do compromisso da missão, como tarefa de todo o povo de Deus. Os protagonistas da missão no mundo são os próprios leigos, superando a visão tradicional da missão. O caminho da sinodalidade requer constante conversão pastoral e missionária, que consiste em uma renovação de mentalidade, de atitudes, de práticas e de estruturas em vista da cada vez maior fidelidade à própria vocação.



A sinodalidade deve ser um tempo de discernimento e de escuta, embora desperte as vezes, pouco interesse de vários setores da Igreja. Todavia, fica a responsabilidade de preservar e dar continuidade ao processo sinodal, atualizando e revitalizando a comunidade eclesial, sendo cada vez mais missionária, isso é, uma “Igreja em saída”, de “portas abertas”, seguindo o desejo, os princípios e os ensinamentos do magistério do Papa Francisco.

Francisco deseja e pretende que o processo sinodal seja um ato de comunhão, participação e colegialidade, embora a tradição dos sínodos se limita apenas a uma consulta aos bispos. Nesse sentido, acreditamos que é necessário mais ousadia e coragem por parte da Igreja, para que a celebração dos sínodos, não seja mais um evento eclesial, mas que possa levar para uma prática concreta revitalizando a Igreja, isto é, sendo mais missionária, por meio da comunhão e participação. Entretanto, é necessário dar o salto de qualidade eclesial que possa abrir os horizontes para uma Igreja mais missionária. Enfim, esperamos que a caminhada sinodal realizada por Francisco, possa ser um verdadeiro *kairós* para Igreja Universal e para o continente da América Latina e do Caribe.

Na história atual observamos que apesar dos limites, a sinodalidade se está configurando como uma nova experiência, especialmente no nível da Comunidade eclesial, no contexto da mentalidade pós-moderna, que demonstra uma sede ardente do sagrado junto com uma secularização invasiva. O fascínio do transcendente, juntamente com desequilíbrios, uma sede de amor e intimidade junto com certo transtorno descontrolado na vida afetiva que são reptos contemporâneos. Esperamos que a vivência e a compreensão da sinodalidade traga mais comunhão na vivência e participação na missão.

Referências

CELAM. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007.

_____. *Documento de trabajo: Escucha en la 1ª Asamblea Eclesial para América Latina y el Caribe. Voces del Pueblo*. Disponível: <https://asambleaecclesial.lat/> Acesso 19 de novembro de 2021.

_____. *Documento para el Discernimiento comunitario*. En la Primera Asamblea Eclesial de América Latina y el Caribe “Todos somos discípulos misioneros en salida” Disponível: <https://asambleaecclesial.lat/> Acesso 19 de novembro de 2021.

_____. *Los desafíos Pastorales de la Asamblea Eclesial de América Latina y del Caribe*. Documento em PDF.



COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2018. (Documentos da Igreja, 48).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a revelação divina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. Brasília: Ed. CNBB, 2018.

_____. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. Brasília: Ed. CNBB, 2018.

_____. *Decreto Ad Gentes*. Brasília: Ed. CNBB, 2018.

CONRADO, S. Sinodalidade e conversão pastoral. *Revista Vida Pastoral*, São Paulo: Paulus, ano 61, n. 331, fev. 2020.

FERREIRA, A. A Sinodalidade Eclesial no Magistério do Papa Francisco. *Revista ATeo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 59, p. 390-404, maio/ago. 2018.

FRANCISCO. *Discurso do santo padre Francisco: comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*. 17 out. 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/>. Acesso: 16/09/2021.

_____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

_____. *Exortação apostólica Querida Amazônia*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2019.

_____. *Mensagem para a abertura da Assembleia da América Latina e Caribe*.PDF.

GRECH, Card. Mário. *Mensagem do Secretário-Geral do Sínodo dos Bispos, para a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe*. Documento PDF.

Dados do autor

Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela PUC-SP. Mestre em Ciências da Religião pela PUC-SP. Graduado em Teologia pelo Centro Universitário Assunção e em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Xaveriano (México).

Recebido em 26/04/2022

Aprovado em 12/06/2022



A RECEPÇÃO DA *NOSTRA AETATE* NO BRASIL: UM DIVISOR DE ÁGUAS

THE RECEPTION OF *NOSTRA AETATE* IN BRAZIL:
A WATERSHED

ÊNIO JOSÉ DA COSTA BRITO

Resumo: O tema das relações inter-religiosas tem ocupado a agenda eclesial, especialmente, após o Concílio Vaticano II, pois o paradigma proposto pelo Concílio abriu veredas novas e desafiadoras para as relações inter-religiosas. Angelina Carr Ribeiro Martins se propõe na sua tese de doutorado, em Ciência da Religião, reconstruir a história da recepção do documento conciliar *Nostra Aetate* no Brasil. Neste *Essay Review*, temos como propósito acompanhar a autora no seu percurso de análise, apontando o conteúdo dos capítulos, tecendo observações e comentários, consciente de que não será possível explicitar toda a riqueza da minuciosa e cuidadosa pesquisa realizada.

Palavras-chave: Diálogo, *Nostra Aetate*, Recepção, Religiões, Vaticano II.

Abstract: The theme of interreligious relations has occupied the ecclesial agenda, especially after Vatican Council II, because the paradigm proposed by the Council opened new and challenging paths for interreligious relations. Angelina Carr Ribeiro Martins proposes in her doctoral thesis, in Religious Science, to reconstruct the history of the reception of the conciliar document *Nostra Aetate* in Brazil. In this *Essay Review*, our purpose is to accompany the author in her path of analysis, pointing out the content of the chapters, making observations and comments, aware that it will not be possible to explain all the richness of the meticulous and careful research done.

Keywords: Dialog, *Nostra Aetate*, Reception, Religions, Vatican II.



Introdução

Início o percurso dialogal propondo uma moldura textual para tese,¹ visando explicitar/visualizar/ apontar sua potencialidade heurística. Ao convidar os leitores(as) a voltarem algumas casas no tabuleiro da história – 57 anos exatamente – oferece a eles a possibilidade de desvendarem os mecanismos latentes na recepção da *Nostra Aetate* no Brasil, nas ações da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e no Diálogo Inter-Religioso (CEEDI) da CNBB, sem contudo aprisioná-los no retrovisor (da história) e ao que é manifesto e visível. Possibilitando, assim, a percepção não só do passado, mas do presente, isto é, da situação do Diálogo inter-religioso de ontem e de hoje.

A escolha do objeto de estudo foi muito oportuna, *A recepção da Nostra Aetate no Brasil* – tema carente de estudos mais específicos e sistemáticos no Brasil -, como afirma: a tese “vem preencher uma lacuna nas pesquisas sobre o tema no Brasil”² (Resumo). Tese atual, pois, o momento sócio-político-religioso do país, aponta a necessidade urgente de se avançar no diálogo inter-religioso, frente a onda de intolerância que contamina o tecido socioreligioso brasileiro.³

Abro o nosso percurso, com duas breves observações sobre a Introdução da tese. Nela, se apresenta e bem os elementos básicos que preparam os futuros leitores (as) para uma recepção densa da mesma. Cabe, no entanto, uma sugestão: quando se indica os autores que apoiarão a pesquisa, penso ser possível explicitar, sinalizando, brevemente, em que auxiliarão a pesquisadora. Por exemplo: em que José Maria Vigil contribui com a pesquisa (vamos identificar a contribuição desse autor só nas páginas 76 e 77); qual é a contribuição dada por Faustino Teixeira, Frank Usarski, Elias Woff? Isto é, fazer o mesmo que foi feito quando da apresentação da contribuição Ninian para discutir os Princípios que devem nortear o diálogo inter-religioso.

.....
¹ MARTINS, Angelina C.R. *A recepção de Nostra Aetate no Brasil: Do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) à Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da CNBB (1962-2019)*. Doutorado em Ciência da Religião São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021, p. 355. A tese foi defendida no dia 17/09/2021, em sessão remota.

² Um dos estudos mais cuidadoso e metucioso da *Nostra Aetate* foi realizado por USARSKI, Frank *A construção do Diálogo: O Concílio Vaticano II e as religiões*. São Paulo: Paulinas, 2018. Para uma resenha deste texto ver BRITO, Ênio José da Costa. *Nostra Aetate: Abrindo caminhos para o diálogo inter-religioso*. *Ciberteologia*, Ano XVI, n. 62, p. 105-113, jan./abr. 2020. São Paulo: Paulinas, 2020

³ Ver RIBEIRO, Antonio Carlos. *Neoconservadorismo e necropolítica: a exclusão da modalidade discriminação religiosa do Dique 100 no governo Bolsonaro*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. O autor analisa a ascensão do neoconservadorismo no Brasil e a implementação da necropolítica, em especial, através da discriminação religiosa.



Quanto a observação de que “no Brasil, desde o início do Concílio houve uma mobilização e empenho da Conferência Nacional de Bispos do Brasil para colocar em prática o espírito do Vaticano II” (MARTINS,2021, p.3). Penso ser necessário mencionar que entre os teólogos, que já durante o Concílio e no pós-Concílio trabalharam para que as intuições de João XXIII acolhidas pelo Concílio, fossem bem recebidas pela Igreja do Brasil, foi Luiz João Baraúna.⁴ Ele se destacou, com a publicação de livros importantes sobre os documentos conciliares⁵ e viajou pelo Brasil preparando as Igrejas. Cabe, também lembrar, que por três anos ele foi professor convidado do Programa de Estudos Pós-Gadudados em Ciência da Religião (PUCSP).

1. Lendo os capítulos

A proposta do primeiro capítulo, intitulado *A Declaração Nostra Aetate e as Religiões não cristãs: princípios, alcance e limites*, é de

analisar a *Nostra Aetate* a partir dos princípios que a fundamentaram, identificados em seu objetivo, nas bases espirituais que o orientam, nos meios postos para promovê-los, na atitude da Igreja Católica em relação às religiões não cristãs e nas recomendações e exortações aos fiéis (2021, p. 7).⁶

Nele, ao dar a conhecer a arquitetura teológica-religiosa que sustenta o Documento, pode explicitar seus princípios, alcance e limites. Me agradou muito o perfil analítico do capítulo, por sinal uma marca registrada da tese.

A análise da *Nostra Aetate* é complementada pela apresentação de três categorias: “os pressupostos do diálogo, os interlocutores e as dimensões das religiões articuladas nos intercâmbios inter-religiosos, que proporcionam um olhar mais amplo e profundo da dinâmica dos intercâmbios inter-religiosos” (p. 7).

Destaco dois pontos mencionados que são de interesse para o cientista da religião: primeiro a menção feita no Decreto ao distanciamento da perspectiva essencialista das religiões, segundo, ter sinalizado e exemplificado resquícios da linguagem colonial ainda presentes no Documento,

.....

⁴ Para uma visão do trabalho desenvolvido por Luiz João Baraúna, ver BRITO, Ênio José da Costa. Verbete Baraúna, Luiz João. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Coordenação). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. 1ª ed. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p.49-50.

⁵ Entre as obras ver BARAÚNA, João Luiz. *A Sagrada Liturgia renovada pelo Concílio*. Petrópolis: Vozes, 1964; *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.

⁶ Passamos a indicar, apenas, a página da tese.



uma linguagem colonial também foi observada, sobretudo, no primeiro e segundo parágrafos da Declaração (NE1 e NE2). Nesse sentido, a *Nostra Aetate* expressou sua percepção do outro no contexto da função e da na missão da Igreja e do Cristianismo, em uma posição de superioridade” (p.24).

Sempre que releio o Decreto me impressionam dois pontos: a *ruptura* que o Decreto realizou “com paradigmas que haviam norteado a Igreja por séculos” (p. 24/26) e a força do caráter dogmático e intolerante que está por trás da “teologia do acabamento”.

Penso também que na discussão do fundamento teológico: cristocêntrico/eclesiocêntrico faz-se necessário ir além, principalmente quando se pensa no diálogo com as religiões de matriz africana autóctones e indígenas, pois, os conceitos de monoteísmo e politeísmo são estranhos às comunidades indígenas e negras, vem dos Pais da Igreja no Ocidente, a partir da releitura platônica e aristotélica da fé cristã e em luta contra os deuses do Império Romano, como mais tarde dos celtas, dos eslavos. Qual o desafio: “rever o caráter dogmático e intolerante que está por trás da imagem monoteísta de Deus” (BARROS, 2009, p. 100).⁷

Um dos eixos escolhido pela autora para analisar *Nostra Aetate* foi o das perguntas formuladas pelo Cardeal Bea (1881-1968) a saber:

Qual é o objetivo exato da Declaração? Quais são as bases que fundamentam a ação visada pela Declaração? Qual é, em geral, o papel da religião, neste campo? e Qual é a atitude da Igreja e qual deve ser a dos seus fiéis em relação às religiões não cristãs (BEA, 1968, 20).⁸

Na apresentação do conteúdo do Documento, após análise metódica – dos pressupostos do diálogo inter-religioso, das dimensões apreendidas nas suas relações inter-religiosas e do papel dos interlocutores -, Martins identifica oito lacunas nos cinco parágrafos da Declaração.

A primeira lacuna identificada é a falta de *operacionalização do conceito de diálogo*, tanto em sentido geral quanto no de diálogo inter-religioso em sentido específico; as próximas três se relacionam aos pressupostos *Direito à diferença, Identidade e*

.....
⁷ Para BARROS, Marcelo. *O sabor da festa que renasce*. São Paulo: Paulinas, 2009, p.100, “o problema do monoteísmo não é tanto a questão se há um ou muitos deuses, e sim se o Deus único no qual se crê é uma espécie de deus dos deuses que reproduz no céu o sistema político no qual um rei domina com sua autoridade todos os senhores de cidades-Estado e sobre ele se projeta as reações autoritárias e arbitrárias dos imperadores deste mundo”.

⁸ BEA, Agostinho. *A Igreja e o povo judeu*. Rio de Janeiro: Vozes, 1968.



Abertura e Aposta na verdade; a quinta lacuna que identificamos está ligada à *dimensão Experiencial e Emocional;* a sexta é em relação *ao papel da Igreja nas relações inter-religiosas;* a sétima se relaciona ao envolvimento dos líderes religiosos; e a última retoma aquela identificada por Bea, sobre a autonomia salvífica das religiões (p. 27).

No entanto, constata, também a autora, que os primeiros passos para a operacionalização do diálogo inter-religioso foram dados de maneira clara na Declaração, passos gigantes se comparado com a longa história das relações da Igreja Católica com as outras religiões.

Ao longo da leitura do capítulo, mesmo não sendo mencionado as religiões indígenas e afro, uma questão retornava sempre: como a partir das orientações da NE dialogar com elas? Depois da apresentação desse capítulo, essa questão voltará com frequência, como na conclusão do segundo onde pergunta: “quais dimensões das religiões e formas de se praticar o diálogo inter-religioso poderiam aprofundar-se entre o Cristianismo e as religiões tradicionais Africanas?” (p. 60), e em inúmeras outras partes do seu texto.

Martins finaliza enumerando o saldo positivo desse primeiro movimento de análise:

Portanto, a abertura à reflexão não apenas teológica, mas às reflexões antropológica, sociológica e psicológica, permitiram uma nova perspectiva do pluralismo religioso compreendido enquanto valor, e um caminho que se abre à experiência das outras religiões. O reconhecimento de que o patrimônio espiritual é parte constitutiva de todas as religiões autóctones evidenciou a necessidade de mudança no tratamento, ainda diferenciado, que a Igreja Católica conferia à religiões dos povos indígenas e de matriz africana (p 60).

O conceito de Diálogo nos documentos do Pontifício Conselho para o diálogo Inter-religioso e a perspectiva da inculturação é como se intitula o segundo capítulo. Qual é a proposta da autora?

Analisar os documentos do *Pontifício Conselho para o diálogo Inter-religioso* que operacionalizaram o conceito de diálogo inter-religioso, desenvolveram as orientações, os princípios e as forma de praticar o diálogo. Com isto, pretendemos compreender como o conceito de diálogo inter-religioso foi apreendido e vinculado à missão da Igreja. Na sequência, iremos apresentar uma introdução à inculturação enquanto conceito e método para a relação da Igreja Católica com as culturas, que irá refletir no diálogo inter-religioso (p. 6).



O movimento realizado foi o de colocar o conceito de diálogo no centro, recorrendo, em seguida, a análise dos documentos para apontar os deslocamentos ou as operacionalizações ocorridas na sua compreensão (p. 46).

Um problema constatado ao longo do capítulo é o da não distinção entre diálogo e diálogo-inter-religioso, que acaba por confundir a finalidade dos mesmos.

Contudo, é uma ferramenta ou possibilidade, como já afirmamos, que demonstra a linha tênue e a tensão entre abertura e missão que se estendem ao diálogo e à missão da Igreja: portanto, está relacionada aos entendimentos que a Igreja desenvolveu sobre sua missão, sobre o vínculo que estabeleceu entre os *conceitos de diálogo e diálogo inter-religioso*, e sobre a reação entre diálogo, missão e a finalidade de cada um (p. 46) (grifo nosso).

Na análise dos documentos: bom ter recorrido com frequência ao entrelaçamento deles, o que revela a “linhagem” dos mesmos; ter deixado transparecer a dimensão de uma certa “pedagogia do diálogo”, após ter explicado que as quatro formas de diálogo inter-religioso tratam de todas as dimensões da vida cristã compartilhada com os seguidores de outras religiões.⁹ “Nelles, está implícita uma *pedagogia do diálogo*, visto que se desenvolve gradualmente a partir do diálogo da vida cotidiana, e culmina na forma mais profunda de diálogo, que é o diálogo da experiência religiosa” (p. 42) (grifo nosso).

Mas, principalmente, constata: o núcleo duro que limita as ações do diálogo inter-religioso e o desenvolvimento em todo seu potencial da *Nostra Aetate* ao analisar o Documento *Diálogo e Missão*.

Como na *Nostra Aetate* o Documento [Diálogo e Missão] não discutiu a questão do *papel das outras tradições religiosas na salvação de seus membros*, omitiu o entendimento do Vaticano II de outras religiões como *preparação para o Evangelho* (LG16; AG3) e a *expressão diálogo de Salvação*. Assim, o diálogo ou as relações se mantiveram ancorados em uma perspectiva da teologia do acabamento, em continuidade com a *Nostra Aetate* (p. 45).

Realizou ainda uma análise da questão do Diálogo inter-religioso atravessado pelo método da evangelização inculturada na qual revela seu avanço, seus desafios e seus problemas.

.....
⁹ Quatro são as formas de diálogo: o diálogo da vida; o diálogo das obras; o diálogo de especialistas e o diálogo da experiência religiosa, que consiste em compartilhar experiências de oração, de contemplação, de fé e de compromisso” (cf. p. 44).



A evangelização inculturada foi e ainda é um método de evangelização muito utilizado na América Latina.

Quanto a origem do conceito de *inculturação*: tudo indica que foi cunhado no Japão, em contraposição a *aculturação*, Yves Maria Congar faz menção a ele num Congresso de Missiologia em Roma, em 1975 (*Cristianismo como fé e cultura. Evangelização e cultura*).

Quem, no entanto, divulgou o conceito foi o jesuíta Ari Roest-Crollius, quando voltou para ser professor na Universidade Gregoriana, em Roma e ensinar missiologia, depois de uma longa permanência no Oriente (17 anos). Tem artigos escritos sobre o tema na *Revista Gregorianum*.¹⁰

Um dos problemas centrais da pesquisa é a tensão entre abertura e missão. Problema, que possibilita levantar algumas perguntas: qual a contribuição, dos documentos analisados “para que se caminhe na desvinculação de uma motivação que envolve a perspectiva exclusivamente missionária”? E quais as consequências quando se operacionaliza o diálogo inter-religioso vinculado à missão? Penso, que uma das consequências é o tratamento desproporcional das religiões, isto é, a atribuição de status diferentes!

No capítulo terceiro, intitulado *A recepção da Nostra Aetate à luz das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (1968-2007)*, Martins quer:

analisar a recepção da *Nostra Aetate* nas quatro Conferências (1968-2007) e como conferiram ao diálogo inter-religioso uma marca libertadora, pois não poderia prescindir da necessidade de agregar a dimensão dos direitos humanos, sociais, políticos e ambientais [e ainda] verificar que o reconhecimento das religiões teve nas culturas seu acesso; por elas, as religiões adquiriram visibilidade, mas ainda em esquemas depreciativos, pois eram consideradas despossuídas e carentes da verdade e da salvação (p. 6).

Nele realiza a leitura crítica das quatro Conferências do Celam Medellín/Puebla/Santo Domingo e Aparecida para responder as questões: como acolheram, traduziram e reconstruíram a recepção de *Nostra Aetate*, apontando os avanços e as lacunas (p. 63).

Penso que o conceito de *Recepção* discutido aqui (p.63), merece ser antecipado, para facilitar os futuros leitores(as) a acompanharem as análises. Pode, ainda, numa nota de Rodapé mencionar a primeira Conferência do Celam, realizada no Rio de Janeiro em 1955, para realçar a importância da *Nostra Aetate*. Nela o modelo exclusivista é afirmado de maneira clara e distinta!

.....
¹⁰ ROEST-CROLLIUS, Ari. What is so new about inculturation? *Gregorianum*, 59, p. 721-737, 1978.



Não deixa de ser surpreendente que ainda em Santo Domingo (1992): “a falta de compreensão da importância, do objetivo da *Nostra Aetate* e do conceito de diálogo inter-religioso levaram a compará-los com o sincretismo e às tendências relativistas” (p. 78). Impressiona também que: a tensão entre abertura e missão continua presente, mesmo num contexto cultural-religioso que possibilitaria avanços tanto com relação ao diálogo, quanto ao diálogo inter-religioso.

Olhando as Conferências no seu conjunto, me perguntei pelos deslocamentos que elas realizaram com relação ao entendimento e valorização das religiões e experiências religiosas dos povos indígenas e afro-americanos? A autora poderia pensar na elaboração de um breve quadro sinótico que visualize graficamente esses deslocamentos oferecendo uma visão de conjunto dos avanços ou não.

A conferência de Aparecida, por exemplo, apresentou avanços

na afirmação da alteridade, sem vê-la como ameaça. Suas afirmações avançaram nas relações inter-religiosas, como nas tradições de matriz africana, pois, permitiram ampliá-las ao reconhecer que homens e mulheres negros são sujeitos construtores de sua própria história e de uma nova história (p.83).

A leitura do capítulo reforça a atualidade da pesquisa feita, pois, tese que não está coarctada ao âmbito da Ciência da Religião, mas que oferece, também, um rico material para os cursos de Missiologia, Ecclesiologia e Oecumenismo das Faculdades Teológicas.

Por sinal, leitura recomendada a teólogos(as) que muitas vezes não leem os textos do Magistério e das Conferências Episcopais.

Ao concluir esse terceiro movimento analítico afirma:

Enfim, a alteridade adquiriu importância lentamente, a Igreja esteve sensível aos fatos, ao ver-julgar-agir, mas não considerou o impacto negativo da missão sobre o diálogo inter-religioso e o conceito de diálogo inter-religioso vinculado ao método de evangelização inculturada. Por conseguinte, a recepção da *Nostra Aetate* apontou para a continuidade de uma tensão entre a missão da Igreja e abertura ao diálogo, que irá se refletir nas atividades da *Comissão Episcopal para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da CNBB* (p.86).

O último capítulo tem como título, *A Recepção da Nostra Aetate na Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo inter-religioso da CNBB (1962-2019)*.



A síntese com que abre o quarto capítulo (p.86-87) , não só situa os futuros leitores(as) como sinaliza que o capítulo funcionará como um escoadouro, pois, as sinalizações, os desafios e as perspectivas presentes nos três primeiros capítulos retornam agora visualizados na minuciosa análise e cruzamento da documentação, tendo como estrela guia sua hipótese, vale apenas lembrá-la: “a tensão decorre da operacionalização do conceito de diálogo, que vinculou o diálogo inter-religioso ao diálogo da Salvação e ao método de evangelização” (p. 2).

Nesse capítulo irá descrever e analisar a recepção da *Nostra Aetate* no Brasil, em uma trajetória de 57 anos, por meio dos documentos produzidos pela Linha 5, e da contribuição de estudos realizados por pesquisadores das religiões nas ações da CNBB, que buscavam compreender o pluralismo religioso no Brasil. Também iremos verificar a relevância da Declaração nos direcionamentos e ações da Linha 5, como se organizou para receber a Declaração e desenvolver o diálogo inter-religioso (p. 6).

Ter escolhido a categoria “tempo” – consciente ou inconscientemente -, como um dos marcadores do seu percurso de análise, se constituiu num fator importante para seus leitores(as) internalizarem a lentidão e os desafios a serem superados pela Igreja do Brasil no processo de recepção da *Nostra Aetate* com seus objetivos, a saber: a unidade do gênero humano diante do pluralismo religioso e a disposição de abertura da Igreja ao diálogo com as outras religiões (p. 86).

Lembrando alguns marcadores apontados na análise: 5 anos após o Vaticano II; quinze anos decorridos da promulgação de *Nostra Aetate* (1980); dezenove anos após a promulgação de *Nossa Aetate* (1984), 25 anos de *Nostra Aetate* etc.

Considero muito significativa a contribuição do teólogo Martin Maria Groetelaars, se levarmos em conta o momento em que foi dada e as questões que apontou,¹¹ no estudo intitulado *Sincretismo religioso afro-brasileiro: um diálogo cultura em perspectiva missionária*.

Seu estudo se relaciona à recepção da *Nostra Aetate* e ao problema central deste trabalho, a tensão entre abertura e missão, demonstrando a perspectiva da Igreja em relação ao diálogo e à evangelização inculturada. No estudo, o autor mencionou João XXIII como o iniciador do diálogo da Igreja com o mundo e João Paulo II no diálogo com as culturas (p.103).

.....
¹¹ Pesquisador, autor dos livros sobre religiosidade popular “Quem é o Senhor do Bonfim”. Petrópolis: Vozes, 1983 “Reflexões pastorais e missionárias: missa e religiosidade popular”. Petrópolis: Vozes, 1978 e *Sincretismo religioso afro-brasileiro: um diálogo cultura em perspectiva missionária*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.



Quero destacar uma pontuação importante para nossa área, nela menciona a contribuição dos estudos acadêmicos da religião para a lenta mudança de atitudes da Igreja. Cito: “Estes estudos tiveram grande importância para as ações teológico-pastorais, pois permitiram uma visão da realidade sob diferentes perspectivas, pautadas no agnosticismo metodológico” (p. 120).

Ao longo da leitura ficou claro para mim que a Igreja do Brasil avançou mais na operacionalização das relações estabelecidas com as religiões autóctones do que com as religiões afro-brasileiras. O peso da mentalidade racista na Igreja é ainda uma realidade! Não estou negando os avanços, mas olhando os caminhos trilhados. Eis um desafio importante no horizonte do diálogo inter-religioso!

Quero confessar que a leitura desse longo terceiro capítulo – 66 páginas – foi desafiador, mas também de muita aprendizagem. Me lembrei de uma passagem do romance *Grande Sertão: Veredas*, a da travessia do Liso do Sussuarão, descrita em 11 páginas. Riobaldo só conseguiu atravessar esse grande platô, sobre a serra das Araras, em Minas, na segunda tentativa. Na leitura do capítulo terceiro, precisei apenas de uma tentativa, mas acabei confirmando uma sugestão já mencionada: a autora dispõe de dados para elaborar ótimas tabelas comparativas visualizando o longo processo da Recepção de *Nostra Aetate*.

Tabelas comparativas aqui não apenas como exercício de cotejamento de semelhanças e diferenças, mas antes, de esforço de compreensão de articulações concretas ocorridas ao longo dos processos histórico-eclesiais que tiveram início a partir do termino do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil na implantação das orientações conciliares.

Frente a abundância de informações, escolho apenas uma para comentar: a de ter visualizado ao longo da análise da documentação impressa: “conceitos em disputa”.

Daí a necessidade: de delimitar cada um deles e passar pelas construções de suas definições e de entender a formação e disseminação dos mesmos, que se desenharam ao longo dos 57 anos estudados. Conceitos, que reúnem em si a diversidade da experiência histórica, assim, como a soma das características objetivas teóricas e práticas.

O capítulo confirma a importância do estudo dos conceitos de diálogo e diálogo inter-religioso e de sua história para compreender os fatos e processos sócio-cultural-religiosos da recepção de *Nostra Aetate*.

Aponto em seguida alguns tópicos que pedem uma ampliação, primeiro o da dupla resistência ou /obstáculo enfrentado pela Igreja do Brasil na recepção da *Nostra Aetate* e na operacionalização do diálogo inter-religioso, isto é, resistência exercida ad intra/ de dentro e resistência ad extra/de



fora. Processos que compõem uma única dinâmica operacional. De dentro, pode-se indicar a falta de entendimento da finalidade do ecumenismo e do diálogo inter-religioso; dificuldade em lidar com a alteridade e desvencilhar-se de uma postura preconceitual que via outras religiões como seitas e dificuldade de compreender o pluralismo. De fora, apontamos a perda da hegemonia/crescimento das seitas (p. 117), nem todos os grupos religiosos estavam abertos ao diálogo (p.125).

Outro tópico a ser mais explicitado, na análise da documentação, quando Documentação começa a superar o etnocentrismo antievangélico, que desprezava o outro como tábula rasa, especialmente, na relação com os povos nativos! (p. 107).

Enfim, nas três fases apresentadas do processo de recepção da *Nostra Aetate* pela Igreja do Brasil a tensão se fez presente de modo diferente, na primeira; tensão entre uma nova atitude de abertura e os paradigmas anteriores ao Vaticano II, dentro e fora da Igreja; na segunda, tensão entre reparação e valorização, abertura e missão e na terceira, tensão proveniente da falta de apreensão da finalidade do diálogo inter-religioso (p. 148).

2. Breves comentários conclusivos

Martins não poupou esforços para apresentar o maior volume de informações que permitissem perceber o lento, árduo e complicado processo de recepção do Documento conciliar. A título de exemplo, mostrou os caminhos aberto pelo Ecumenismo para a recepção de *Nostra Aetate* e para o diálogo inter-religioso.

Mostrou como o reconhecimento de valores das demais correntes cristãs abriu à cooperação, à estima mútua e aos pontos de interesse comum, ao fortalecimento das relações ecumênicas.

Contudo, deixou claro que mesmo com os avanços, o diálogo ecumênico, a valorização das culturas e a libertação relacionada aos processos históricos e sociais ainda tem muito que avançar.

As palavras conclusivas da autora relembram os avanços e despertam esperanças para se chegar a uma recepção plena das grandes intuições da *Nostra Aetate*:

o campo religioso brasileiro moldou as ações do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, as relações inter-religiosas e trouxe suas próprias demandas e características. O diálogo ecumênico, a valorização das culturas e a libertação relacionada aos processos históricos e sociais foram pontos de intersecção, que colocaram as bases e caracterizaram a recepção da *Nostra Aetate* e o desenvolvimento do diálogo inter-religioso no Brasil, onde a diferença passou a ser um valor e não uma ameaça e a hegemonia em relação às outras religiões tem sido substituída pela atitude de compreensão e respeito pelas diferentes formas de crer (p. 157).



Referências

- BARAÚNA, João Luiz. *A Sagrada Liturgia renovada pelo Concílio*. Petrópolis: Vozes 1964; _____ . *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- BARROS, Marcelo. *O sabor da festa que renasce*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BEA, Agostinho. *A Igreja e o povo judeu*. Rio de Janeiro: Vozes, 1968.
- BRITO, Ênio José da Costa. *Nostra Aetate*: abrindo caminhos para o diálogo inter-religioso. *Ciberteologia*, ano XVI, n. 62, p. 105-113, jan./abr. 2020. São Paulo: Paulinas, 2020.
- _____. Verbete Baraúna, Luiz João. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Coor.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. 1. ed. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p. 49-50.
- GROETELAARS, Martin Maria. *Sincretismo religioso afro-brasileiro: um diálogo cultura em perspectiva missionária*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.
- _____. *Reflexões pastorais e missionárias: missa e religiosidade popular*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Quem é o Senhor do Bonfim*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARTINS, Angelina C. R. *A recepção de Nostra Aetate no Brasil: do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) à Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da CNBB (1962-2019)*. Doutorado em Ciência da religião. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021, p. 355.
- RIBEIRO, Antonio Carlos. *Neoconservadorismo e necropolítica: a exclusão da modalidade discriminação religiosa do Disque 100 no governo Bolsonaro*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.
- ROEST-CROLLIUS, Ari. What is so new about inculturation? *Gregorianum*, 59, p. 721-737, 1978.
- USARKI, Frank. *A construção do diálogo: o Concílio Vaticano II e as religiões*. São Paulo: Paulinas, 2018.

Dados do autor

Doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Professor titular no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da PUC-SP.

Recebido em 22/08/2022

Aprovado em 14/10/2022



AS ELEIÇÕES DE 2022 E A AGITAÇÃO DA EXTREMA DIREITA

THE 2022 ELECTIONS AND FAR-RIGHT UNREST

JORGE MIGUEL ACOSTA SOARES

Resumo: Em vários pontos do país seguidores do presidente Jair Bolsonaro saíram às ruas e bloquearam estradas em quase todos os estados da Federação, poucas horas após o anúncio do resultado do segundo turno das eleições de 2022, que confirmou a derrota de Bolsonaro (PL) para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República. Os manifestantes também acamparam na porta dos quartéis pedindo uma *intervenção federal*, termo podia ser traduzido como golpe de estado, que mantivesse o presidente derrotado no cargo após o dia 1º de janeiro de 2023, e, por conseguinte, impedisse a posse a de Lula. Esses grupos radicalizados, ideologicamente ligados a movimentos radicais de extrema direita, com discursos de ódio, diziam defender *Deus, pátria, família*, e impedir que o *comunismo internacional* tomasse o país. O movimento, vivendo uma dissonância cognitiva, em muito se assemelhava àquele promovido nos Estados Unidos por apoiadores do ex-presidente Donald Trump.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro, Extrema Direita, Manifestação, Dissonância Cognitiva.

Abstract: Summary: In various parts of the country followers of President Jair Bolsonaro took to the streets and blocked roads in almost all states of the Federation, just hours after the announcement of the result of the second round of the 2022 elections, which confirmed the defeat of Bolsonaro (PL) to Luiz Inácio Lula da Silva (PT) for the Presidency of the Republic. The protesters also camped outside barracks calling for a *federal intervention*, a term that could be translated as a coup d'état, that would keep the defeated president in office after January 1, 2023, and therefore prevent Lula from taking office. These radicalized groups, ideologically linked to radical movements of the extreme right, with hate speeches, claimed to defend *God, homeland, family*, and prevent the *international communism* from taking over the country. The movement, living a cognitive dissonance, in much resembled the one promoted in the United States by supporters of former President Donald Trump.

Keywords: Jair Bolsonaro, Extreme Right, Manifestation, Cognitive Dissonance.



Introdução

No dia 30 de outubro de 2022, nas primeiras horas após a confirmação do resultado do segundo turno do pleito que elegeu Luís Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato como Presidente da República, o país passou a assistir um sem número de manifestações de protesto contra o resultado das urnas. Ruas e estadas foram bloqueadas por caminhões e por de barricadas de pneus em chamas. Quase que imediatamente milhares de militantes, vestindo a camiseta verde-amarela da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), usada pela seleção, e portando bandeiras, se aglomeraram nas portas dos quartéis pedindo uma *intervenção federal*. Essa pauta difusa e não definida poderia ser entendida como um golpe de estado, cujo programa também seria incerto: manteria o presidente Bolsonaro cargo? Implantaria um regime militar? Realizaria novas eleições? As palavras de ordem, bastante genéricas, em suma, pediam apenas que os militares *salvassem o Brasil* de um mal, também genérico, representado pela eleição de Lula e da *esquerda*.

Esse movimento, como ficou claro nos dias que se seguiram, era financiado e apoiado por grandes empresários, cujos interesses estavam ligados ao presidente e ao que se convencionou chamar de bolsonarismo, movimento que não tinha qualquer outra pauta além apoio personalista de Bolsonaro e seu clã. Apesar de dotados de respaldo logístico e financeiro, os manifestantes não contavam com lideranças reconhecidas que dirigissem e comandasse o movimento. Toda a orientação era dada através das muitas redes de comunicação do *WhatsApp* e do *Telegram Messenger*, que se tornaram os principais canais de divulgação de notícias falsas, *fake news*, e insanas teorias conspiratórias, em uma mobilização que, em um primeiro olhar, parecia ser concebida por geração espontânea.

Contudo, uma análise dos quase quatro anos do mandato de Jair Bolsonaro à frente da Presidência de República permite concluir que nada havia de espontâneo ou natural na mobilização dos manifestantes, que ao longo do tempo foram treinados e adestrados para a reação; isto é, a eclosão do movimento pós-eleitoral foi construída de forma lenta e gradual sob os olhos do aparato institucional, que a tudo assistiu silente.

1. O processo de construção da extrema direita golpista

O presidente Jair Bolsonaro tomou posse no dia 1º de janeiro de 2019, após uma campanha vitoriosa que surpreendeu o país. Aquele que durante 28 anos fora um deputado federal obscuro do Rio de Janeiro, sem qualquer projeção ou destaque, que nunca conseguira aprovar um projeto, defendendo apenas pautas corporativas e sindicais de sua base eleitoral, formada por militares e polícias, obtivera surpreendentes 57,7 milhões de votos. A estrondosa votação foi conseguida a



partir de um discurso violento de apoio à ditadura militar (1964-1985), à tortura de presos políticos e à repressão. Durante a campanha o candidato não se cansou de atacar as minorias sociais – mulheres, negros, homossexuais, povos originários e quilombolas – fazendo duras críticas às conquistas e direitos obtidos ao longo dos 33 anos da Nova República. Sua campanha também foi marcada por um claro alinhamento com as expressões internacionais da direita mundial, notadamente o então presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Apesar de o candidato revelar suas intenções de forma transparente e clara, seu radicalismo foi tratado pelas classes médias e parte da *intelligentsia*¹ brasileira apenas como arroubos eleitorais, acreditando que ele teria sua agressividade contida após a posse, o que de fato nunca aconteceu.

O processo de radicalização, que culminou com as manifestações de contestação do resultado das eleições de 2022, tem uma história longa: a partir do início de 2020, o presidente Bolsonaro aproveitou a pandemia de Covid-19 como uma oportunidade política para a construção de um exército de apoiadores. Os prosélitos do presidente durante três anos foram treinados para a insurgência, em um exercício constante de mobilização e radicalização. Segundo Isabela Kalil, doutora em Antropologia Social e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), onde coordena um núcleo que estuda e monitora os grupos de extrema direita, o processo de treinamento desses apoiadores radicais se deu de forma organizada, com estratégia, mobilizações planejadas, com calendário, agenda e, em suma, com uma pauta organizada.² Uma expressão desse processo foram as *motociatas*, com as quais Bolsonaro atravessou avenidas e estradas, acompanhado por legiões de seguidores, pilotando possantes motocicletas, que rapidamente foram incorporadas a esse longo ciclo de manifestações antidemocráticas. Esses eventos, mesmo quando pequenos, faziam parte da mobilização geral; eram episódios descentralizados e fragmentados, que passaram a acontecer em quase todo o país, quase todas as semanas, com maior destaque nas cidades do interior, em tese mais conservadoras.

Ao longo dos meses o presidente promoveu uma série de eventos políticos, muitos de repercussão ínfima – inauguração de pequenas pontes de madeira, liberação de poucos quilômetros de estrada etc. –, mas que eram acompanhados de mobilizações de apoiadores dos grupos radicalizados. Mesmo que não atraíssem a atenção da imprensa, esses eventos tiveram a capacidade

.....
¹ O termo aqui está usado com definido pelo cientista político e filósofo Isaiah Berlin (1909-1997) em uma carta ao sociólogo Adam Podgórecki, referindo-se ao nacionalismo polonês do século XIX: “Um grupo de pensadores que se vê a si próprios em oposição direta a um regime irracional e opressivo e que se unem, não apenas pela oposição a tal regime, mas por um comprometimento com o pensamento racional e com o progresso social e intelectual, e pela defesa de valores como a liberdade individual, as liberdades civis e a busca da verdade” (PODGÓRECKI, 1979, p. 315).

² PODCAST *Conversas com o Meio*, 2022.



de organizar parte da população local para a pauta da reação. Essa série de pequenas mobilizações deu capilaridade ao fenômeno. Assim, segundo Kalil, os protestos radicais pós-eleitoral não se deram de forma espontânea, agrupando descontentes com o resultado das eleições; a mobilização após 30 de outubro foi o resultado de um processo de treinamento, que pressupunha duas possibilidades de atos distintos, dependendo do resultado eleitoral: em caso de vitória haveria festejos e a instalação desses grupos em posições de poder e influência local; no caso da derrota, a contestação. Registre-se que essa contestação não dizia respeito ao resultado da eleição, mas pedia a impugnação do próprio processo eleitoral tido como fraudulento e manipulado.

Contudo, foi exatamente o questionamento geral do pleito e da segurança das urnas eletrônicas, que também foi incutido entre os apoiadores após meses de inquirição por parte do presidente candidato, provocou o isolamento do movimento. Além do presidente da República, o pleito de 2022 elegeu 513 deputados federais, 27 senadores, um terço do total, 27 governadores e 1.059 deputados federais. Questionar a validade do pleito e o funcionamento das urnas eletrônicas pressupunha interpelar a eleição de todos os cargos. O questionamento do pleito também foi impulsionado e inflado pelas críticas feitas pelos integrantes da cúpula militar, que aceitaram discutir as supostas fraudes das urnas.

2. O papel da cúpula militar na avaliação da segurança das urnas e das manifestações

Também desde o início de seu mandato, Bolsonaro questionou a validade das urnas eletrônicas no processo eleitoral. Argumentava, sem a apresentação de qualquer prova, que em 2018 fora eleito em primeiro turno, e que ocorrera uma manipulação das urnas, que havia obrigado a realização do segundo turno naquele ano. As urnas eletrônicas de votação no Brasil começaram a ser usadas inicialmente de forma experimental nas eleições de 1996, sendo implantadas em todo o país a partir de 1998, desde utilizadas então com absoluta segurança. Em todos os pleitos o sistema passa por auditorias antes e depois das eleições, sendo periodicamente testado contra *hackers* pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e organizações convidadas; nunca foi detectada qualquer corrupção ou adulteração do sistema. Sua implantação pôs fim a uma centenária história de fraudes eleitorais vinculadas ao voto de papel. As urnas também encerraram um longo ciclo de adulterações que ocorriam durante a apuração e contagem dos votos, que podia demorar vários dias. Hoje, com o sistema eletrônico a apuração se dá poucas horas; no segundo turno de 2022, por exemplo, foram necessárias apenas 3,5 horas para apurar mais de 120 milhões de votos.



A despeito da segurança e confiabilidade, o sistema eleitoral brasileiro foi duramente criticado pelo presidente, que exigia o retorno do voto impresso. Em meados de 2021, a deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC) tornando obrigatória a impressão em papel do voto em todo o país. Em 10 de agosto do mesmo ano, o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou a PEC do Voto Impresso, como ficou conhecida a PEC 135/19. Foram 229 votos favoráveis, 218 contrários e uma abstenção, sendo que sua aprovação exigia o mínimo de 308 votos favoráveis em duas votações sucessivas, em cada uma das casas legislativas.³ Mas a derrota não foi suficiente para calar o inconformismo de Bolsonaro e seus seguidores fiéis, que insistiam na necessidade da impressão dos votos.

Em meados de junho de 2022, o ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira, a pedido de Bolsonaro, solicitou junto ao então presidente do TSE, Ministro Edson Fachin uma reunião entre técnicos das Forças Armadas e da Justiça Eleitoral para verificar a segurança das urnas. Fachin recusou, reiterando que caberiam à comissão de transparência da Justiça Eleitoral discussões técnicas sobre o processo.⁴ O Ministério da Defesa havia divulgado uma lista de 32 recomendações de alteração do sistema, das quais apenas dez foram aceitas; segundo o ministro as outras demandariam muito tempo e poderiam inviabilizar o pleito de 2022. No mês seguinte, na Câmara dos Deputados, o ministro da Defesa, voltou a questionar a segurança das urnas eletrônicas, apesar de os equipamentos passarem por diversas etapas de preparação e fiscalização. Falando na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, afirmou:

Sabemos muito bem que esse sistema eletrônico necessita sempre de aperfeiçoamento. Não há programa imune a ataque, imune a ser invadido. Tem os bancos que gastam milhões com segurança e eu tive meu cartão clonado há três semanas. A minha esposa, no ano passado, esquecendo-se que as urnas eletrônicas, quando em operação, não estão conectadas à rede mundial de computadores, ou a qualquer outro aparelho, estando assim protegidas contra invasões.⁵

Em 31 de agosto, novo presidente do TSE, o Ministro Alexandre de Moraes, se encontrou com o Ministro da Defesa, ficando acertado que os militares poderiam realizar um teste de confiabilidade em uma pequena amostra das urnas durante a realização do primeiro turno das eleições, que ocorreria em 02 de outubro, com Paulo Sergio Nogueira assumindo o compro-

.....
³ CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Agência Câmara*, 10/08/2021.

⁴ URIBE, *CNN Brasil*, 16/06/2022.

⁵ TEÓFILO, *R7 Notícias*, 06/07/2022.



misso de publicar o resultado da avaliação logo em seguida ao pleito.⁶ O teste foi realizado, mas os resultados não foram revelados, o que obrigou o Ministro Alexandre de Moraes, em 18 de outubro, cobrar oficialmente a entrega do relatório com os resultados. Tal relatório, entregue somente no dia 09 de novembro, dez dias após a realização do segundo turno, não apontou indícios de fraude nas urnas eletrônicas. Contudo, o documento deixou margem para um questionamento posterior, uma vez que apontou a possibilidade de *relevante risco* à segurança na fase de compilação, preparação, dos programas instalados nas máquinas, pela possibilidade de acesso à rede dos computadores usados nesse processo. Segundo o texto, não teria sido possível aos técnicos examinar de forma abrangente e aprofundada todos os sistemas e os códigos-fonte usados nas urnas eletrônicas. A demora, assim como a resposta dúbida dos técnicos militares, foi entendida como uma forma de não desagradar o presidente Bolsonaro, candidato derrotado, e o mesmo tempo dar algum alento e esperança aos manifestantes que se encontravam acampados às portas dos quartéis em vários pontos do país. Em nota publicada pelo TSE após o recebimento e a divulgação do documento, Alexandre de Moraes afirmou que: “*Assim como todas as demais entidades fiscalizadoras, [o Ministério da Defesa] não apontou a existência de nenhuma fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022, e declarou o caso como encerrado*”.⁷ Mas a cúpula das três forças militares voltaria, indiretamente, a dar respaldo às manifestações golpista.

No dia 11 de novembro, após uma reunião de toda a cúpula das três forças militares, os três comandantes, almirante Almir Garnier Santos, comandante da Marinha, general Marco Antônio Freire Gomes, do Exército, e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, da Aeronáutica, publicaram uma nota conjunta que, apenas aparentemente, visava pacificar o ambiente tumultuado pelas manifestações contra a eleição de Lula. O documento reafirmou a Constituição da República e a tripartição dos Poderes. Fazendo uma referência a um artigo da Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021, a nota frisou que

não constitui crime [...] a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais, por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais; assim, por essa interpretação, os manifestantes estariam apenas exercendo o direito de expressão. Os chefes militares

.....
⁶ D'AGOSTINO, *GI*, 31/08/2022.

⁷ RAMALHO, *Gazeta do Povo*, 09/11/2022.



também alegaram que há também pessoas comuns com demandas legítimas que deveriam ser explicadas pelas autoridades. Implicitamente entendia-se que entre *essas demandas* estaria a insatisfação com a derrota de Bolsonaro e a condução do TSE por Alexandre de Moraes.⁸

A referência dos chefes militares as alterações feitas ao Código Penal pela Lei nº 14.197 era parcial e manipuladora, uma vez que destacaram apenas aquilo que poderia demonstrar o apoio indireto às manifestações. Mas o sentido da lei era bem mais amplo. A lei aprovada em 1º de setembro de 2021 revogou a Lei de Segurança Nacional – Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 –, ainda do tempo da ditadura, e ao mesmo tempo, acrescentou artigos ao Código Penal, definindo os *crimes contra o estado democrático de direito*. Entre esses novos tipos penais criados estavam: a tentativa violenta de abolir o Estado Democrático de Direito, art. 359-L do Código Penal – tentativa de restringir, impedir ou dificultar o exercício de direitos políticos –, punido com penas de quatro a oito; tentativa de golpe de Estado, art. 359-M – tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído –, penas de quatro a doze anos; interrupção do processo eleitoral, art. 359-N, três a seis anos; violência política, art. 359-P, três a seis anos, e sabotagem, art. 359-R, dois a oito anos. A referência expressa feita pelos militares à liberdade de manifestação e reivindicação está contida no em apenas um dos artigos da reforma do Código Penal, art. 359-T, e representava, segundo membros do Ministério Público de todo o país, uma leitura parcial da lei, a fim de respaldar e garantir a permanência dos manifestantes nas ruas.

3. Radicalização e extrema direita

Mas como definir, do ponto de vista ideológico, essa pequena parcela radicalizada dos eleitores de Jair Bolsonaro, que sem dúvida não representa a totalidade de seus eleitores? Ao longo dos anos os movimentos populistas autoritários foram classificados como *fascistas*. Contudo essa definição ampla, muitas vezes tratada apenas como uma ofensa, não guarda identidade com o fenômeno do fascismo histórico que vicejou na Europa entre as décadas de 1920 e 1940.

O verbete “fascismo” do Dicionário de Política de Norberto Bobbio apresenta três sentidos distintos para o termo: o primeiro se refere núcleo histórico original, constituído pelo fascismo italiano em sua característica únicas e específicas; o segundo está ligado à dimensão internacional que o fascismo alcançou, quando o nazismo se consolidou na Alemanha que, por suas

.....
⁸ FRAZÃO, *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2022.



características ideológicas, levou os contemporâneos a estabelecerem uma analogia essencial entre o fascismo italiano e o que foi chamado de fascismo alemão; por fim, o terceiro sentido estende o termo a todos os movimentos ou regimes que compartilham algumas características ideológicas com aquele que foi definido como *fascismo histórico*. Contudo, nesta última acepção, o termo fascismo assumiu contornos e proporções tão amplas e indefinidas, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos, uma vez que quase toda e qualquer concepção autoritária pode ser classificada como tal.⁹

Apesar de o governo implantado após a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República em 2019 apresentar alguns elementos de identidade com o fascismo histórico – glorificação da figura do líder e culto ao chefe, oposição visceral ao socialismo e ao comunismo, tentativa de aniquilar as oposições e manipulação dos meios de comunicação e propaganda –, lhe faltaram elementos centrais para essa definição. Entre suas características definidoras, o fascismo pressupõe: a monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; o desprezo dos valores do individualismo liberal e o ideal da colaboração de classes; construção de sistema de tipo corporativo; objetivos de expansão imperialista; dirigismo estatal, e a “tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais”.¹⁰ Assim, atribuir aos manifestantes contra as eleições de 2022 a qualificação de fascistas não permite um entendimento de sua realidade, assim como abre espaço para uma leitura errônea do fenômeno.

Alguns analistas, pela falta de outro termo, definiram os protestos como *neofascistas*, reconhecendo que ele guarda algum tipo de inspiração, mesmo que remota com o fascismo histórico, mas reconhecendo que nem todas as características estariam presentes, como já visto. Mas, da mesma forma, o termo não dá conta de explicar inteiramente o sentido dos eventos pós-eleições. Segundo a professora, Isabela Kalil, a melhor forma de definir os manifestantes seria *extrema direita*, diferenciando-os de uma direita democrática, que aceita as regras constitucionais, o conjunto das leis e o jogo político e eleitoral. Os manifestantes nas ruas e nas portas dos quartéis se organizaram para protestar, alguns de forma violenta, contra o processo eleitoral e seu resultado, contra a tripartição dos Poderes da República e, em suma, contra o regime democrático. Esses grupos tinham, segundo Kalil, uma aderência institucional, vinculados à figura do presidente da República. Esse elemento os diferenciava do integralismo do Brasil dos

.....
⁹ SACCOMANI, 1998, p. 466.

¹⁰ Ibid.



anos 1930, ou de pequenas células dispersas identificadas, aí sim, com o fascismo ou com o nazismo, sem qualquer relação de proximidade com atores institucionais – parlamentares eleitos, partidos, sindicatos etc.¹¹

A despeito de as eleições presidenciais terem chegado e um bom termo dentro da normalidade esperada, e talvez por isso mesmo, criou-se uma desagregação entre a expectativa de uma pequena parte dos eleitores de Bolsonaro e a realidade vivida e experimentada, gerando um processo de *dissonância cognitiva*.

4. A ruptura com a realidade sensível

Os primeiros dias de novembro de 2022 foram marcados por cenas inusitadas, que poderiam estar presente em um filme *non sense*, ou em um conto de realismo fantástico: um manifestante, que obstruía uma estrada em Pernambuco, ao ser desafiado por um motorista de um caminhão, tenta bloquear a passagem pendurado no para-brisa do veículo, sendo levado por quilômetros antes de concordar em descer; um grupo ajoelhado reza frente a um pneu de caminhão abandonado na estrada; milhares de manifestantes, chorando na porta de quartéis, pedem uma intervenção federal para impedir a introdução do comunismo no país. Como tais cenas poderiam ser explicadas, uma vez que não a teoria política não dá conta de decifrá-las? Uma chave explicativa poderia ser encontrada na psicologia social, mais precisamente na teoria da dissonância cognitiva.

Em meados dos anos 1950, psicólogos acadêmicos dos Estados Unidos e da Europa passaram a estudar os traumas gerados pela Segunda Guerra Mundial, e os comportamentos observados em grandes grupos populacionais populações que sofreram as dores e os horrores da guerra. Uma das teorias nascidas nesse período, formulada pelo pesquisador da Universidade de Stanford Leon Festinger (1919-1989), foi a dissonância cognitiva. Partindo da observação básica da vida social que os seres humanos que não gostam de qualquer tipo inconsistência, Festinger percebeu que o incomodo é seguido de ações para tentar reduzi-la, e que quanto maior for a inconsistência enfrentada, maior será a agitação e a motivação para afastá-la. Geralmente a dissonância se apresenta quando há uma grande expectativa para um evento, mas seu resultado frustra e decepciona. A situação de incômodo nasce da inconsistência entre a expectativa e sua experiência vivida, gerando o estado desconfortável e desagradável de dissonância cognitiva. Segundo o pesquisador, as pessoas submetidas a esse estado se veem forçadas a resolver a situação de incômodo profundo,

.....
¹¹ PODCAST *Conversas com o Meio*, 2022.



buscando saná-la através da construção de explicações e razões, muitas das quais fantasiosas, para o evento que a gerou a frustração, e ao mesmo tempo reelaborando novas expectativas. Para Festinger, esse processo – expectativa, frustração, inconsistência, resolução – se aplica tanto na vida dos indivíduos, quanto nas esferas da vida social, como na religião e na política.¹² Para a felicidade do pesquisador e seus alunos, a teoria da dissonância teve a possibilidade de ser testada de forma empírica durante sua elaboração.

No início de 1956, um artigo em um jornal de Minneapolis, em Minnesota, nos Estados Unidos, publicou a notícia que um grupo de religiosos – que mais tarde foram denominados por Festinger como *Seekers* – esperava que a Terra fosse aniquilada por um dilúvio cataclísmico em 21 de dezembro de 1955, e que todos pereceriam, exceto aqueles que acreditavam nas mensagens recebidas do planeta Clarion; só estes seriam salvos. O pesquisador imaginou que, caso a Terra sobrevivesse a 21 de dezembro, os seguidores da seita, movidos por crenças específicas e fortes, enfrentariam uma quantidade quase intolerável de inconsistência na manhã seguinte. À medida que a data fatídica se aproximava, os membros do *Seekers* fizeram elaborados preparativos: venderam suas posses, deixaram os empregos, divorciaram de cônjuges descrentes. A mensagem foi reafirmada várias vezes através das mensagens recebidas pela líder do grupo, Marion Keech, através de escrita automática, com a ordem de todos os fiéis se reunirem em um local previamente determinado, de onde seriam resgatados por uma nave do planeta Clarion. Na data marcada, após horas de intensa expectativa não houve o dilúvio, e as naves não apareceram. No começo da manhã do outro dia, Keech recebeu uma mensagem final de Clarion, que forneceu a resposta, assim como a oportunidade de restaurar a consistência entre suas crenças apocalípticas e sua observação da realidade: o grupo havia espalhado tanta bondade e luz que o Deus do Universo decidira poupar a Terra da destruição. Desta forma, as crenças não estavam erradas, e todos os preparativos para o cataclismo não foram em vão; ao contrário, foram esses preparativos que impediram a destruição da Terra. Quase que imediatamente o grupo, não afeito à publicidade, buscou apoio social para sua história, para que outros vissem que suas ações não tinham sido em vão, que sua profecia não havia sido refutada, e que não havia inconsistência entre sua crença no cataclismo e o dia ensolarado que amanhecera em 21 de dezembro. A explicação *post hoc* fizera que as ações anteriores parecessem consistentes, mesmo tendo falhado o vaticínio funesto.¹³ Assim, a prova empírica deu substância à formulação da dissonância cognitiva, que ocorre quando as pessoas acreditam que duas de suas representações

.....
¹² COOPER, 2007, p. 1-2.

¹³ Ibid., p. 4-5.



psicológicas são inconsistentes entre si. Mais formalmente, um par de cognições é inconsistente se uma cognição é oposta à outra; ou, de outra forma, a dissociação cognitiva é um viés de compreensão que ocorre quando as pessoas precisam dar coerência às suas crenças, sendo estas desmentidas pelos fatos.

Em novembro de 2022 era possível detectar que os militantes de extrema direita bolsonaristas padeciam de uma severa dissonância cognitiva capaz de entorpecer-lhes a mente e de fazê-los negar a realidade, levando-os a viver em uma bolha de notícias mentirosas, *fake news*, e teorias conspiratórias que atentavam contra sua sanidade mental. Havia entre esses grupos a vívida certeza de que Jair Bolsonaro (PL) seria reeleito para um novo mandato como presidente da República. Não importava que as pesquisas, há mais de um ano apontavam a vitória de Lula do PT, o que vinha sendo noticiado diariamente pela imprensa. Para esses manifestantes, a verdade era a informação que lhes chegava através das redes bolsonaristas e dos grupos de *WhatsApp* e do *Telegram*. O resultado das urnas, com a vitória de Lula no segundo turno eleitoral, não tinha explicação dentro da cognição construída ao longo de meses. O resultado diametralmente diferente da expectativa só tinha uma explicação: fraude; as urnas eletrônicas, conforme havia pregado Bolsonaro e membros da cúpula militar, não eram seguras, possibilitando a fraude, que teria realmente acontecido. Assim, uma vez que a eleição fora viciada pela adulteração do resultado, seria *lógico* que os militares saíssem às ruas para impor a verdade esperada e desejada, sob o comando de Bolsonaro, o líder e o mito desses grupos. Mas, aqui surgia mais uma dissociação entre a cognição e a realidade.

O presidente, *imbroxável*, o comandante supremo das Forças Armadas, como se autointitulava, aquele que deveria comandar o processo de anulação do pleito eleitoral, imediatamente após a divulgação do resultado do segundo turno fechou-se em copas, evitando as, até então frequentes, aparições públicas. Ao longo de semanas, fez apenas duas rápidas aparições em público: a primeira foi no dia seguinte à eleição, quando teve encontro com o ministro da Economia Paulo Guedes; no dia 3 de novembro, teve uma passagem relâmpago pelo Planalto, quando cumprimentou o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), que estava no local para a primeira reunião do Gabinete de Transição com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Também fez dois pronunciamentos: um, no dia primeiro de novembro, comentou os movimentos antidemocráticos de seus apoiadores em frente aos quartéis gerais, no qual repreendeu o bloqueio de rodovias, mas disse que as mobilizações são fruto da *indignação* e *sentimento de injustiça*, sem maiores explicações; no dia seguinte, divulgou um vídeo para pedir que seus apoiadores desbloqueassem vias obstruídas em diversos estados.



A ausência de uma direção ou sinalização por parte de Bolsonaro, acalentou a dissociação cognitiva de seus apoiadores, que se manifestou através de uma longa lista de *fake news* sem sentido, mas que deram algum lenitivo para os manifestantes golpistas. Um dos mais divulgados, logo no primeiro dia dos bloqueios das estradas, informava que uma fonte não identificada havia garantido que as manifestações deveriam se manter pelas próximas 72 horas, após as quais haveria um posicionamento das Forças Armadas dando uma resposta às supostas fraudes das urnas; os militares, segundo esse boato, iriam restaurar a ordem social.¹⁴ Como era esperado, passadas as 72 horas, e não tendo ocorrido qualquer fato novo, a *fake news* acabou por se repetir várias vezes, sempre postergando o momento fatídico para três dias mais tarde.

Imensos nesse clima, qualquer boato ou rumor era suficiente para levar os manifestantes ao êxtase: a *notícia*, absolutamente falsa, da prisão do ministro do STF e presidente do TSE, Alexandre de Moraes, foi recebida como arrebatamento, preces e lágrimas de alegria. Nada poderia alegrar mais grupos golpistas antidemocráticos, que se reuniam nas portas dos quartéis, que a prisão daquele que garantiu a lisura e o bom encaminhamento das eleições, e que, assim fazendo, impediu as tentativas de Bolsonaro e seus apoiadores de comprometer o resultado, assim com a existência das urnas.¹⁵ A constatação que era apenas *fake news* não abalou a confiança dos manifestantes, que acreditavam que era apenas uma questão de tempo para o encarceramento do magistrado inimigo.

Na porta de outro quartel, desta vez em Feira de Santana, na Bahia, a chegada de uma carreta imensa, transportando quatro *containers*, provavelmente carregando suprimentos de alimentação ou de manutenção para a área militar, manobrou na entrada da unidade militar, fazendo com que os manifestantes golpistas entrassem em uma espécie de transe, aos berros de que *chegaram os fuzis para a intervenção militar*. Mais uma frustração, que também não abalou a certeza dos grupos manifestantes de camisetas verde-amarelas.¹⁶

5. Negacionismo e QAnon

Os grupos que saíram às ruas no Brasil em novembro de 2022, a exemplo do que aconteceu após a eleição nos Estados Unidos, em 2020, que elegeu o candidato republicano Joe Biden, derrotando o então presidente republicano Donald Trump, estavam movidos pelo *negacionismo*

.....
¹⁴ BORGES, *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2022.

¹⁵ PODER 360, 03/11/2022.

¹⁶ JORNAL DA CHAPADA, 04/11/2022.



eleitoral. Este se conectava com o *negacionismo científico* já existente há alguns anos, e que se tornou mais agudo durante a pandemia da Covid-19, com a rejeição das vacinas, e na crença na utilização de medicamentos cuja total ineficácia foi comprovada cientificamente.

O negacionismo eleitoral nacional não recusava apenas o resultado do pleito, o que já seria grave, mas o processo como um todo, assim como as instituições democráticas: Os manifestantes não aceitavam a realização das eleições; não aceitavam a existência do TSE; a existência da Suprema Corte. Tal negacionismo, segundo a professora, Isabela Kalil, se assemelharia à crença que a terra é plana, em total descolamento da realidade, trazendo elementos novos para a vida social e política brasileira.

A insatisfação de grupos radicais não representava novidade na história da República brasileira; em pouco mais de um século o país assistiu a inúmeras experiências autoritárias, de maior ou menor impacto na vida política. Os eventos de 2022 trouxeram como elemento novo a rápida proliferação de teorias conspiratórias divulgadas pelas redes sociais, que, em sua forma e conteúdo, muito se assemelhavam ao QAnon.

O QAnon é uma teoria de conspiração nascida nos Estados Unidos, que rapidamente se converteu em um movimento político. Originou-se na esfera política da extrema-direita americana em 2017, que ganhou força após a eleição de Donald Trump para a Presidência da República no ano anterior. A teoria da conspiração está baseada que existiria uma organização de satanistas, abusadores sexuais e canibais de crianças que operariam uma rede global de tráfico sexual infantil.¹⁷ Esse grupo, que reuniria personalidades progressistas de vários ramos de atividades, estaria organizando um golpe mundial visando tomar o poder em nível planetário, subjugando assim o restante da população. Estariam entre os conspiradores políticos democratas, atores de Hollywood, altos funcionários do governo, magnatas empresariais, médicos, além de Barack Obama, e Hillary Clinton, tudo financiado pelo banqueiro judeu George Soros.¹⁸ O antissemitismo é um elemento fulcral da teoria, que guarda relação com a calúnia de sangue antissemita, o mito de que os judeus colheriam o sangue de crianças para fins rituais. Os seguidores do QAnon afirmavam que a administração Trump lutaria contra a conspiração dos pedófilos, com

.....
¹⁷ Muitas das teorias da conspiração, no Brasil e no exterior, recorrem a relatos de violência contra crianças para construir suas perigosas fantasias; são célebres as histórias que os membros do Partido Comunista comeriam crianças em banquetes. Esses relatos foram atualizados pela ex-ministra da Mulher dos Direitos Humanos, Damares Alves, que em um culto pentecostal em Goiânia (GO), afirmou que crianças da Ilha de Marajó (PA) seriam traficadas para a Guiana, e teriam “seus dentes arrancados pra elas não morderem na hora do sexo oral”, além de só comerem “comida pastosa para o intestino ficar livre para a hora do sexo anal” (EXTRA, 10/10/2022).

¹⁸ ROTHSCHILD, 2021, p. 12, 14, 18.



a eliminação em massa de seus membros, em um evento conhecido *a Tempestade* ou *o Evento*.¹⁹ Em pouco tempo a teoria da conspiração tornou-se um fenômeno viral, que rapidamente foi além da cultura da internet, tornando-se familiar entre a população em geral e transformando-se em um verdadeiro movimento político e internacional; os seguidores de QAnon passaram a surgir nos comícios da campanha de reeleição Trump, cujas publicações nas redes sociais eram amplificadas por Trump com suas republicações. As teorias também foram retransmitidas por empresas de mídia estatais russas e chinesas, além das redes privadas mais populares, que demonstraram em bloquear e suspender as contas que divulgavam a suposta conspiração.²⁰

O isolamento provocado pela Covid-19 a partir de março de 2020 acabou por sedimentar a teoria da conspiração, acrescentando elementos novos: Bill Gates teria patenteado o corona vírus; o vírus estaria sendo espalhado pelas torres de Internet 5G que começavam a surgir nos Estados Unidos; a pandemia era embuste para garantir que Donald Trump não ganhasse um segundo mandato; seria apenas uma gripe cercada de pânico construído, etc. As redes do QAnon também foram muito eficientes para difundir o negacionismo científico, consolidando em muitos a ideia que as vacinas faziam parte do plano conspiracionista para se apoderar do corpo e da mente dos norte-americanos. Mas a pandemia também poderia servir para o *bem*. De acordo com as redes do QAnon nas mídias sociais, o bloqueio das cidades e o isolamento social não foram feitos para proteger a população da doença que se expandia rapidamente, mas para que militares norte-americanos pudessem realizar um resgate secreto de crianças que haviam sido vendidas para o tráfico sexual. O confinamento não fora projetado para retardar a disseminação do vírus, mas para isolar os alvos do cerco, os maiores nomes da política nos negócios, além de celebridades como a apresentadora Oprah Winfrey.²¹

Os seguidores de QAnon cometeram atos de violência em inúmeras ocasiões, e participaram ativamente das eleições presidenciais americanas de 2020, apoiando a candidatura de Donald Trump, e travando uma guerra de informações na tentativa de influenciar os eleitores. Após a vitória do democrata Joe Biden, eles se envolveram nos esforços para reverter o resultado eleitoral, que culminaram na invasão do Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, causando cinco mortes e provocando a maior e mais eficaz repressão sobre o movimento e impedindo novas manifestações.²²

.....
¹⁹ Ibid., p. 9, 28, 175.

²⁰ COLLINS; MURPHY, *NBC News*, 04/10/2020.

²¹ ROTHSCHILD, 2021, p. 55.

²² BECKETT, *The Guardian*, 16/10/2020.



6. Noção de pertencimento e ações violentas

A literatura acadêmica da Psicologia tem mostra que uma forte mentalidade de conspiração aumenta a possibilidade de comportamentos extremistas violentos, especialmente naqueles indivíduos que exibem baixa autoestima, dificuldade para o autocontrole e pouco respeito pela lei.²³ A rápida disseminação do QAnon, que evoluiu de um processo de desinformação, livremente distribuído pelas redes sociais, para uma ameaça concreta de violência política no mundo real seria um bom exemplo dessa radicalização. As teorias da conspiração têm funcionado há muitas décadas como um mecanismo de enfrentamento de choques globais, sendo adotadas como um meio de compreender eventos complexos e, muitas vezes, destacar inimigos, mesmo que imaginários.²⁴ O extremismo surge como uma forma de amplificar a retórica e fortalecer as teorias conspiracionistas, dando um sentido de direção às ações de seus crentes.

Embora o pensamento conspiratório e as ideologias extremistas violentas permaneçam em categorias diferentes de pensamentos e comportamentos, eles podem se cruzar, no entanto. Essa intersecção pode indicar a possibilidade de ameaças concretas quando se afirma que: (1) um grupo é superior a outro, (2) um grupo está sob ataque de outro grupo ou (3) a ameaça é apocalíptica, existencial colocando o grupo em risco de extinção. No caso específico, a conspiração do QAnon trazia as três preocupações, e dava sinais que precisava ser combatida. Essa preocupação foi apontada em meados de 2021, em um documento do FBI enviado ao Congresso dos Estados Unidos, destacando que os teóricos da conspiração QAnon poderiam realizar novos atos de violência à medida que deixaram de servir como *soldados digitais* para agir no mundo real após o ataque ao Capitólio dos EUA em 6 de janeiro. Segundo a polícia do Departamento de Justiça norte-americano, militantes da conspiração não mais confiavam que o governo pudesse capaz de afastar o plano secreto dos pedófilos, e que poderiam passar a agir por conta própria.²⁵

Os estudos de grupos conspiracionistas nos Estados Unidos mostram que seus membros têm uma forte sensação de pertencimento, o que permite que indivíduos com problemas de autoestima e insegurança se sintam fortalecidos no grupo, passando de um questionamento individual para tentativas de intervir no ambiente ao seu redor. Aqueles que buscam um sentimento de pertencimento, que não se sentem confortáveis em suas vidas cotidianas estariam mais propensos a procurar aconchego em outro lugar, como por meio de organizações terroristas, grupos de ódio,

.....
²³ GARRY, 2021, p. 153.

²⁴ Ibid.

²⁵ CNN, 14/06/2021.



gangues ou movimentos de ação direta.²⁶ Esse mesmo padrão mental poderia ser encontrado em seitas militaristas, que se colocam em compasso de espera de um grande evento, sempre iminente, que viria a transformar o mundo ou suas vidas.

Conclusão

Os movimentos de contestação das eleições presidenciais de 2022 são inéditos, não encontrando precedentes na história do Brasil, e ainda muito recentes para que se tenha uma análise mais conclusiva de seus significados. Sua natureza ainda não está claramente delineada, mas em poucos dias já apresentava sinais de dissonância cognitiva, assim como traços conspiracionistas e militaristas. Em seus primeiros momentos não teriam causado grande dano social ou político ao país, salvo os bloqueios parciais de estradas e rodovias que rapidamente provocam prejuízos econômicos. Apesar do repúdio quase que generalizado aos protestos, os agentes políticos e a sociedade civil brasileira ainda não deixaram claro que postura deverão adotar para coibir esse tipo de movimento, em essência criminoso, impedindo que venha a transbordar para ações violentas com maiores consequências. A forma como os Estados Unidos tratou situações similares em eventos recentes, com o enalço de membros de grupos radicais, que foram julgados e punidos, indica que não é possível tergiversar com aqueles que, no fundo, se valem das liberdades garantidas pela democracia para atacar as instituições democráticas fundamentais.

Referências

- BECKETT, Lois. QAnon: a timeline of violence linked to the conspiracy theory. *The Guardian*, 16/10/2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2020/oct/15/qanon-violence-crimes-timeline>>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- BORGES, André. Em SC, policial diz que população deve “resistir” 72 horas para presidente tomar uma atitude. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31/10/2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/em-sc-policial-diz-que-populacao-deve-resistir-72-horas-para-presidente-tomar-uma-atitude-veja/>>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara rejeita proposta que tornava obrigatório o voto impresso. *Agência Câmara*. Brasília: Câmara dos Deputados, 10/08/2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/792343-camara-rejeita-proposta-que-tornava-obrigatorio-o-voto-impresso/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

.....
²⁶ GARRY, 2021, p. 154.



- CNN. FBI warning to lawmakers that QAnon conspiracy theorists may become more violent. *CNN International*, 14/06/2021. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2021/06/14/politics/fbi-qanon-warning-to-lawmakers/index.html>>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- COLLINS, Ben; MURPHY, Joe. Russian troll accounts purged by Twitter pushed Qanon and other conspiracy theories. *NBC News*, 02/02/2019. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/tech/social-media/russian-troll-accounts-purged-twitter-pushed-qanon-o-ther-conspiracy-theories-n966091>>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- COOPER, Joel M. *Cognitive Dissonance: 50 Years of a Classic Theory*. Londres: Sage Publications, 2007.
- D'AGOSTINO, Rosanne. Em reunião, TSE e Defesa estudam projeto-piloto para usar biometria em teste de integridade das urnas. *G1*. Rio de Janeiro, 31/08/2022. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/ministro-da-defesa-conversa-com-moraes-e-pede-paz-a-bolsonaro-231339673.html>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- EXTRA. Em culto, Damares acusa sem provas tráfico de crianças na Ilha de Marajó. *Extra*, 10/10/2022. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/politica/em-culto-damares-acusa-sem-provas-trafico-de-criancas-na-ilha-de-marajo-25587729.html>>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- FRAZÃO, Felipe. Nota das Forças Armadas teve objetivo de alertar Congresso e STF sobre protestos. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 11/11/2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/nota-das-forcas-armadas-foi-pensada-como-cobranca-a-congresso-e-stf-sobre-protestos-leia-bastidor/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- GARRY, Amanda; et al. QAnon Conspiracy Theory: Examining its Evolution and Mechanisms of Radicalization. *Journal for Deradicalization*, Spring 2021, n. 26, in 26/03/2021. Atlanta (GA): Georgia State University, 2021, p. 152-216. Disponível em: <<https://journals.sfu.ca/jd/index.php/jd/article/view/437/265>>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- JORNAL DA CHAPADA. Bolsonaristas em atos golpistas festejam *fake* sobre “carreta de fuzis para intervenção”. *Jornal da Chapada*: 04/11/2022. Disponível em: <https://jornaldachapada.com.br/2022/11/04/video-bolsonaristas-em-atos-golpistas-festejam-fake-sobre-carreta-de-fuzis-para-intervencao/>>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- PODCAST *Conversas com o Meio*. Entrevista da professora Isabela Kalil ao jornalista Pedro Dória. 09 de novembro de 2022. Podcast. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=canvhkd2iME>>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- PODER360. Bolsonaristas comemoram notícia falsa sobre prisão de Moraes. In. *Poder360*. Brasília, 03/11/2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaristas-comemoram-noticia-falsa-sobre-prisao-de-moraes/>>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- PODGÓRECKI, Adam e ŁOS, Maria. *Multi-dimensional sociology*. Londres: Routledge, Taylor & Francis Group, 1979.



- RAMALHO, Renan. Defesa não aponta fraude nas urnas, mas cita “risco relevante” e sugere investigação técnica. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 09/11/2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/relatorio-ministerio-defesa-nao-aponta-fraude-nas-urnas-eleicoes/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- ROTHSCHILD, Mike. *The storm is upon us*. Nova York: Melville House, 2021 (*e-book*).
- SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, N. et al. (Ed.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 466-475.
- TEÓFILO, Sarah. “Não há programa imune a ataque”, diz ministro da Defesa sobre urnas eletrônicas”. *R7 Notícias*. São Paulo, 06/07/2022. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/nao-ha-programa-imune-a-ataque-diz-ministro-da-defesa-sobre-urnas-eletronicas-06072022>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- URIBE, Gustavo. Em ofício, Fachin reitera convite a Forças Armadas para reunião com a Justiça Eleitoral. *CNN Brasil*. São Paulo, 16/06/2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-oficio-fachin-reitera-convite-a-forcas-armadas-para-reuniao-com-a-justica-eleitoral/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Dados do autor

Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP), Doutor em História Social (PUC-SP). Especialista em Direito Desportivo e Consultor Jurídico do Sindicato de Atletas de São Paulo.

Recebido em 20/11/2020

Aprovado em 30/11/2020



NOTAS

APARECIDA, ACUTIS, *ECONOMY OF FRANCESCO* E UM JOVEM

ALAN FARIA ANDRADE SILVA

“Não é o muito saber que satisfaz a alma, mas sentir e degustar internamente”, assim Inácio de Loyola nos ensina nos exercícios espirituais criado no século XVI, como mais um caminho de intimidade com Deus. Neste sentido quero compartilhar com todos o que vivi ao ir para Assis – Itália e que senti internamente pela minha intuição e provocado por Deus. E não gostaria aqui de recorrer as fontes bibliográficas e fontes eclesiais sobre o pensamento da Igreja, mas sim partilhar aquilo que Deus nos permite viver. Então, não espere reflexões teológicas profundas!

Deus existe! E está nos sinais em nossa vida concreta e nas pequeninas experiências humanas e espirituais que vivemos no cotidiano. E como dizia Terezinha de Lisieux, “o que agrada a Deus é a minha pequena alma”. Assim Deus me proporcionou viver ao ir para o encontro da *Economy of Francesco*, desde o Brasil. Revelando o seu amor e solicitude daquilo que queria para mim para os outros e não somente para mim, mas por mim queria que eu partilhasse o que sinto e vivo.

Nas vésperas de ir para Assis, senti a intuição de levar para o bispo da cidade de São Francisco a réplica da imagem de Nossa Senhora Aparecida, em sinal de agradecimento e presente àquele que nos acolheu com tanto amor e singeleza. Pois, na carta convocatória, o Papa Francisco disse que estaria junto com Dom Guido para acolher os jovens da *Economy of Francesco*, como sinal e acolhida, repetindo o mesmo gesto do bispo fez na época em que São Francisco decidiu abraçar radicalmente o Evangelho de Jesus Cristo.

Assim o fiz. Adquiri uma réplica original da imagem de Nossa Senhora Aparecida e solicitei inicialmente as irmãs do Carmelo de Aparecida um manto personalizado com o símbolo da *Economy of Francesco* – EoF. Entretanto, elas não puderam se comprometer em fazer o manto, pois estavam com muitas demandas. Então, pedi ajuda à Veronica da TV Aparecida, algum lugar para fazer o manto, a qual indicou a Casa do Pequeno, entidade do Santuário Nacional



que exerce atividade de assistência social com crianças e adolescente, reconhecida como obras sociais da Basílica da Mãe Aparecida.

Mas também quis incluir nessa homenagem e presente a Igreja de Assis, o Santuário Nacional, o qual concedeu como presente a réplica da coroa e colocou à disposição para conceder a benção da imagem no santuário. O que aconteceu com a participação do Padre Diego, semana antes de ir para Assis.

Chegando à cidade do evento dos jovens da EoF, a comoção tomou conta de mim. Assis realmente é a cidade da cultura de paz e encontro, possui muita magia e bênçãos. Busquei conversar com o Bispo Dom Guido e informar que queria dar um presente a ele. Mas antes de chegar lá, ainda em São Paulo, informei pelo WhatsApp a Francesca Di Maolo, integrante do comitê central, o desejo de dar o presente ao bispo. E ela me disse que ele estava doente e acamado e que esta informação iria trazer alegria a ele.

No dia em que cheguei, Dom Guido me convidou a ir à sua casa para poder receber a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Então eu fui, mas convidei meus amigos da EoF do Brasil, no qual tive a graça de receber a companhia de Tamires, amiga e devota da Virgem Negra Aparecida.

Chegado na casa de Dom Guido, fui recebido pelas irmãs carmelitas do Espírito Santo e brasileiras. Que já achei muito estranho, pois eram brasileiras e não sabia que elas estavam lá. Aí Deus manifesta em alguns sinais, a Virgem do Carmelo na presença das irmãs religiosas, brasileiras e a imagem de Aparecida.

Para aqueles que não sabem, eu nasci em Cambuí – MG, que tem como padroeira Nossa Senhora do Carmo, onde fui batizado na igreja matriz e sempre uso um escapulário. E mais, eu morei em Aparecida entre os anos de 2002 e 2003 e ia todos os domingos participar da missa no santuário nacional.

Depois outra “deuscidência” (palavra utilizada aqui para descrever coincidência), foi saber que o pároco local era um frei brasileiro e mais. Foi naquele local que Francisco de Assis se despojou de suas roupas, em sinal de abandono da realidade que vivia, para iniciar seu processo de conversão e missão.

Logo após que dei a réplica da imagem de Nossa Senhora Aparecida, ao Dom Guido, rezamos a Ave-Maria e o Pai-Nosso. Depois ele nos informou que mandou efetuar a escavação debaixo da sua casa, para localizar o local exato onde Francisco retirou suas roupas, ficando nu e foi coberto por um manto do bispo da época que o acolheu. Nos convidando para ver o local.



Esse gesto do bispo de Assis nos comoveu, principalmente a mim que entende na espiritualidade inaciana o significado de sempre se despojar para ser vestido pelas graças de Deus para seguir o caminho da vida e do Evangelho de Jesus Cristo.

Não bastando isso, soube que na igreja ao lado da casa do bispo, estava o corpo do beato Carlos Acutis, que no momento não dei muito valor, pois não possuo relação às manifestações devocionais e não dou tanta importância às relíquias e a milagres desta natureza. Porque, a espiritualidade inaciana, nos faz caminhar na presença de Deus na realidade concreta e para os outros. Não nos detêm em milagres, mas nos impulsiona a encontrar o *magis* no cotidiano.

Os milagres e as relíquias são importantes por possibilitar a experimentar Deus. Sendo uma das vias, mas Deus se faz presente de inúmeras formas, inclusive nas coincidências e nos milagres.

Modéstia à parte, vi na Itália muitas relíquias e corpos mumificados ou que não se compuseram. Me remeteu a uma relação mórbida e estranha, pois nós cristão somos chamados a relacionar com Deus no seu Filho Jesus Cristo e Espírito Santo. Então, vejo estes sinais como presença da vivência de pessoas no mundo que buscaram a vontade de Deus nas suas realidades. E que o milagre não está nelas e sim na graça de Deus de nos conceder a estar com ele.

E mais, Papa Francisco, influenciado pela teologia do povo, na qual reconhece nas devoções populares, sinal visível da presença do divino e deve ser acolhido pela Igreja e pelo Povo de Deus. Assim, busquei acolher esta realidade devocional e milagrosa, no qual Deus, em certa medida, se manifestou às pessoas.

Não bastando isso, no último dia da minha estadia em Assis, minha amiga Alline me informa que Carlos Acutis e sua mãe eram devotos de Nossa Senhora Aparecida e que ele morreu e foi beatificado no dia dela, e o milagre que o reconheceu como beato foi com um brasileiro. Ai então, comecei a chorar compulsivamente!

Como assim, eu, um simples rapaz fui convidado a entregar a imagem de Nossa Senhora Aparecida ao bispo de Assis, ao lado do corpo de Carlos Acutis no encontro da *Economy of Francesco*? Isto é demais da conta e Deus se fez presente nestas coincidências. Marcando definitivamente a sua presença na minha vida e confirmando que sou instrumento do seu amor no mundo. Deus claramente me pediu para entregar a réplica da imagem de Nossa Senhora Aparecida à Igreja de Assis, nas mãos do bispo Dom Guido e próximo do beato Carlos Acutis!

Realmente este é um dos vários milagres que Deus faz na minha vida e permite viver. Mas o que Deus quer dizer com tudo isso? Para onde isso quer me levar? Sei que ainda não tenho respostas, mas sei que a graça não pode ficar só comigo e precisa ser partilhada. Por isto este relato.



Por mais que, eu não busque milagres na relação com Deus, vejo que o maior milagre que nos dá pela *Economy of Francesco* que acreditamos em Jesus Cristo. Que não podemos compactuar com desigualdades sociais e com pessoas passando fome e morando nas ruas. Deus não quer que nossos irmãos sejam explorados, descartados e excluídos dos bens que podemos produzir. Não pode existir uma relação com Deus que não sinta vergonha ao ver uma família passando fome. Deus nos impulsiona a transformar as realidades. Eu sinto vergonha e horror internamente ao ver tantas pessoas passando fome e sofrendo com tantas desigualdades!

O maior milagre que ainda quero ver, é ver o povo se reunindo, ocupando os espaços públicos e a política para mudar as realidades daqueles que sofrem, pois uma fé que alivia as dores da existência psíquica, é uma fé fria e egoísta. A nossa fé e relação com Deus nos impulsiona a sair de nós e ir ao encontro do outro. Peço a todos que rezem por mim, para que eu possa “gastar os meus dias pelos outros” e encontrar a vontade de Deus nas realidades que piso.

Dados do autor

Mestre e doutorando em Direito pela PUC-SP, membro da *Economy of Francesco* e coordenador da aldeia CO2 das Desigualdades no evento de 2022.



REFLEXÕES DE UM CRISTÃO LEIGO SOBRE A SINODALIDADE

LAUDELINO AUGUSTO DOS SANTOS AZEVEDO

Fui convidado para apresentar, no início da X Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, realizada nos dias 14 a 16 de outubro de 2022, uma “Memória Histórica das Assembleias e seu Contexto Atual”. Em nossas pesquisas, verificamos que as raízes dessas Assembleias, realizadas desde 1991, estão no Concílio Ecumênico Vaticano II, que nos apresenta a Igreja como “Mistério de comunhão e Povo de Deus peregrino, presente e atuante na história”. No Documento CNBB 105, os cristãos bispos do Brasil afirmam que “o Vaticano II supera a noção da Igreja como uma estrutura piramidal, começando por apresentar o que nos une – nos capítulos sobre a Igreja mistério e povo de Deus – e só depois o que nos distingue” (105, n. 100) (Sobre o significado teológico e pastoral da expressão “povo de Deus”, sugiro o estudo do Documento CNBB 62, n. 63-78).

Desde o início de seu pontificado, em 2013 e, especialmente, a partir de seu discurso por ocasião do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos (17/10/2015), o Papa Francisco vem insistindo num “processo sinodal” desde as bases eclesiais. Como cristão leigo, discípulo missionário na Igreja e no mundo, tenho acompanhado essas reflexões e participado concretamente desse processo.

A Igreja, no mundo todo, convocada pelo Papa Francisco, realizou um “processo de escuta” e prepara-se para o momento forte do Sínodo Mundial sobre a “sinodalidade”, em 2023 e 2024, fortalecendo “esta dimensão constitutiva da Igreja, Povo de Deus peregrino e evangelizador, Corpo de Cristo presente e atuante na história” (cf. CNBB 105, n. 92-103).

Dentro desse processo, em 2021, a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe teve como um dos objetivos: “Ser um evento em chave sinodal, e não apenas episcopal, com uma metodologia representativa, inclusiva e participativa”. E, assim se fez, levando-nos a lembrar do Papa Francisco que, no início de seu discurso em comemoração ao cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, afirmou: “Desde o Concílio Vaticano II até a atual Assembleia,



temos experimentado de forma cada vez mais intensa a necessidade e a beleza de ‘caminhar juntos’. Daqui tiramos, de início, duas conclusões: 1 – Ao utilizar a expressão “em chave sinodal, e não apenas episcopal”, reconhece-se que “a missão evangelizadora da Igreja é realizada por todo o povo de Deus, com sua variedade de vocações e ministérios – ministros ordenados, consagrados e consagradas, leigos e leigas – que se harmonizam, sem confundir-se, na realização da tarefa comum” (62, n. 62); e 2 – Com a expressão “desde o Concílio Vaticano II”, o Papa resgata e prioriza a complementação da renovação proposta pelo Concílio.

Neste sentido, muito nos ilumina o Documento da Comissão Teológica Internacional sobre A SINODALIDADE NA VIDA E NA MISSÃO DA IGREJA: “Ainda que o termo e o conceito de sinodalidade não se encontrem, explicitamente, no ensinamento do Concílio Vaticano II, pode-se afirmar que a instância da sinodalidade está no coração da obra de renovação por ele promovida”. E, continua, “A Eclesiologia do Povo de Deus sublinha, de fato, a comum dignidade e missão de todos os batizados no exercício da multiforme e ordenada riqueza dos seus carismas, das suas vocações, dos seus ministérios ... A sinodalidade, neste contexto eclesiológico, indica o específico *modus vivendi et operandi* da Igreja Povo de Deus que manifesta e realiza o ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros em sua missão evangelizadora” (Edições CNBB, DI 48, n. 6).

Fica, então, muito claro que o Concílio Ecumênico Vaticano II busca um retorno às origens da Igreja, visando a “encarnação” do Evangelho no mundo atual.

O processo de escolha dos delegados e delegadas para a Assembleia Eclesial, como tem sido, também, para as Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus, foi muito significativo, pois considerou a variedade de vocações, estados de vida, carismas e ministérios. No Brasil, temos os “Organismos de Comunhão e Missão”, também chamados “Organismos do Povo de Deus”, que congregam e articulam os membros do Corpo Eclesial segundo a sua vocação, estado de vida, carisma e ministério: O Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB; a Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB; a Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil – CRB; a Comissão Nacional de Diáconos – CND; a Comissão Nacional dos Presbíteros – CNP e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Assim, por exemplo, no caso da Assembleia Eclesial, os 314 delegados/as do Brasil, foram escolhidos e indicados pelos seus pares: 63 cristãos bispos, indicados pela CNBB; 63 cristãos presbíteros e/ou diáconos, indicados pela CNP e CND; 63 cristãos consagrados e consagradas, indicados/as pela CRB e CNISB; 94 cristãos leigos e leigas, indicados pelo CNLB e 31 cristãos em situação de periferia, indicados pela Cáritas e Pastorais Sociais.



Esta visão e prática representativa, inclusiva e participativa, ao mesmo tempo que constitui a Igreja sinodal, estabelece e realiza o processo na dinâmica da sinodalidade. Podemos dizer que a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe, bem como as Assembleias dos Organismos do Povo de Deus, expressam o que São João Paulo II ensinou na Exortação Apostólica *Christi-fideles Laici*:

Trabalhadores da vinha são todos os membros do povo de Deus: os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os fiéis leigos, todos simultaneamente objeto e sujeito da comunhão da Igreja e da participação na sua missão de salvação. Todos e cada um trabalham na única e comum vinha do Senhor com carismas e com ministérios diferentes e complementares [...] também através do estado de vida que caracteriza os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, os membros dos institutos seculares, os fiéis leigos. Na Igreja-comunhão os estados de vida encontram-se de tal maneira interligados que são ordenados uns para os outros. [...] Todos os estados de vida, tanto no seu conjunto como cada um deles em relação com os outros, estão a serviço do crescimento da Igreja, são modalidades diferentes que profundamente se unem no “mistério de comunhão” da Igreja e que dinamicamente se coordenam na sua única missão (ChL 55).

Certamente, temos muito a caminhar, mas, podemos dizer que a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe e as Assembleias dos Organismos do Povo de Deus, no Brasil, apontam para uma “Igreja Sinodal”, Igreja Comunhão com a riqueza dos carismas e ministérios, que favoreça a conversão pastoral, sem clericalismo, com a participação efetiva de todos os seus membros.

Como vive, ensina e propõe o Papa Francisco, este é “o caminho que Deus espera da Igreja”!
Vamos em frente...

Dados do autor

Assessor da CNBB para a Comissão dos Leigos.



RESENHA

AQUINO JÚNIOR, Francisco; PASSOS, João Décio (Org.). *Por uma Igreja sinodal: reflexões teológico-pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022, 248 p. ISBN 9786558081432. (Coleção Igreja em saída.)

ELISEU WISNIEWSKI

Estamos vivendo tempos de discursos renovadores da Igreja e sobre a Igreja, dando continuidade à tradição de *aggiornamento* inaugurado pelo Vaticano II. O processo sinodal pode ser o momento mais crucial do resgate dessa tradição. Graças ao Papa Francisco, estamos debatendo sobre experiências sinodais na Igreja. A sinodalidade traduz em seu significado profundo e concreto o desafio de reforma permanente da Igreja. A sinodalidade exige conversão de mentalidades, mudança de posturas e renovação institucional da Igreja. Tudo isso exige fé e reflexão, discernimento e estudo. Este é o propósito fundamental das reflexões que compõe a obra: *Por uma Igreja sinodal: reflexões teológico-pastorais* (Paulinas, 2022, 248 p.), organizada por Francisco de Aquino Júnior e João Décio Passos, ambos doutores em Teologia.

Os autores que participam das reflexões desta coletânea oferecem perspectivas diferentes sobre a temática sinodal – agregadas em três partes: dimensão histórico-social, teológica e pastoral:

1) Ney de Souza, no capítulo “Dimensões históricas da sinodalidade” (p. 21-40), apresenta um quadro panorâmico sobre as dimensões da sinodalidade ao longo da história: a) dos primórdios do cristianismo à cristandade medieval (p. 22-27); b) da cristandade medieval à sociedade industrial (p. 27-31); c) sociedade contemporânea, Vaticano II e sinodalidade (p. 31-35). Souza esclarece que no primeiro milênio, a sinodalidade teve uma marca mais acentuada, tendo nesse período o desenvolvimento das igrejas locais e a organização dos sínodos diocesanos (p. 21), diante disso, é fundamental voltar às fontes que retratam a sinodalidade na Igreja primitiva, tendo os pés fincados na realidade do tempo presente (p. 37).

2) O texto de Alzirinha Souza, *Do Concílio Plenário à Assembleia Eclesial: a evolução da experiência da sinodalidade na América Latina* (p. 41-53), mostra como o conceito de ser Igreja em dois momentos da história: o Concílio Plenário (p. 41-47) e a Assembleia Eclesial



Latino-Americana (p. 47-51) impacta a concepção dos eventos sinodais. A autora observa que uma análise detalhada nos permite perceber que, embora a vida eclesial e os caminhos da teologia nos pareçam cíclicos, a Igreja avança de acordo com seu tempo. No caso das Conferências Episcopais, o elemento comum que se observa ao longo de toda a história da Igreja é o desejo, por parte de grupos de bispos de determinadas regiões que se organizam, de fazer frente aos desafios pastorais de cada época (p. 41). Assim, comparados os dois momentos históricos, o do Concílio Plenário e o atual da realização da Assembleia Eclesial, evoluímos muito, contudo, isso não é ainda o bastante para nos afirmarmos como eclesialidade sinodal (p. 51).

3) O capítulo “O tradicionalismo antissinodal” (p. 55-68), de João Décio Passos, oferece um ângulo sociológico para aproximar da questão da sinodalidade – mostrando que os desvelamentos dos processos histórico-sociais, que caracterizam o cristianismo com suas elaborações, expõe não somente uma dinâmica do passado como também, precisamente, sua dinâmica permanente. Como todo sistema religioso, cristão se encontra em permanente construção (p. 56-59). A negação desse dado pode esconder tanto sua realidade social e histórica como negar sua essência teológica, que afirma a encarnação histórica da verdade e o seu discernimento em cada tempo e lugar. O tradicionalismo constitui uma dessas negações, na medida em que se fixa em algum momento histórico específico o único e imutável parâmetro de verdade e vivência da fé (p. 59-64). Passos, examina como a noção e a prática de sinodalidade são inerentes à consciência eclesial renovadora, destacando que a sinodalidade é antitradicionalista e, no campo contraditório, os tradicionalistas são antissinodais (p. 65).

4) “Experiências sinodais” (p. 69-89), de Manoel Godoy, tem como ponto de partida o Documento Preparatório para o Sínodo de 2023 – este trouxe alguns passos significativos para que o processo marche no sentido de impregnar a Igreja em sinodalidade em sua forma, estilo e estrutura – o autor repassa os oito passos propostos por este Documento comparando-os com a caminhada eclesial latino-americana (p. 72-75), mais concretamente na experiência da I Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe (p. 75-77), na experiência das Comunidades Eclesiais de Base (p. 77-79), na experiência dos Encontros Intereclesiais das CEBs (p. 80-85), na experiência das Assembleias dos Organismos do Povo de Deus (p. 85-87).

5) Francisco de Aquino Júnior, em “Sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja” (p. 93-110), explicita em que sentido Francisco fala de sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja (p. 101-107) e quais os fundamentos teológico-eclesiológicos dessa afirmação (p. 94-101). Aquino Júnior destaca que a expressão “sinodalidade” tem se tornado cada vez mais



uma categoria eclesiológica central e decisiva no processo de renovação/reforma eclesial desencadeado pelo Papa Francisco. Ela expressa e indica o “caminhar juntos” de todo o povo de Deus na diversidade de seus carismas e ministérios. Trata-se, no fundo, de uma retomada e de um aprofundamento da eclesiologia conciliar, desenvolvida a partir e em torno da categoria “povo de Deus” e, isso justifica o processo de renovação/reforma eclesial desencadeado por Francisco, que bem pode ser caracterizado em termos de conversão missionária sinodal (p. 107).

6) O texto “Ser sinodal é ser ministerial” (p. 111-122), de Celso Pinto Carias, versa sobre o caráter ministerial de toda a Igreja. Descrevendo os ministérios como lugar de serviço (p. 112-116), e, apontando quatro eixos da ministerialidade que consideramos fundamentais para uma Igreja verdadeiramente sinodal: ministério da Palavra (p. 117-118), da liturgia (p. 118), da coordenação (p. 119), da solidariedade (p. 120-121), Carias ressalta que o caráter institucional da Igreja não elimina a condição de uma maior participação ministerial de todo o Povo de Deus na busca de ser sinal do Reino no meio do mundo (p. 112).

7) “Sinodalidade *made in* América Latina” (p. 123-140), é o texto em Agenor Brighenti ostra como o exercício da sinodalidade no caminhar da Igreja da América latina e do Caribe, passa por três fases a primeira com a realização do Concílio Plenário Latino-Americano (1898) e da I Conferência Geral dos Bispos no Rio de Janeiro (1955), durante o período pré-conciliar – nesta fase , a sinodalidade acontece nos parâmetros de um “caminhar juntos” com o Papa, chefe da Igreja universal, da qual as dioceses são parceiros e os bispos, seus colaboradores (p. 124-128). A segunda com as Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007), no período da primeira recepção do Vaticano II, em perspectiva libertadora, a sinodalidade ficou restrita ao exercício da colegialidade episcopal, por meio das Conferências Episcopais e do Sínodo dos Bispos (p. 128-132). A terceira, com a realização do Sínodo da Amazônia (2019) e da I Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe, que inauguram um processo de “segunda recepção” do Vaticano II e da tradição eclesial libertadora em chave sinodal, em um novo contexto sociocultural e eclesial, onde a sinodalidade é situada no exercício do *sensus fidelium*, do Povo de Deus como um todo, no seio de uma Igreja toda ela ministerial e na corresponsabilidade de todos os batizados (p. 132-137).

8) Em “Igreja sinodal em saída para as periferias: um olhar para o projeto eclesial de Francisco” (p. 141-155), Edward Guimarães, oferece uma caracterização da visão eclesiológica do Papa Francisco: uma Igreja em saída, Igreja como hospital de campanha, Igreja samaritana, Igreja poliédrica, Igreja pobre para os pobres (p. 144-145), elegendo em seguida, três traços ou aspectos, estritamente interligados pelo mesmo impulso do Espírito Santo, para expressar o profético



projeto de reforma da Igreja que vem sendo impulsionada pelo Papa Francisco, para que esta se torne, de fato, uma Igreja para hoje atenta e fiel a sua missão e que não deixa ninguém para trás: 1) uma Igreja sinodal (p. 145-147) ; 2) uma Igreja sinodal em saída (p. 147-150); 3) uma Igreja sinodal em saída para as periferias (p. 150-152).

9) No capítulo “Sinodalidade depois do Vaticano II” (p. 159-173), Cleto Caliman busca fundamentar mais profundamente e até mesmo ampliar o horizonte do tema sinodalidade, apresentando para isso algumas premissas: a) premissa histórica (p. 160-163); b) premissa teológica (p. 163-164); c) premissa eclesiológica (p. 164-168); d) compreensão da sinodalidade (p. 168-171); e) compreensão e prática da sinodalidade no pós-concílio na América Latina e Caribe (p. 171-172). Caliman observa que no Vaticano II, a sinodalidade chegou como colegialidade, em uma abordagem claramente jurídica com a finalidade de reequilibrar a abordagem inacabada do Vaticano I, o qual atacou o tema do ministério do Bispo de Roma, o Papa, em dois pontos-chave: o primado e a infalibilidade do magistério supremo do bispo de Roma na qualidade de chefe supremo da Igreja e sucessor de Pedro. Essa abordagem inacabada sofre a falta da doutrina sobre o episcopado. O Vaticano II veio suprir a falta de um horizonte mais amplo da visão eclesiológica do Vaticano I. Assim, o capítulo III da *Lumen Gentium*, de modo mais específico o número 22, se ocupou do caráter colegial da ordem episcopal (p. 159).

10) Paulo Suess, em “O longo caminho da conversão sinodal à participação eclesial” (p. 175-191), observa que a conversão transformadora se tornou tarefa das conferências episcopais continentais pós-conciliares, na América Latina e no Caribe, descritas com os locais de sua realização em Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, isso porque, até receber a sua configuração mais explícita da sinodalidade pelo magistério do Papa Francisco, a conversão pastoral percorreu um longo caminho construtivo nas Conferências Episcopais Latino-americanas (p. 177-180). Em segundo lugar, destaca que na esteira da sinodalidade, a conversão pastoral é conversão integral da própria Igreja, incluindo sua conversão sociopolítica, cultural e ecológica (p. 181-185), implicando um novo protagonismo de cada um dos batizados (p. 186). Nesta perspectiva realizou-se a VI Conferência Episcopal em I Assembleia Eclesial (p. 185), esta por sua vez exigiu cinco discernimentos: continuidade (p. 186-187), consenso (p. 187-188), clericalismo (p. 188-189), participação (p. 189-190) e autonomia (p. 190-191).

11) “Igreja de batizados: Igreja sinodal” (p. 193-207), é o texto de autoria de Mario de França Miranda. Afirmado não só a historicidade do cristianismo como também sua capacidade de se expressar diversamente a atuação original divina ao longo das transformações históricas (p. 193-197), o autor chama a atenção para a questão de uma nova configuração eclesial (p. 197-199),



tendo-se em conta que o cristianismo é uma realidade histórica que inevitavelmente, no curso do tempo, se transforma e se explica, se expressa e se constitui (p. 198). Confronta, por isso, o tema da sinodalidade com o papel do Espírito Santo na vida de cada batizado (p. 199-205), é ele que possibilita nossa fé, que nos faz estar em comunhão com os demais, que possibilita a comunidade eclesial, que nos capacita para a missão, que nos doa o carisma supremo da caridade fraterna, nos faz discípulos de Jesus, cristãos (p. 200). Miranda destaca ser fundamental resgatar o papel do Espírito Santo numa configuração sinodal da Igreja para corrigir a ênfase unilateral da dimensão doutrinal e jurídica, própria da tradição eclesiológica ocidental. Assim sendo, a Igreja estruturada pela própria ação do Espírito Santo é uma Igreja na qual todos os seus membros possuem igual dignidade, todos, pelo Espírito Santo recebido no batismo, são membros ativos na missão evangelizadora que constitui o sentido último da própria Igreja (p. 205-207), ou seja, uma Igreja sinodal com a participação ativa de todos os seus membros, embora exercida diversamente segundo as possibilidades de cada um, configura mais perfeitamente o que deva ser a Igreja como Povo de Deus, a irradiar os desígnios de Deus para a humanidade através do anúncio do Reino de Deus (p. 205-206).

12) Em “Sinodalidade e diferença de gênero: caminhando juntos, homens e mulheres” (p. 209-224), Maria Clara Bingemer examina como a proposta da sinodalidade pode ajudar a uma maior integração entre homens e mulheres na Igreja, entendendo-se como companheiros de um mesmo caminho, respeitando-se nas suas diferenças e relacionando-se através delas (p. 209-210). A autora salienta que neste esforço de caminhar juntos, as mulheres têm papel imprescindível nem sempre reconhecido. A sociedade ocidental e especialmente a latino-americana têm uma marca sexista patriarcal em todos os domínios: familiar, profissional, social e eclesial, o que dificulta a sinodalidade. Bingemer se detém na história dessa dívida pendente em relação às mulheres na sociedade e especialmente na Igreja latino-americana (p. 210-217). A partir daí levanta algumas pistas teológicas em vista de contribuir para promover uma Igreja mais sinodal (p. 217-223).

13) No texto “Igreja sinodal como ‘Igreja pobre para os pobres’” (p. 225-238), Joaquim Jocélio de Souza Costa discorre sobre a sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja, explicitando que ela diz respeito à sua natureza e missão (p. 225). O caminhar junto é caminhar com os pobres (p. 226). Em seguida, o autor apresenta esse caminhar juntos como saída para as periferias, especificando que esse caminho se faz junto com os pobres, constituindo uma Igreja pobre – sua natureza (p. 226-231); e que, ao mesmo tempo, por ser uma constante saída para as periferias, constitui a Igreja para os pobres – sua missão (p. 231-236).



O atual momento eclesial voltado para a sinodalidade está carregado de potencialidades renovadoras. A sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja é uma percepção essencial que recupera a tradição mais original, que compõe a consciência cristã e possibilita o diálogo com o mundo contemporâneo. Esta obra é indispensável. Grandes e novos nomes da reflexão teológica aí se encontram. As provocantes e bem elaboradas reflexões aí contidas ajudaram a suscitar o debate em torno da sinodalidade missionária acolhendo o pedido do Papa Francisco que retomou as grandes intuições do Concílio Vaticano II.

Cada artigo conserva sua própria autonomia e pode ser lido independentemente, comprovando como “na sinodalidade se manifestam dimensões diferentes e ricas do ser Igreja. É dizer o mesmo, em diferentes dimensões [...]. Por isso, a própria obra deseja ser um caminhar junto, cada um dizendo e escutando, todos escutando e dizendo, no desejo do movimento sinodal; a Igreja em movimento de sinodalidade” (p. 10-11), sinodalidade/dinamismo eclesial que deve caracterizar não apenas uma assembleia eclesial, mas toda a vida e missão da Igreja em sua totalidade.

Conjugando a dimensão histórica-social, teológica e pastoral esta obra sacia nosso desejo de conhecer melhor esse momento importante da vida da Igreja – cumprindo a função de ser “um acervo rico de conteúdos a serem apropriados em atividades formativas e pastorais” (p. 18). Por fim, o livro deixa-nos diante do desafio da “verdadeira conversão de todos” (p. 16), “a conversão missionária sinodal da Igreja” (p. 107), além do esforço de passar dos “discursos às práticas” (p. 13), tendo-se em conta que “a esfera dos discursos sobre a sinodalidade permanecerá legítima e cobrando traduções concretas na vida da Igreja, durante e depois do Sínodo” (p. 16). Fica a todos/as o convite: apropriar-nos destas reflexões e processualmente pô-las em prática, “seguindo os impulsos do Espírito Santo, que nos inspira, acompanha e sustenta ao longo de todo o processo” (p. 207).

Dados do autor

Presbítero da Congregação da Missão (padres vicentinos), Província do Sul, e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).



SAÍDAS E FRONTEIRAS

O PAPA FRANCISCO, MAIS UMA VEZ, SURPREENDE

EDUARDO HOORNAERT

A costumeira entrevista que o Papa Francisco concedeu no avião que o levou a Roma, de retorno de sua viagem ao Canadá, no dia 29 de julho passado, respondendo a perguntas de nove jornalistas, sete delas mulheres, e que ganhou pouco realce na imprensa e nas redes, me surpreendeu. Tive a impressão de que ele vivenciou seus dias no interior do Canadá, junto a representantes de povos originários, como um *retiro espiritual*, no melhor estilo inaciano de “discernimento”. Teve tempo e oportunidade de refletir (1) sobre o magistério na Igreja, do qual é o principal representante, e (2) sobre o núcleo formador da Igreja.

A entrevista anda cheia de “discernimentos”, alguns sutis e de não fácil percepção, outros evidentes, mas comumente mal percebidos. Guardo na mente a foto de Francisco, sentado, de cadeira de rodas, em silêncio, à beira do “Lago de Santa Ana”, no norte do Canadá. Meditando. Penso que esse foi o momento culminante dessa visita ao Canadá, pois a entrevista no avião expressa um espírito meditativo. Não penso que um papa em meditação suscite muito interesse nos grandes meios de comunicação, mas aí reside, talvez, o que há de mais original no jesuíta Jorge Bergoglio. Pois aqui, esse papa se revela, antes de tudo, jesuíta, seguidor de Inácio de Loyola. Comento apenas alguns tópicos.

O magistério

A sétima jornalista a fazer perguntas ao papa, Claire Giangrave, da *Religion News Service*, indagou a respeito de uma possível revalidação, por parte de autoridades eclesiais, da postura assumida pelo Papa Paulo VI, em sua encíclica *Humanae Vitae*, em relação aos anticoncepcionais. E não deixou de provocar Francisco, ao lhe dizer que, “ao que parece, seu predecessor, João Paulo I, pensou que a proibição total (de contraceptivos) talvez devesse ser reconsiderada”. Eis a porta pela qual o papa entra, desenvolvendo uma reflexão que vai fundo na questão da fragilidade, até



falibilidade, do chamado “Magistério”, mas, ao mesmo tempo, realça sua necessidade. Cito as palavras do papa e, em um segundo momento, as comento.

O dogma e a moral estão sempre em desenvolvimento, mas sempre no mesmo sentido. Para dizer as coisas de modo claro: para o desenvolvimento de uma questão moral ou dogmática, há uma regra muito clara e esclarecedora. Ela foi expressa por Vicente de Lérins no século V: *ele disse que a verdadeira doutrina, para avançar, para se desenvolver, não deve ser tranqüila, mas caminha “ut annis consolidetur, dilatetur tempore, sublimetur aetate”*. A doutrina se consolida ao longo dos anos, se expande com o tempo, se consolida na idade. Sempre progredindo, frequentemente em meio a conflitos.

(Vicente de Lérins foi um monge do século V, que vivia numa comunidade situada em Lérins, uma ilha no sul da então chamada Gália, hoje França.)

Por isso, o dever dos teólogos é a investigação, a reflexão teológica. Não se pode fazer teologia com um “não” pela frente. Logo, o Magistério lhe dirá: “Foste para além, volte”, mas o desenvolvimento teológico deve ser aberto, os teólogos (aí) estão para isso. E o Magistério deve ajudar a compreender os limites. Então, o Magistério dirá se é bom ou não. Mas a discussão esclarece muitas coisas. Pensemos, por exemplo, nas armas atômicas: declarei oficialmente que o uso e a posse de armas atômicas é imoral. Pense na pena de morte: hoje posso dizer que aí estamos perto da imoralidade, porque a consciência moral, acerca desse ponto, se desenvolveu bem. Para ser claro: quando se desenvolve o dogma ou a moral, está bem, mas nessa direção, com as três regras de Vicente de Lérins.

Creio que isso é muito claro: uma Igreja que não desenvolve o seu pensamento num sentido eclesial é uma Igreja que anda para trás, e este é o problema de hoje, de muitos que se intitulam tradicionais. Não, não, não são tradicionais, são “para trás”, são *indietristas*, andam para trás, sem raízes: isso sempre foi assim, no século passado foi assim. *E o indietrismo é um pecado, porque não vai com a Igreja.*

(O neologismo “indietrismo” provém de um advérbio da língua italiana: *indietro*, que significa “para trás”. Andar “indietro”: andar para trás, regressar, retroceder.)

A tradição é a fé viva dos mortos, enquanto esses *indietristas*, que se chamam tradicionalistas, professam a fé morta dos vivos. A tradição é precisamente a raiz, a inspiração para avançar na Igreja, e essa é sempre vertical.



(Como a raiz, que alimenta a árvore “verticalmente”. O papa alude à relação entre um enunciado e seu comentário ao longo dos tempos, entre enunciados do magistério e a reflexão dos teólogos a seu respeito, ou, em suas palavras, entre a “doutrina” e a “tradição”.)

E o indietrismo anda para trás, está sempre fechado. É importante compreender bem o papel da tradição, que está sempre aberta, como as raízes da árvore, e a árvore cresce... Um músico tinha uma frase muito bonita. Gustav Malher disse que a tradição, nesse sentido, é a *garantia do futuro*, não é uma peça de museu. Se você concebe a tradição cerrada, essa não é a tradição cristã. Sempre é a seiva das raízes que o empurra para frente, para frente, para frente. Por isso, pelo que você diz, pensar e levar a fé e a moral para frente, mas enquanto vai em direção das raízes, da seiva, está bem. Com as três regras de Vicente de Lérins que mencionei.

Comentário

– A entrevistadora trouxe à tona uma ponderação do Papa João Paulo I que, antes de ser eleito papa (ele governou a Igreja por apenas um mês), tinha opinado que a “doutrina” oficial da Igreja, referente à contracepção, mereceria ser *reconsiderada*. O assunto é da maior relevância, pois se trata de tomar posição diante de um “fato”, ocorrido em 1961, e que “mudou a face da Terra”. Eu me refiro ao que aconteceu, no mundo inteiro, em sucessivas ondas, a partir do momento em que os serviços da saúde pública, dos Estados Unidos, liberaram a pílula anticoncepcional para uso comercial. Isso foi em 1961. Logo, a pílula atravessou fronteiras e ganhou o mundo. As mulheres não ergueram a voz, não fizeram declarações, mas tomaram a pílula. As católicas também. Segundo a escritora carioca Rose Marie Muraro (1930-2014), “a pílula anticoncepcional foi a maior descoberta, para o benefício da mulher, em todos os tempos”. Ela permitiu à mulher controlar sua fertilidade e entrar, assim, ao mercado de trabalho. E isso foi quebrando uma opressão de milênios. Continua Rose Marie Muraro: “A primeira fase da identidade de uma pessoa não escrava é controlar o próprio corpo, pois o corpo do escravo pertencia ao dono, assim como o corpo da mulher pertencia ao homem. Então, a mulher era escrava do homem. Hoje a diferença é brutal. O mundo da mulher é o mundo de antes da pílula e depois da pílula”.

O uso da pílula, que já vai para mais de 60 anos, alterou profundamente as relações de gênero. Ocorreu um ganho no plano da identidade e no plano social e político: “Estamos transformando a noção de política e economia”. Quando dominado pelo homem, o mundo é hierarquizado. Quando a mulher entra em cena, o mundo se estabelece em rede. “Os homens não estão acostumados. Eles estão acostumados a mandar, a fazer guerra, e quando se encontram



com outra figura, que lhe faz frente e diz ‘não’, eles se apavoram, pois nunca ouviram esse ‘não’. É a primeira vez na história” (Rose Marie Muraro).

– O Papa Francisco não menciona explicitamente o caso da pílula anticoncepcional, mas nos conduz a uma reflexão em profundidade. Fala da necessidade e, ao mesmo tempo, fragilidade da doutrina. A doutrina é frágil, mas necessária. É frágil por ser atravessada por emoções do momento, é necessária por ser uma bússola num alto mar turbulento. E ele explica: “A verdadeira doutrina, para avançar, para se desenvolver, não deve ser tranquila”. Aí, Francisco passa a citar em latim palavras de um monge do século V, Vicente de Lérís, que, aparentemente, navegou igualmente por águas turbulentas, pois constata que a “verdadeira doutrina *annis consolidatur, dilatatur tempore, sublimatur aetate*”. *Dilatatur* se traduz por “explicar com maior profundidade” e *sublimatur* por “elevar a um patamar superior”. Ou seja, a doutrina nunca sai “perfeita” no momento de sua primeira enunciação, ela necessita se consolidar (*consolidatur*), ganhar uma explicação mais profunda (*dilatatur*) e alcançar um patamar mais elevado (*sublimatur*). Há uma evolução em direção à maior clareza. Com o tempo, ditos do momento se aperfeiçoam, se corrigem, se aprofundam.

– Ao falar desse modo, o Papa Francisco demonstra cultivar uma visão otimista da história da doutrina cristã, do cristianismo e da humanidade em geral. Afinal, a “verdadeira doutrina” está sempre em nossa frente e não conseguimos alcançá-la senão como vislumbre de um futuro ainda incerto. Só aos poucos, na fragilidade, a humanidade percebe o alcance do “terremoto” causado na história por figuras como Jesus. O Evangelho está em nossa frente, é coisa do futuro, não do passado.

Dou alguns exemplos do entrelaçamento entre fragilidade e necessidade:

– Mais de dez séculos atrás, em 1095, o Papa Urbano II (governou entre 1088 e 1099), ao declarar guerra contra os “sarracenos”, disse que o motivo era recuperar a *terra santa* das mãos dos *infiéis*. Era isso mesmo? No calor da hora, parece que ele gritou: *Dieu veult!* (Deus quer!). Eis o que se conta. Quais os motivos, pelo que sabemos? Em 1095 já estava claro que o Ocidente cristão estava se constituindo em “periferia” de um imenso império, centrado em Bagdad. Diante da ameaça de uma rápida islamização da cultura europeia, o papa optou pela ofensiva, pela “cruzada”, por uma guerra que *Deus quer*. E, por todo canto, gente vestiu a armadura, se juntou ao exército do papa e partiu para o Oriente desconhecido, em cruzada. Houve oito cruzadas, com número imenso de mortes e violências diversas. Qual o núcleo “doutrinário” que as palavras do papa Urbano II expressam? A resposta não é fácil.



O que sabemos é que o *Dieu veult* funcionou por séculos. Quando Constantinopla, capital multissecular da cristandade grega, caiu nas mãos dos turcos, em 1453, um susto perpassou o Ocidente cristão. De novo. Isso repercutiu na Bula de Alexandre VI, intitulada *Inter Caetera*, de 1493, que afirmou que “as nações bárbaras (leia: latino-americanas) sejam derrubadas e trazidas à fé” (leia: fé católica). O papa, que não entendia muito de geografia, pensou que um domínio sobre os “índios” poderia “encurrular” o poder muçulmano e facilitar a “reconquista” do mundo cristão.

Não vou contar mais histórias acerca do “Deus quer”. Só trago uma lembrança de minha própria infância. Quando, em 1940, os soldados alemães invadiram minha terra natal, a Bélgica, eles tinham, gravadas, no capacete, as seguintes palavras: *Gott mit uns* (Deus conosco). É o “Deus quer” do Papa Urbano II. E não será que o Papa Pio XII, ao publicar, em 1959, a encíclica *Fidei Donum*, para fomentar a ida de sacerdotes diocesanos para a África e a América Latina, tinha em mente a mesma luta contra os “inimigos da fé”, desta vez contra o comunismo, o protestantismo e o espiritismo? O grito “Deus quer”, do Papa Urbano II, ressoou por séculos e continua ressoando.

A história de textos emanados do magistério papal é, pois, bastante controvertida. Comentei algo a esse respeito em meu livro *Formação do Catolicismo Brasileiro* (Vozes, 1974), quando escrevi: “O católico brasileiro sente certa dificuldade em interpretar a longa tradição em que está inserido” (p. 31), pois a empresa colonial, desde seus inícios, foi apresentada como uma *guerra santa*. Um *messianismo guerreiro* permeou, durante séculos, a ação dos missionários católicos na América Latina (veja o referido livro p. 31-65). Isso provoca insegurança.

– Mas nem sempre a voz do magistério é sujeita a revisões e retificações. Em 1537, o Papa Paulo III, em sua Bula *Sublimis Deus*, dirigida aos cristãos das Índias Ocidentais, declara: “Pelas presentes letras decretamos e declaramos, com nossa autoridade apostólica, que os referidos índios e todos os demais povos que daqui por diante venham ao conhecimento dos cristãos, embora se encontrem fora da fé de Cristo, são dotados de liberdade e não devem ser privados dela, nem do domínio de suas coisas. E, ainda mais, que podem dispor, possuir e gozar livremente desta liberdade e deste domínio, nem devem ser reduzidos à escravidão. E que é irritado (sic), nulo e de nenhum valor tudo quanto se fizer em qualquer lugar de outra forma” (contracapa do livro *História da Igreja no Brasil*, Cehila, Vozes, 1979).

– Aqui entra o discernimento de Santo Inácio: rejeitar Alexandre VI e acolher Paulo III. A tradição postula critério. Ela nunca é uníssona. Por vezes, é contraditória, outras vezes profética, mas sempre “turbulenta”, ou seja, controvertida. Os historiadores encontram enunciados,



a cada página da história, que dão testemunho da fragilidade e provisoriedade de tudo que o homem empreende e dos esforços que ele tem de fazer para alcançar mensagens que ultrapassem seu comum modo de sentir e reagir. Eles sabem que o tempo condiciona e, eventualmente, redireciona o discurso. O papa vai nessa linha ao evocar palavras do monge Vicente de Lérís e nelas encontrar uma chave de leitura.

Isso pressupõe cultivar uma visão otimista da história e da doutrina, e penso que Francisco cultiva essa visão. Pressupõe considerar que a “verdadeira doutrina” fica em nossa frente e que só conseguimos alcançá-la em vislumbre, num futuro ainda incerto. Pois, só aos poucos e na fragilidade, percebemos o alcance do “terremoto” causado na história por figuras como Jesus. O Evangelho está em nossa frente, não é coisa do passado. A “doutrina” não é algo petrificado, enunciado para sempre. Há de se cultivar a capacidade de salvar a intencionalidade da doutrina e precarizar sua formulação. Desse modo, surge diante de nós uma tradição colorida, diversificada, por vezes controvertida, outras vezes com largo consenso. Mas sempre com vida. Em contraste com o dogma frio e sem vida. A tradição não é tranquila, ela é cheia de vida e contrastes. Captar a tradição viva é captar a vida da Igreja.

– Conclusão: tradicionalismo não é *indietrismo*, não é *andar para trás*, *estar sempre fechado*. É importante compreender bem o papel da tradição, que está sempre aberta, como as raízes da árvore, e a árvore cresce... Um músico tinha uma frase muito bonita. Gustav Malher disse que a tradição, nesse sentido, é a garantia do futuro, não é uma peça de museu. Por baixo de contradições corre a seiva das raízes. O fruto amadurece com o tempo. O erro consiste em invocar as palavras do magistério fora do contexto. Enfim, em ter medo do futuro. Não se volta ao passado por medo do futuro.

O núcleo formador da Igreja

Já no final da entrevista, depois da nona intervenção, Francisco diz: “Antes de me despedir, gostaria de falar de algo que é muito importante para mim”. E aí, ele começa rememorando alguns momentos de sua viagem pelo Canadá. “A viagem ao Canadá esteve intimamente relacionada com a figura de Santa Ana. Falei algumas coisas sobre as mulheres, mas, sobretudo, sobre as mulheres mais velhas, mães e avós. E sublinhei uma coisa que é clara: a fé deve ser transmitida em dialeto, o dialeto – disse claramente – materno, o das avós. Recebemos a fé *na forma de um dialeto feminino*, e isso é muito importante: o papel da mulher na transmissão da fé e no seu desenvolvimento. É a mãe ou a avó que ensina a rezar, é a mãe ou a avó que explica



as primeiras coisas que a criança não entende sobre a fé. E posso falar, portanto, em transmissão *dialetal* da fé.

Alguém pode me dizer: mas como você explica isso teologicamente? Porque eu direi que quem transmite a fé é a Igreja e a Igreja é uma mulher, a Igreja é uma noiva. A Igreja não é masculina, é mulher. E devemos entrar nesse pensamento da Igreja como mulher, da Igreja como mãe, que é *mais importante que qualquer fantasia ministerial machista* ou qualquer poder machista. A mãe Igreja, a maternidade da Igreja feminina. A figura da mãe do Senhor. Nesse sentido, é importante destacar a importância, na transmissão da fé, desse dialeto materno. Descobri-o lendo, por exemplo, o martírio dos Macabeus: duas ou três vezes se diz que a mãe lhes deu a alma, no dialeto materno. A fé deve se transmitir em dialeto. E esse dialeto é falado por mulheres. Esta é a grande alegria da Igreja, porque a Igreja é uma mulher, a Igreja é uma noiva. Eu queria dizer isso claramente, pensando em Santa Ana”.

Comentário

– Onde está o núcleo formador da Igreja? Quando a criança reza a Jesus, é imitando a reza da mãe. Quando vai à missa ou ao culto, é de mãos dadas com a mãe. Quando respeita o colega na escola, é porque a mãe lhe ensinou assim. Qual é o sacerdote, o pastor, o bispo, o patriarca, o papa, que não recebeu a primeira evangelização de uma mulher?

– Aqui estamos com Paulo Freire, o pedagogo do cotidiano, do vivido em família, no bairro, na escola, na rua, na natureza, e que parte daí para construir o pensamento. Pelo que sei, Freire não usou o adjetivo “dialetal”. Mas ele ia gostar, penso, em saber que um papa valorizasse o dialeto materno. Um olhar novo, inusitado, original. Francisco não cita Paulo Freire, mas diz sem rodeios que a Igreja não é uma *fantasia ministerial machista*, mas um *fato* que pode ser observado a cada dia: a mãe conduz seu filho a Jesus falando em *dialeto*. Não fala em latim, nem em inglês, nem na linguagem da TV e dos noticiários. Fala dialeto.

– O que acontece quando o máximo representante da Igreja “masculinizada” medita sobre o fato que a Igreja, em sua concretude, é feminina, não somente sustentada por mulheres, mas evangelizada por elas, dialetalmente? Provavelmente não acontece nada em ambientes oficiais. Mas a palavra é lançada e dará seus frutos com o tempo. Francisco não tem pressa, não reivindica nada. Simplesmente diz: “Abram os olhos, reparem o que acontece na realidade”.



Jesus e a mulher

A originalidade da fala do papa remete a uma reflexão sobre o comportamento de Jesus em relação à mulher. Em primeiro lugar, observo que, nos evangelhos, diversas mulheres se comportam diante de Jesus como mães, como aquelas que ajudam o filho a enxergar, como agir em determinadas circunstâncias e a corrigir comportamentos incorretos. A mulher siro-fenícia chama a atenção de Jesus para seu enraizado nacionalismo judaico, a mulher doente lhe mostra que é preciso saber parar para atender às pessoas e a mulher do perfume lhe dá uma lição inesquecível de ternura (sucessivamente Mc 7,24-30; Mc 5,24-34 e Mc 14,3-9). Mais tarde, quando está pendurado numa cruz, as mães estão presentes, *de longe*. Os homens *fugiram todos*, como relata o Evangelho de Marcos.

Podemos cavar um pouco mais. Em 1989, a Editora Vozes publicou um pequeno livro, intitulado *Fragments dos Evangelhos apócrifos*, em que aparecem textos que mostram como o comportamento de Jesus em relação à mulher suscita, já no século II, intensas discussões. Evoco aqui dois desses textos: o *Evangelho de Maria* (p. 139-144) e o último *logion* (n. 114) do *Evangelho de Tomé* (p. 99).

– O primeiro, desde sua publicação em 1955, atrai a mais viva atenção dos comentaristas. É baseado em dois fragmentos gregos do século III e numa tradução copta do século V, cujo manuscrito foi adquirido em Cairo no ano 1896 e só publicado em 1955, na onda de publicação dos textos de Nag Hammadi. O texto parece ter circulado desde cedo nas comunidades, pois consta em diversas referências patrísticas. Desde sua pristina divulgação, talvez já no século II, suscitou a mais viva resistência por parte de uma Igreja em rápido processo de masculinização, cujo símbolo principal era a figura de Pedro. Sua circulação suscita sentimentos subconscientes, que emergem de um fundo multimilenar. Cria desconforto, resistência e, em alguns casos, conflito aberto. O *Evangelho de Maria*, então, passa por um período de marginalização e suspeição, para depois, com a vitória da “ortodoxia” após séculos de luta contra “heresias”, desembocar em silêncio e ulterior esquecimento.

A questão é que, no referido evangelho, Jesus coloca a mulher no centro da Igreja. A figura central se chama “Maria”. Trata-se de Maria Madalena. Embora o nome “Madalena” não apareça no título, é claro que se trata da apóstola de Mágdala, pois seu nome vai 17 vezes mencionado no documento.

Cito alguns dos trechos do Evangelho de Maria que interessam mais. Pedro, decididamente, não gosta nada da aproximação entre Jesus e Maria Madalena. “Será que o Salvador falou secretamente com uma mulher sem combinar conosco? Será que nós temos de escutá-la? Será que



ela é maior que nós?”. Levi interfere: “Se o Salvador lhe deu valor, quem é você para rejeitá-la? Sem dúvida, o Salvador a conhece muito bem. Ele tem mais estima por ela que por nós”. E fica nisso. A discussão termina ali.

– Um segundo texto é o *Evangelho de Tomé*, que mencionei acima. No *logion* 114, no final do texto, Jesus assume a defesa de Maria Madalena: “Simão Pedro disse: ‘Que Maria saia do nosso meio. As mulheres não são dignas da vida’. Disse Jesus: ‘Vejam, eu vou fazer dela um homem, para que ela também se torne um Sopro Vivo, igual a vocês, homens. Pois cada mulher que se fizer homem entrará no Reino dos Céus’” (Vozes, 1997, p. 211). Jesus se refere aqui ao preconceito, muito difundido na época, de que a mulher não seria apta a pensamentos mais profundos. Ele declara que seu posicionamento diante da mulher foge a esses preconceitos. “Eu vou fazer dela um homem”, ou seja, “para mim não faz diferença, homem ou mulher.” Vale ressaltar aqui que, dentro e fora do movimento de Jesus, não se admite, na época, que uma mulher exerça autoridade sobre homens. O filósofo latino Celso, do século II, acha ridículo ver um homem sentado aos pés de uma mulher a receber conselhos. E o teólogo Orígenes, que escreve para refutar Celso, não sabe bem o que dizer sobre esse ponto, pois não está isento do mesmo preconceito. Ele também acha “indecente” uma mãe ensinar as coisas aos seus filhos. Às filhas, sim, mas não aos filhos. Ele acha que uma mulher que ensina a meninos desmoraliza o ensino cristão (Orígenes, *Homilia em Isaías 6, 3*. Citado em: Nürnberg, R. *Non decet neque necessarium est, ut mulieres doceant*, em: *Jahrbuch für Antike und Christentum*, 31 [1988], p. 57-73).

Não resisto à vontade de terminar este texto citando um trecho do artigo *As mulheres e o futuro da Igreja*, escrito pelo teólogo francês Joseph Moingt (1915-2020), jesuíta como Bergoglio, e publicado na revista jesuítica francesa *Études*, de janeiro de 2011.

Os encontros de Jesus com mulheres não têm nada de casual. Principalmente no Evangelho de João aparece a intenção de Jesus no sentido de colocar a mulher como exemplo. Jesus pratica seu primeiro milagre, em Caná, por solicitação de sua mãe; em diversas ocasiões erige mulheres como modelos de fé e realiza curas que atribui à sua fé; da unção recebida de uma mulher na vigília de sua morte faz um memorial de sua paixão que prescreve seja transmitida às gerações futuras; dá crédito às duas irmãs, suas amigas, Marta e Maria, como autênticas discípulas, recebendo de uma delas o melhor testemunho de sua divindade: “Tu és a Ressurreição e a Vida”, e apresentando a outra como o perfeito receptáculo de sua Palavra: “Maria escolheu a parte melhor, que não lhe será tirada”. Enfim, é a outra mulher, outra amiga, Maria de Mágdala, que aparece por primeira vez na saída do túmulo e a quem confia a mensagem de sua ressurreição, a fim de que ela comunique a Boa-Nova aos seus apóstolos.



Jesus acreditou nelas, confiou nelas, lhes confiou seu Evangelho, como aos seus apóstolos, talvez de modo diverso: não as envia a percorrer o mundo, mas, de modo não menos autêntico, faz delas transmissoras da missão que havia recebido do Pai de difundir a vida no mundo. Desse modo, convida sua Igreja a se apoiar em mulheres para continuar sua obra. Em suma, não pode ser deduzido nenhum princípio de exclusão das palavras ou dos exemplos de Jesus, em nada diversos de uma insistente exortação a não temer de encarregar do ministério do Evangelho qualquer um, homem ou mulher, uma vez que tenha bastante fé nele para oferecer-se a esta tarefa: porque somente ele dá a força de levá-la em frente e de fazer que produza frutos.

Mas o problema principal não consiste em dar poder às mulheres. Não nos embalemos em ideias idílicas: encontrar-se-iam facilmente mulheres extasiadas pela ideia de entrar no personagem do padre, transmitindo-nos igualmente uma dose de sedução, da qual se sabe que torna o poder mais perigoso. Trata-se, acima de tudo, de renovar o terreno das comunidades cristãs, de nelas instaurar liberdade, alteridade, igualdade, corresponsabilidade, cogestão, de nelas deixar penetrar as preocupações do mundo exterior, de tornar as celebrações mais conviviais, à imagem das primeiras refeições eucarísticas nas quais se compartilhava o pão e os víveres sob a presidência benévola de um pai de família.

Não se correrá, então, o risco de subverter o poder monárquico sobre o qual a tradição construiu a organização da instituição eclesial? Talvez, mas devemos apavornar-nos em relação a isso antecipadamente? Não é da boca de uma mulher que vem a profecia: “Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes”? Não se trata de subverter seja o que for, mas de exaltar o que é injustamente discriminado.

A mulher é o futuro da Igreja? A mulher é e será o futuro da Igreja.

Dados do autor

Historiador com vasta produção na área de História do cristianismo, História da Igreja, na América Latina e no Brasil.



DOCUMENTO

60^o ANIVERSÁRIO DO INÍCIO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

SANTA MISSA

Homilia do Papa Francisco

*Basilica de São Pedro
Terça-feira, 11 de outubro de 2022
Memória de São João XXIII, Papa*

“Amas-me?” é a primeira frase que Jesus dirige a Pedro, no Evangelho que ouvimos (Jo 21,15), ao passo que a última será “apascenta as minhas ovelhas” (21,17). No aniversário da abertura do Concílio Vaticano II, sentimos dirigidas também a nós, a nós como Igreja, estas palavras do Senhor: “Amas-me? Apascenta as minhas ovelhas”.

1. Em primeiro lugar, *amas-me?* É uma interpelação, porque o estilo de Jesus não é tanto o de dar respostas, mas de fazer perguntas, perguntas que provocam a vida. E o Senhor, que “na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos e convive com eles” (*Dei Verbum*, 2), pergunta ainda, pergunta sempre à Igreja, sua esposa: “Amas-me?”. O Concílio Vaticano II foi uma grande resposta a esta pergunta: foi para reavivar o seu amor que a Igreja, pela primeira vez na história, dedicou um Concílio a interrogar-se sobre si mesma, a refletir sobre a sua própria natureza e missão. E descobriu-se mistério de graça gerado pelo amor: descobriu-se povo de Deus, corpo de Cristo, templo vivo do Espírito Santo!

Este é o primeiro olhar que devemos ter sobre a Igreja, *o olhar do alto*. Sim, antes de mais nada a Igreja deve ser vista do alto, com os olhos enamorados de Deus. Perguntemo-nos se, na Igreja, partimos de Deus, do seu olhar enamorado sobre nós. Existe sempre a tentação de partir do eu antes que de Deus, colocar as nossas agendas antes do Evangelho, deixar-se levar pelo vento do mundanismo para seguir as modas do tempo ou rejeitar o tempo que a Providência nos dá e voltar-nos para trás. Mas tenhamos cuidado! Nem o progressismo que segue o mundo, nem o tradicionalismo – o “retrogradismo” – que lamenta um mundo passado são provas de



amor, mas de infidelidade. São egoísmos pelagianos, que antepõem os próprios gostos e planos ao amor que agrada a Deus, ou seja, o amor simples, humilde e fiel que Jesus pediu a Pedro.

Amas-me? Redescubramos o Concílio para devolver a primazia a Deus, ao essencial: a uma Igreja que seja louca de amor pelo seu Senhor e por todos os homens, por ele amados; a uma Igreja que seja rica de Jesus e pobre de meios; a uma Igreja que seja livre e libertadora. O Concílio indica à Igreja esta rota: como Pedro no Evangelho, fá-la voltar à Galileia, às fontes do primeiro amor, para redescobrir nas suas pobrezaas a santidade de Deus (cf. *Lumen gentium*, 8c; cap. V). Também nós, cada um de nós tem a sua própria Galileia, a Galileia do seu primeiro amor, e seguramente também cada um de nós é convidado hoje a voltar à sua própria Galileia para ouvir a voz do Senhor: “Segue-me”. Voltar lá para reencontrar, no olhar do Senhor crucificado e ressuscitado, a alegria perdida, para se concentrar em Jesus. E assim reencontrar a alegria: uma Igreja que perdeu a alegria, perdeu o amor. Quando já se aproximava o fim dos seus dias, o Papa João escrevia: “Esta minha vida, que caminha para o ocaso, não poderia ter melhor coroaamento do que concentrar-me totalmente em Jesus, filho de Maria, [...] em grande e continuada intimidade com Jesus, contemplado na imagem: menino, crucificado, adorado no Sacramento” (*Jornal da Alma*, 977-978). Este é o nosso olhar alto, esta é a nossa fonte sempre viva: Jesus, a Galileia do amor, Jesus que nos chama, Jesus que nos pergunta: “Amas-me?”.

Irmãos, irmãs, voltemos às puras fontes de amor do Concílio. Reencontremos a paixão do Concílio e renovemos a paixão pelo Concílio! Imersos no mistério da Igreja mãe e esposa, digamos também nós com São João XXIII: “*Gaudet Mater Ecclesia* – alegre-se a Mãe Igreja” (*Discurso na abertura do Concílio*, 11/X/1962). Seja a Igreja habitada pela alegria. Se não se alegra, desdiz-se a si mesma, porque esquece o amor que a criou. E, todavia, quantos de nós não conseguem viver a fé com alegria, sem murmurar nem criticar? Uma Igreja enamorada por Jesus não tem tempo para confrontos, venenos e polêmicas. Deus nos livre de ser críticos e impacientes, duros e irascíveis. Não é só questão de estilo, mas de amor, porque quem ama – como ensina o apóstolo Paulo – faz tudo sem murmurar (cf. Fl 2,14). Senhor, ensinai-nos o vosso olhar alto, ensinai-nos a olhar a Igreja como a vedes vós. E, quando formos críticos e descontentes, lembrai-nos de que ser Igreja é testemunhar a beleza do vosso amor, é viver dando resposta à vossa pergunta: “Amas-me?”. Não é comportar-se como se fôssemos a um velório fúnebre.

2. *Amas-me? Apascenta as minhas ovelhas.* A segunda palavra: *Apascenta*: com este verbo, Jesus exprime o amor que deseja de Pedro. Pensemos precisamente em Pedro: era um pescador de peixes e Jesus transformara-o em pescador de homens (cf. Lc 5,10). Agora lhe atribui um ofício novo: o de pastor, que nunca havia exercido. É uma viragem, porque, enquanto o pescador



agarra para si, atrai a si, o pastor ocupa-se dos outros, apascenta os outros. Mais, o pastor vive com o rebanho, alimenta as ovelhas, afeiçoa-se a elas. Não está por cima, como o pescador, mas no meio. O pastor está à frente do povo para assinalar o caminho, no meio do povo como um deles, e atrás do povo para estar perto daqueles que vão atrasados. O pastor não está por cima, como o pescador, mas no meio. Eis o segundo olhar que nos ensina o Concílio: *o olhar no meio*, estar no mundo com os outros e sem nunca se sentir acima dos outros, como servidores do maior reino que é o Reino de Deus (cf. *Lumen gentium*, 5); levar a Boa-Nova do Evangelho para dentro da vida e das línguas dos homens (cf. *Sacrosanctum Concilium*, 36), partilhando as suas alegrias e esperanças (cf. *Gaudium et spes*, 1). Estar *no meio* do povo, não *acima* do povo: este é o pecado feio do clericalismo que mata as ovelhas, não as guia nem as faz crescer; mata-as. Como é atual o Concílio! Ajuda-nos a rejeitar a tentação de nos fecharmos nos recintos das nossas comodidades e convicções, para imitar o estilo de Deus, que nos descreveu hoje o profeta Ezequiel: “Procurarei a [ovelha] que se tinha perdido, reconduzirei a que se tinha tresmalhado; cuidarei a que está ferida e tratarei da que está doente” (Ez 34,16).

Apascenta: a Igreja não celebrou o Concílio para fazer-se admirar, mas para se dar. De fato, a nossa santa Mãe hierárquica, nascida do coração da Trindade, existe para amar. É um povo sacerdotal (cf. *Lumen gentium*, 10s.): não deve destacar-se aos olhos do mundo, mas servir o mundo. Não o esqueçamos! O povo de Deus nasce sociável e rejuvenesce gastando-se, porque é sacramento de amor, sinal e “instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen gentium*, 1) Irmãos e irmãs, voltemos ao Concílio, que redescobriu o rio vivo da Tradição sem estagnar nas tradições; reencontrou a fonte do amor, não para ficar a montante, mas para que a Igreja desça a jusante e seja canal de misericórdia para todos. Voltemos ao Concílio para sair de nós mesmos e superar *a tentação da autorreferencialidade*, que é um modo de ser mundano. *Apascenta* – repete o Senhor à sua Igreja – e, apascentando, supera as nostalgias do passado, o lamento pela falta de relevância, o apego ao poder, porque tu, povo santo de Deus, és *um povo pastoral*: não existes para te apascentar a ti mesmo, para galgar, mas para apascentar os outros, todos os outros, com amor. E, se é justo prestar uma atenção particular, que esta seja para os prediletos de Deus, isto é, os pobres, os descartados (cf. *Lumen gentium*, 8c; *Gaudium et spes*, 1), a fim de ser, como disse o Papa João, “a Igreja de todos, e particularmente a Igreja dos pobres” (*Radiomensagem aos fiéis de todo o mundo, um mês antes do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 11/IX/1962).

3. Amas-me? Apascenta – conclui o Senhor – *as minhas ovelhas*. Não tem em mente só algumas, mas todas, porque ama a todas; a todas designa, afetuosamente, como “minhas”. O bom Pastor vê e quer o seu rebanho unido, sob a guia dos Pastores que lhe deu. Quer – e é o terceiro



olhar – *o olhar do conjunto*: todos, todos juntos. O Concílio recorda-nos que a Igreja, à imagem da Trindade, é comunhão (cf. *Lumen gentium*, 4.13). Em vez disso, o diabo quer semear a cizânia da divisão. Não cedamos às suas adulações, não cedamos à *tentação da polarização*. Quantas vezes, depois do Concílio, os cristãos se empenharam por escolher uma parte na Igreja, sem se dar conta de dilacerar o coração da sua Mãe! Quantas vezes se preferiu ser “adeptos do próprio grupo” em vez de servos de todos, ser progressistas e conservadores em vez de irmãos e irmãs, “de direita” ou “de esquerda” mais do que ser de Jesus; arvorar-se em “guardiões da verdade” ou em “solistas da novidade”, em vez de se reconhecer como filhos humildes e agradecidos da santa Mãe Igreja. O Senhor não nos quer assim. Todos, todos somos filhos de Deus, todos irmãos na Igreja, todos Igreja, todos. Somos *as suas ovelhas*, o seu rebanho, e só o seremos juntos, unidos. Superemos as polarizações e guardemos a comunhão, tornemo-nos cada vez mais “um só”, como Jesus implorou antes de dar a vida por nós (cf. Jo 17,21). Nisto, nos ajude Maria, Mãe da Igreja. Aumente em nós o anseio pela unidade, o desejo de nos empenharmos pela plena comunhão entre todos os crentes em Cristo. Deixemos de lado os “ismos”: o povo de Deus não gosta desta polarização. O povo de Deus é o santo povo fiel de Deus: esta é a Igreja. É bom que hoje, como durante o Concílio, estejam conosco representantes de outras Comunidades cristãs. Obrigado! Obrigado por terem vindo! Obrigado pela presença!

Nós vos damos graças, Senhor, pelo dom do Concílio. Vós que nos amais, livrai-nos da presunção da autossuficiência e do espírito da crítica mundana. Livrai-nos da autoexclusão da unidade. Vós, que nos apascentais com ternura, fazei-nos sair dos recintos da autorreferencialidade. Vós que nos quereis rebanho unido, livrai-nos do artifício diabólico das polarizações, dos “ismos”. E nós, vossa Igreja, com Pedro e como Pedro vos dizemos: “Senhor, vós sabeis tudo; bem sabeis que vos amamos” (cf. Jo 21,17).